

Universidades Lusíada

Mendes, António Fernando Nascimento

**Recuperação de testemunhos industriais :
reconversão da Fábrica do Carvalhinho-
Fontainhas, Porto**

<http://hdl.handle.net/11067/6506>

Metadados

Data de Publicação

2021

Resumo

A industrialização modificou a paisagem das cidades e deixou atrás de si muitos edifícios, hoje desativados, que constituem importantes testemunhos arquitetónicos do passado. Muito desse património industrial encontra-se presentemente abandonado e em crescente degradação, transmitindo uma imagem de decadência à paisagem urbana onde se encontra inserido e influenciando de forma negativa a qualidade urbana, social e ambiental desses territórios. Constituindo esse edificado uma mais-valia, não só ...

Industrialization changed cities' landscape and left behind many buildings, now deactivated, that constitute important architectural testimonies of the past. Much of this industrial heritage is now abandoned and increasingly degraded, spreading an image of decay to the urban landscape where it is inserted and negatively influencing the urban, social and environmental quality of these territories. Being these edifications an important asset not only in historical and patrimonial terms, but also ...

Palavras Chave

Arquitetura, Património arquitectónico, Património industrial, Caso de estudo - Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho - Porto, Porto

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T22:50:20Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

RECUPERAÇÃO DE TESTEMUNHOS INDUSTRIAIS

Reconversão da Fábrica do Carvalhinho – Fontainhas, Porto

António Fernando Nascimento Mendes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Porto, 2021

AGRADECIMENTOS |

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de algumas pessoas.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Universidade Lusíada do Porto, pela minha formação, e em especial a todos os professores que transmitiram conhecimento e bases para o meu percurso futuro.

Ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Malheiro, por toda a colaboração empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Um especial obrigado também por todo o acompanhamento à distância e por motivar.

Desejo agradecer em especial à minha amiga de curso Sílvia Gomes por todo apoio e motivação dado ao longo do curso.

Por último quero agradecer aos meus pais e irmã pelo apoio e incentivo incondicional que me deram.

ÍNDICE |

<u>AGRADECIMENTOS</u>	<u>III</u>
<u>RESUMO</u>	<u>XI</u>
<u>ABSTRACT</u>	<u>XII</u>
<u>ÍNDICE DE FIGURAS</u>	<u>VIII</u>
<u>INTRODUÇÃO </u>	<u>15</u>
<u>CAPÍTULO I </u>	
<u>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</u>	<u>21</u>
1.1. PATRIMÓNIO	22
1.1.1. CONCLUSÃO	23
1.2. PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	23
1.2.1. O QUE SE ENTENDE POR PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	24
1.2.2. O QUE CONSTITUI O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	26
1.2.3. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL	28
1.2.4. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL – A CARTA DE NIZHNY TAGIL	30
1.2.5. CONCLUSÃO	31
1.3. CARTAS E CONVENÇÕES	32
1.4. GRAUS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO	36
1.4.1. CONSERVAÇÃO	38
1.4.2. CONSOLIDAÇÃO	39
1.4.3. PRESERVAÇÃO	39
1.4.4. MANUTENÇÃO	40
1.4.5. RESTAURO	41
1.4.6. RECUPERAÇÃO	42
1.4.7. REABILITAÇÃO	42

1.4.8. RENOVAÇÃO	43
1.4.9. REVITALIZAÇÃO	43
1.4.10. ANASTILOSIS	44
1.4.11. RECONSTRUÇÃO	45
1.4.12. RELOCAÇÃO	45
1.4.13. RECONVERSÃO	46
1.5. VALORES ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO	47
1.5.1. VALOR HISTÓRICO	48
1.5.2. VALOR CULTURAL	48
1.5.3. VALOR ARQUITETÓNICO	49
1.5.4. VALOR ECONÓMICO / TURÍSTICO	49
1.5.5. VALOR SOCIAL	50
1.5.6. VALOR EMOCIONAL	50
1.5.7. VALOR RELIGIOSO E ESPIRITUAL	51
1.5.8. VALOR POLÍTICO	51
1.5.9. VALOR EDUCACIONAL	52
1.5.10. VALOR CIENTÍFICO	52
1.5.11. VALOR DOCUMENTAL	53
1.5.12. VALOR ASSOCIATIVO	53
1.5.13. VALOR DE USO	40
1.5.14. VALOR DE PAISAGEM URBANA	41
1.5.15. CONCLUSÃO	55
1.6. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO	55
1.6.1. AUTENTICIDADE	56
1.6.2. NEUTRALIDADE	57
1.6.3. UNIVERSALIDADE	57
1.6.4. REVERSIBILIDADE	58

1.6.5. MÍNIMA INTERVENÇÃO	59
1.6.6. UNIDADE	59
1.6.7. INTEGRIDADE	60
1.7. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO I	60
<u>CAPÍTULO II </u>	
<u>CASOS DE REFERÊNCIA</u>	<u>67</u>
2.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE	68
2.2. SELEÇÃO DOS CASOS DE REFERÊNCIA	69
2.2.1. ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS DA DOCA DE ALCÂNTARA – MUSEU DO ORIENTE	69
2.2.1.1. ANÁLISE DA SALVAGUARDA DOS VALORES DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL.	75
2.2.2. FÁBRICA DOS LEÕES - COMPLEXO DE ARTES VISUAIS E ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA	77
2.2.2.1. ANÁLISE DA SALVAGUARDA DOS VALORES DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	84
2.2.3. NEUES MUSEUM – BERLIM	85
2.2.3.1. ANÁLISE DA SALVAGUARDA DOS VALORES DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	90
2.3. ANÁLISE COMPARATIVA	92
<u>CAPÍTULO III </u>	
<u>RECONVERSÃO DA FÁBRICA DO CARVALHINHO FONTAINHAS - PORTO</u>	<u>96</u>
3.1. ENQUADRAMENTO DA CIDADE	97
3.1.1. CIDADE DO PORTO	97
3.1.2. ENQUADRAMENTO E HISTÓRIA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	98
3.2. PROPOSTA	109
<u>CONCLUSÃO </u>	<u>119</u>
<u>BIBLIOGRAFIA </u>	<u>122</u>

ÍNDICE DE FIGURAS |

FIGURA 1– AXONOMETRIA DO ARMAZÉM FRIGORÍFICO DA DOCA DE ALCÂNTARA. ANTEPROJECTO DE JULHO DE 1938.....	69
Fonte: Folgado, 2009	
FIGURA 2 - INTERIOR DO ARMAZÉM FRIGORÍFICO.....	70
Fonte: Timóteo, 2009, p.205	
FIGURA 3– ALÇADO PRINCIPAL DO MUSEU DO ORIENTE.....	71
Fonte: https://www.agendalx.pt/events/event/fundacao-oriente-o-museu/	
FIGURA 4 – ESQUEMA REPRESENTATIVO DA MÉTRICA ESTRUTURAL DO ARMAZÉM FRIGORÍFICO DA DOCA DE ALCÂNTARA, 1938, SEM ESCALA.	71
Fonte: Arquivo da administração do Porto de Lisboa.	
FIGURA 5 - MUSEU DO ORIENTE, EXPOSIÇÃO PERMANENTE.....	72
Fonte: Fernando Guerra, Sérgio Guerra	
FIGURA 6 – PLANTA PISO 1 DO MUSEU DO ORIENTE. EXPOSIÇÕES PERMANENTES (5).	72
Fonte: Graça, 2009, p. 60	
FIGURA 7 – PLANTA PISO 2 DO MUSEU DO ORIENTE. EXPOSIÇÕES PERMANENTES (5).	73
Fonte: Graça, 2009, p. 60	
FIGURA 8 - CORTE LONGITUDINAL DO MUSEU DO ORIENTE.....	73
Fonte: Graça, 2009, p. 60	
FIGURA 9 - FACHADA POENTE - MUSEU DO ORIENTE.....	74
Fonte: Fernando Guerra, Sérgio Guerra	
FIGURA 10- VISTA AÉREA DA FÁBRICA DOS LEÕES.....	77
Fonte: https://lh5.ggpht.com/XwH6eAMDYpc/TuhygE9QfpI/AAAAAAAAAPTc/xRkDJAsMBNY/s1600-h/Panormica-geral-da-Fbrica-Lees5.jpg	
FIGURA 11 - FACHADA NORDESTE	78
Fonte: https://ariscaropatrimonio.wordpress.com/edicao-de-2015/evora/	
FIGURA 12- FACHADA SUDESTE.....	78
Fonte: https://ariscaropatrimonio.wordpress.com/edicao-de-2015/evora/	
FIGURA 13 - PLANTA ESQUEMÁTICA - INTERVENÇÕES	80
Fonte: Imagem do autor baseada em Google Earth	
FIGURA 14 - EDIFÍCIO ARQUITETURA, SALA DE AULAS - PORMENOR SISTEMA DE COBERTURA.....	80
Fonte: Leonardo Finotti, 2009	
FIGURA 15 - TELHEIRO DE LIGAÇÃO ENTRE EDIFÍCIOS.....	81
Fonte: http://0911.habitarportugal.org/hp2013/uploads/imgs/137833019808eHF9ky1Xj82AC8.jpg	
FIGURA 16 – VISTA PÁTIO INTERIOR, EDIFÍCIO DE ARTES VISUAIS E MULTIMÉDIA.	82
Fonte: Leonardo Finotti, 2009	
FIGURA 17 - VISTA FRONTAL, EDIFÍCIO DE ARTES VISUAIS E MULTIMÉDIA.	83
Fonte: Leonardo Finotti, 2009	
FIGURA 18 – VISTA LATERAL, EDIFÍCIO DE ARTES VISUAIS E MULTIMÉDIA.....	83
Fonte: Leonardo Finotti, 2009	
FIGURA 19 – NEUES MUSEUM APÓS OS BOMBARDEAMENTOS	85
Fonte: Tran, 2011	

FIGURA 20 – NEUES MUSEUM APÓS A RECONSTRUÇÃO.....	86
Fonte: Leonardo Finotti, 2011	
FIGURA 21 – FACHADA ESTE DO NEUES MUSEUM	86
Fonte: Tran, 2011	
FIGURA 22 - CÚPULAS DE TERRACOTA	87
Fonte: Tran, 2011	
FIGURA 23 - PÁTIO EGÍPCIO	88
Fonte: Hisao Suzuki / Candida Höfer	
FIGURA 24 – NOVA ESCADARIA.	88
Fonte: Tran, 2011	
FIGURA 25 - NOVA ENTRADA DO EDIFÍCIO.	89
Fonte: Tran, 2011	
FIGURA 26 - NOVA ENTRADA DO EDIFÍCIO.	89
Fonte: Tran, 2011	
FIGURA 27 - PLANTA LOCALIZAÇÃO FABRICA DO CARVALHINHO.	98
Fonte: Google Earth	
FIGURA 28 - PAINEL DO SANTUÁRIO DOS REMÉDIOS – LAMEGO (PRODUZIDO NA FÁBRICA).....	100
Fonte: Tripadvisor	
FIGURA 29 - NOVAS INSTALAÇÕES FÁBRICA DO CARVALHINHO, VILA NOVA DE GAIA.	101
Fonte: Pereira, 2009	
FIGURA 30 - FÁBRICA DO CARVALHINHO APÓS INCÊNDIO, FACHADA SUL.	103
Fonte: Fotografia do autor, 2014	
FIGURA 31 - FÁBRICA DO CARVALHINHO APÓS INCÊNDIO, FACHADA ESTE.....	103
Fonte: Fotografia do autor, 2014	
FIGURA 32 - FÁBRICA DO CARVALHINHO APÓS INCÊNDIO, FACHADA NORTE.	103
Fonte: Fotografia do autor, 2014	
FIGURA 33 - PARTE DA FÁBRICA DO CARVALHINHO ANTES DA INTERVENÇÃO.	104
Fonte: Fotografia do autor, 2014	
FIGURA 34 - NOVO HOTEL EUROSTARS.....	104
Fonte: Fotografia do autor, 2019	
FIGURA 35 - PLANTA LOCALIZAÇÃO FÁBRICA DO CARVALHINHO-ZONA A INTERVIR.....	104
Fonte: Google Earth	
FIGURA 36- LEVANTAMENTO DIMENSIONAL EXISTENTE - PLANTA COTA 28.00	105
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 37 - LEVANTAMENTO DIMENSIONAL EXISTENTE – PLANTA COTA 31.00.....	105
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 38- LEVANTAMENTO DIMENSIONAL EXISTENTE - PLANTA COTA 34.00	105
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 39 - PLANTA LOCALIZAÇÃO FABRICA DO CARVALHINHO-LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO.	107
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 40- PLANTA DE ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO – IDENTIFICAÇÃO CORPOS.	109
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 41- AXONOMETRIA FÁBRICA SENHOR DO CARVALHINHO, AVENIDA GUSTAVE EIFFELL. DEMOLIÇÕES.	110

Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 42- PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO, PROPOSTA (28.00).	111
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 43- - PLANTA DO PISO 1, PROPOSTA (31.00).	111
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 44 - PLANTA PISO 2, PROPOSTA (34.00).	112
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 45 – PLANTA DA COBERTURA, PROPOSTA.	112
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 46- CORTE AA', PROPOSTA.	113
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 47– CORTE BB’ – LIGAÇÃO DO CORPO NOVO COM A PREEEXISTÊNCIA, PROPOSTA.....	114
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 48– ALÇADO SUL – INSERÇÃO DO CORPO NOVO COM A PRÉ-EXISTÊNCIA, PROPOSTA.	115
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 49- ALÇADO NORTE - INSERÇÃO DO CORPO NOVO COM A PRÉ-EXISTÊNCIA, PROPOSTA.....	115
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 50– PORMENOR CONSTRUTIVO DA FACHADA, PROPOSTA (SOBRE FACHADA EXISTENTE).	116
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 51– PERSPETIVA GERAL DA PROPOSTA PARA A NOVA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES.....	118
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 52– PERSPETIVA GERAL DA PROPOSTA PARA A NOVA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES.....	118
Fonte: Desenho do autor	
FIGURA 53– PERSPETIVA GERAL DA PROPOSTA PARA A NOVA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES.....	118
Fonte: Desenho do autor	

RESUMO |

A industrialização modificou a paisagem das cidades e deixou atrás de si muitos edifícios, hoje desativados, que constituem importantes testemunhos arquitetónicos do passado. Muito desse património industrial encontra-se presentemente abandonado e em crescente degradação, transmitindo uma imagem de decadência à paisagem urbana onde se encontra inserido e influenciando de forma negativa a qualidade urbana, social e ambiental desses territórios.

Constituindo esse edificado uma mais-valia, não só em termos históricos e patrimoniais, mas também como potenciais polos de revitalização urbana, a sua reabilitação e devolução à cidade, transformados para novos usos, é uma solução que importa promover, como instrumento de requalificação urbana e forma de salvaguardar o nosso Património Industrial.

Com esta dissertação pretende-se questionar as possíveis transformações que se pode levar a cabo nos edifícios industriais, de forma a reabilitá-los para novos usos, devolvendo-os à cidade e transportando-os para a atualidade, mas sempre respeitando a sua identidade cultural, histórica e social.

Para o efeito foi analisado o processo de reconversão levado a cabo em três edificações industriais que foram reabilitadas e adaptadas para novos usos e que selecionámos como casos de estudo. Explorámos as intervenções realizadas e o impacto que estas tiveram na preexistência e envolvente urbana, de forma a identificar tanto as boas práticas, como as condicionantes dos respetivos processos, com o objetivo de construir uma base de conhecimentos que possa ser utilizada em possíveis intervenções futuras no âmbito da reabilitação do Património Industrial.

PALAVRAS-CHAVE |

Património Industrial; Reabilitação; Reconversão; Requalificação urbana.

ABSTRACT |

Industrialization changed cities' landscape and left behind many buildings, now deactivated, that constitute important architectural testimonies of the past. Much of this industrial heritage is now abandoned and increasingly degraded, spreading an image of decay to the urban landscape where it is inserted and negatively influencing the urban, social and environmental quality of these territories.

Being these edifications an important asset not only in historical and patrimonial terms, but also as potential poles of urban revitalization, its rehabilitation and return to the city, transformed for new uses, is a solution that should be promoted as an instrument of urban requalification and practice to safeguard our Industrial Heritage.

This dissertation intends to question possible transformations that can be carried out in industrial buildings, in order to rehabilitate them for new uses, returning them to the city and transporting them to the present, but always respecting their cultural identity, historical and social.

For this purpose, the process of reconversion carried out in three industrial buildings that were rehabilitated and adapted for new uses and which we selected as case studies was analyzed. We explored the interventions carried out and the impact they had on the preexistence and urban surroundings, in order to identify both the good practices and the constraints of the respective processes, with the objective of building a knowledge base that could be used in possible future interventions in the rehabilitation of the Industrial Heritage.

KEYWORDS |

Industrial Patrimony; Rehabilitation; Reconversion; Urban requalification.

INTRODUÇÃO |

Enquadramento |

À semelhança do que se passa um pouco por toda a Europa, embora numa escala mais pequena, fruto de uma industrialização mais tardia, é possível encontrar em Portugal vestígios edificados de antigas indústrias agora já desativadas, que testemunham uma época que trouxe para o nosso país importantes transformações sociais e que deixou marcas profundas no território nacional.

A industrialização operou mudanças na organização política, social e económica do país, gerando a migração das populações rurais para as cidades em busca de trabalho. O profundo impacto causado pelo súbito aumento populacional influenciou o planeamento urbano e a arquitetura das cidades enquanto que no espaço urbano, suburbano e até mesmo rural, as edificações industriais mudaram a fisionomia do território.

Atualmente, muitos desses edifícios - entretanto desativados em função da evolução tecnológica e das imposições de consumo que não conseguiram acompanhar - encontram-se ao abandono, degradando-se progressivamente, com o consequente impacto negativo na qualidade urbana, social e ambiental dos territórios onde se encontram inseridos.

Apesar de constituírem importantes testemunhos arquitetónicos do passado, a falta de interesse pelo seu valor cultural, aliado ao facto de se encontrarem localizados em áreas com potencial para investimento imobiliário, concorre para a sua destruição, perdendo-se assim um património edificado passível de fornecer importantes informações sobre a evolução das sociedades, dos seus modos de vida e técnicas de produção.

No entanto, muitos desses testemunhos industriais poderiam ser valorizados, recuperados e integrados na sociedade como património edificado e cultural, ganhando nova vida e nova utilidade, através de projetos de reconversão, à semelhança do que já se pratica noutros países europeus.

A reconversão do edificado industrial e a sua subsequente adaptação a novos usos, com vista a responder às exigências e necessidades da sociedade contemporânea, possibilita a revalorização do tecido urbano e a salvaguarda do património arquitetónico.

Esta dissertação surge na sequência do trabalho desenvolvido durante o ano letivo de 2012/2013, na cadeira de projeto final, do mestrado integrado em Arquitetura da Universidade Lusíada do Porto, o qual aborda o tema da reconversão industrial. Este projeto divide-se em duas fases distintas, consistindo a primeira na apresentação de um plano urbano a uma escala mais abrangente para a zona das Fontainhas, no Porto, onde se procura promover a regeneração do quarteirão.

A segunda fase concentra-se num conjunto de edifícios obsoletos localizados em diferentes cotas e a estratégia passa por unir os edifícios e consequentemente proporcionar-lhes um novo uso.

Âmbito e motivações |

A arqueologia industrial constitui uma área de investigação que tem sido pouco explorada por parte da comunidade académica, que considera o seu estudo difícil, abrangente e atípico (Folgado, 2002) e não lhe reconhece o devido valor como testemunho histórico, arquitetónico e patrimonial. O património industrial português reflete essa realidade, como é possível verificar através do elevado número de edificações industriais – armazéns, fábricas, estações, etc. - que se encontram ao abandono, degradando-se progressivamente e não são objeto de medidas de reabilitação que permitam salvaguardar e preservar o registo dessas memórias do passado.

Só muito recentemente é que se começou a sentir a preocupação em proteger e estudar o património industrial. Com efeito apenas o património datado de período cronológico mais recuado e com um cunho mais prestigioso é que é atualmente reconhecido como tal, a menos que se trate de um edifício cuja arquitetura seja excecional.

Ciente do papel do arquiteto na preservação desse edificado e na sua reintegração no tecido urbano, considerei ser minha também a responsabilidade de intervir nesse processo ao desenvolver um projeto que visasse esses objetivos.

A questão que então me coloquei prende-se com o modo como se pode, em pleno século XXI, olhar para estes vestígios de um legado industrial que até recentemente tiveram uma funcionalidade significativa na forma como modelaram a paisagem urbana e no impacto que tiveram na estrutura económica da sociedade.

A presente dissertação, realizada no âmbito de mestrado integrado em Arquitetura, remete para o estudo da reconversão de edifícios industriais com valor arquitetónico, e a sua adaptação a novos usos, como forma de preservar o seu testemunho cultural.

O tema não é totalmente desconhecido, pois em anos anteriores o confronto com o Património e o respeito pela memória e salvaguarda do edificado, eram temas abordados nas disciplinas curriculares. O confronto entre o velho e o novo, assim como todo o processo de reabilitação e a sua integração na envolvente urbana e social, incentivou-nos a escolher este tema.

Nesta dissertação de mestrado pretende-se aprofundar o tema da reconversão de edifícios industriais obsoletos de interesse arquitetónico, possibilitando que estes venham a ter uma nova função/uso.

Questão de investigação |

A sociedade pós-industrial não valoriza os testemunhos edificados de um património que constitui uma preciosa fonte de conhecimento para o estudo da evolução cultural, social e económica das comunidades onde se encontram inseridos.

Com vista a salvaguardar esse património, tornou-se prática na Europa a sua reconversão para novos usos, o que permite a sua recuperação e integração na sociedade contemporânea. Esta prática tem sido, no entanto, ainda pouco explorada em Portugal, motivo pelo qual se torna importante analisar e compreender os processos subjacentes à intervenção de reconversão, de forma a selecionar os métodos mais adequados para realizar essa reconversão sem prejudicar a integridade histórica do edifício intervencionado.

Assim, com estes objetivos em vista, foi colocada a seguinte **questão de investigação**:

- Qual a metodologia de intervenção adequada para realizar uma intervenção num edifício de carácter industrial e na sua reconversão para novos usos que possa salvaguardar a sua identidade/histórica e social e preservar os valores do património industrial?

Objetivos |

Com este estudo pretende-se investigar as possíveis transformações do edifício de carácter industrial e consequentemente demonstrar as potencialidades que estes têm para albergar novos usos, respeitando assim, a sua identidade arquitetónica, histórica e social.

Trata-se de uma intervenção que pretende, principalmente, recuperar e respeitar a sua identidade, assim como o local.

A estratégia passa por aglomerar/interpretar/ os vários conceitos e parâmetros da reconversão do edifício em decadência, assegurando uma intervenção que corresponda às exigências regulamentares, restituindo-lhe o seu estatuto primordial.

Pretende-se reconhecer a importância do Património Industrial, com a finalidade de estudar a reconversão de edifícios como alternativa para a regeneração urbana, social e funcional, assim como a salvaguarda do património edificado.

Para o efeito, será necessário compreender quais são os valores associados ao Património Industrial e em que é que estes diferem do Património Monumental ou outro e quais são as especificidades do Património Industrial em relação a outros tipos de património arquitetónico.

Tendo em vista estes objetivos, iremos analisar projetos de reconversão de edifícios industriais que demonstrem uma clara compreensão dos objetivos da intervenção, de forma a compreender o processo arquitetónico que se encontra subjacente a este tipo de intervenção.

Pretende-se perceber qual é a metodologia mais adequada para levar a cabo a intervenção, ou seja, quais os passos que devem ser dados para se realizar a reconversão desse património, desde o levantamento até à conclusão da obra. Para tal, é necessário

perceber quais as ações adequadas quando se lida com património industrial, e quais as diferenças entre elas.

Abordagem metodológica |

Estando definidas as premissas e o objeto do presente estudo, passamos a descrever a abordagem metodológica escolhida.

A estratégia metodológica adotada para esta dissertação é de caráter qualitativo, com recurso ao método indutivo, partindo do particular para o geral. Com este objetivo em vista recorreu-se à observação e estudo de casos específicos para obter a resposta às questões colocadas.

Assim, recorreu-se a técnicas de recolha e análise de informação, quer seja a recolha direta, como a observação *in situ*, ou a recolha indireta, através da análise documental, como livros, artigos, dissertações ou publicações diversas, como cartas, convenções e recomendações sobre intervenção em património.

Através deste processo procurou-se efetuar um levantamento do estado da arte, de forma a enquadrar teoricamente o estudo que se pretendia efetuar. Pretendeu-se identificar conceitos analíticos associados às palavras-chave que formulam o tema, como património, património industrial, intervenção, reconversão, reabilitação, com o objetivo de ser constituído um banco de conhecimentos, essencial para servir de base à análise dos casos de estudo.

Estrutura do trabalho |

A dissertação foi seccionada em três partes:

A primeira fase do trabalho consiste em abordar o Património em Portugal, desde a sua definição, um conceito mais generalizado, até à análise de edifícios industriais, explorando a reconversão dos mesmos através da sua adequação a novos usos. Iremos definir

o que é o Património, explicando o conceito que está na base deste termo, e quais os valores que são considerados para que os edifícios possam ser considerados património.

Em seguida apresentaremos a definição de Património Industrial, explicando o que o distingue de outros patrimónios, como o vernáculo, arquitetónico, arqueológico, paisagístico e urbano, assim como quais os valores fundamentais que estão na base de classificação de um edifício industrial como património. Serão também descritos os níveis de ação e tipos de intervenção que são utilizados e aceites na reconversão do património industrial.

No capítulo II será apresentada a metodologia de análise utilizada, assim como uma seleção de casos de referência, composta por edifícios industriais que foram reconvertidos para novos usos.

Serão analisadas as intervenções de reconversão que foram levadas a cabo nesses edifícios, com vista a tentar perceber se essas intervenções conseguiram salvaguardar os valores associados ao património industrial em questão, e como o fizeram.

Pretende-se saber como eram os edifícios quando estavam em laboração, como foram encontrados, que projetos foram feitos e resultados a que chegaram, e se esses resultados se relacionam com a valorização, conservação e salvaguarda dos valores do património industrial. No final apresentaremos uma análise genérica dos casos de referência.

A terceira parte da dissertação corresponde ao caso de estudo que está relacionado com o património cultural. Posteriormente é apresentado um projeto do edifício escolhido, explorando as temáticas/opções construtivas da reconversão, valorizando as potencialidades destes edifícios para novas valências. Será explicada a metodologia que esteve na base do projeto, detalhando-se o processo, as indicações que retirámos dos casos de referência e os valores que pretendemos salvaguardar.

CAPÍTULO I | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. | Património

Aos arquitetos compete, se tal lhes for permitido, preservar património tanto como criá-lo; sempre assim aconteceu – com ou sem arquitetos. No que à História pertence, que o façam com rigor intransigente, afastando a tentação de deixar alguma assinatura por demais perceptível; para tal existe o campo vasto do que se vai construindo nos novos territórios (na condição de não comprometer o tecido, mais compacto ou menos, que a junção de casas consente) (Siza, 2009:324)

Por património entende-se o conjunto de bens que herdámos do passado e que constitui a herança comum de um povo (European Heritage Network, [s.d.]: 48). No entanto, o conceito de património é muito mais abrangente e não se esgota no património edificado num passado mais ou menos distante.

Segundo a definição proposta pela Quebec Association for the Interpretation of the National Heritage - Committee on Terminology (1980), o património inclui o conjunto das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. Trata-se de uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação.

Segundo a definição proposta pelo ICOMOS (1982) o património não se limita a um tempo, nem passado, nem futuro. O património de ontem pode ser usado para “construirmos o património de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento.”

Por outro lado, na Carta de Cracóvia (2000) o património é definido como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores.”

A Unesco, por sua vez, no artigo 7º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, sustenta que:

O património, sob todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas. (UNESCO, 2001, artº 7º).

1.1.1. Conclusão

O conceito de património tem variado significativamente ao longo da história, pelo que para o definir ou caracterizar, é necessário ter em consideração o respetivo enquadramento temporal. É consensual que o património cultural integra todos os bens, materiais ou imateriais (como cultos e tradições populares), passíveis de serem testemunhos do valor de uma civilização ou cultura, ou quais importa proteger e preservar. É, em suma, o legado que herdamos do passado e que deixamos às gerações futuras. Um edifício adquire, pois, valor de património, quando o reconhecimento da sua ancestralidade, importância histórica e interesse cultural adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica e ou material. Este seu carácter evolutivo implica uma renovação constante do seu domínio, possível de compensar as perdas provocadas pelas diversas revoluções industriais, solução que passou por ampliar o conjunto de bens a salvaguardar.

1.2. | Património industrial

O movimento de defesa do Património Industrial teve a sua origem em Inglaterra, após o final da Segunda Guerra Mundial, devido à destruição de muitas fábricas, em resultado desse conflito. Começou a surgir também o termo arqueologia industrial, propagado através de exposições e de estudos de carácter científico, cujos objetivos e os conceitos operativos estão intimamente relacionados com os do património industrial (Direção-Geral do Património Cultural, [s.d.]).

O objeto de estudo do património industrial é múltiplo, considerando-se as várias áreas produtivas e as diversas soluções construtivas. Assim, quando se fala de património industrial, referimo-nos frequentemente aos vestígios deixados pela indústria: têxtil, vidreira, cerâmica, metalúrgica ou de fundição, química, papelaria, alimentar, extrativa - as minas, para além da obra pública, dos transportes, das infraestruturas comerciais e portuárias, das habitações operárias, etc. Cada universo industrial tem a sua especificidade. Os processos de produção, a maquinaria utilizada (máquinas-ferramentas e máquinas-operadoras) divergem de acordo com a respetiva área de laboração, havendo similitudes nas diversas forças motrizes empregues ao longo do tempo (Direção-Geral do Património Cultural, [s.d.]).

Em Portugal, as preocupações com o legado industrial viriam a surgir muito mais tarde, já em plena década de 80, quando este começou a ser “*estudado, salvaguardado e divulgado de um modo mais científico e sistemático, com base num corpo teórico e / ou conceptual. O universo do património industrial continua, no entanto, a causar alguma estranheza que se prende com a sua própria especificidade, ou seja, a sua escala; o seu carácter funcional; as suas formas; os seus materiais e a sua cronologia*” (Direção-Geral do Património Cultural, [s.d.]).

O património industrial é muito vulnerável, e encontra-se frequentemente em risco de desaparecer devido à falta de sensibilidade, documentação, reconhecimento ou proteção, mas também devido à evolução das tendências económicas, perceções negativas, questões ambientais ou até mesmo por causa da sua própria dimensão ou complexidade. No entanto, ao ampliar o ciclo de vida das estruturas existentes e sua energia incorporada, a conservação do património industrial construído contribui para a realização de objetivos de desenvolvimento sustentável, a nível local, nacional e internacional, não só em termos físicos, como também sociais (ICOMOS/TICCIH, 2011).

1.2.1. O que se entende por Património Industrial

Segundo Jorge Custódio:

[...] o Património Industrial é o resultado da intervenção humana no nosso universo, que marcou as últimas fases da História Industrial recente, e que constitui um valor que não pode ser descurado. O fenómeno da desindustrialização colocava no caixote de lixo um conjunto de valores criados pelas sociedades industriais, de grande interesse técnico, arquivístico e arquitectónico (Veloso, 1999.16)

Em novembro de 2011, durante a 17ª Assembleia Geral do ICOMOS (International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management), e em colaboração com o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), foram adotados os princípios para a conservação dos sítios, áreas, estruturas e paisagens do património industrial, também conhecidos por “Princípios de Dublin”. Foi também sistematizada a definição de património industrial. Deste modo, segundo o ICOMOS/TICCIH:

‘O património industrial é constituído por sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como a maquinaria, objetos ou documentos relacionados que evidenciam os processos industriais passados ou em curso, a extração de matérias-primas, a sua transformação em bens e as infraestruturas conexas de energia e de transporte. O património industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, já que os processos industriais - antigos ou modernos - dependem de fontes naturais de matérias-primas, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para mercados mais amplos. Inclui tanto os bens materiais - móveis e imóveis - como as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida das comunidades e trouxe grandes mudanças organizacionais para sociedades inteiras e para o mundo em geral (ICOMOS/TICCIH, 2011: 2)¹.’

¹ Tradução do autor.

O património industrial reflete valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e integra ainda valores tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos. Comummente associado a uma época cronológica precisa – a Revolução Industrial - deve, no entanto, ser entendido num tempo longo, sendo a Revolução Industrial o momento de mudança, transformação e sincretismo das fases pré-industriais, proto industriais, manufatureiras e industriais. Por outro lado, o património industrial integra todos os bens resultantes de uma atividade produtiva desenvolvida ao longo de gerações. Além disso, também pode ser considerado património industrial o legado material e imaterial produzido pelos diferentes agentes sociais e económicos que perpetuam a memória coletiva (IGESPAR, 2010).

1.2.2. O que constitui o Património Industrial

Constituem o universo de estudo do património industrial os bens imóveis e móveis integrados ou deslocados, os bens arquivísticos, iconográficos, fotográficos, fonográficos ou cinematográficos associados ou produzidos direta ou indiretamente no seio da empresa, como expressão estrutural da industrialização. É nesta interação da diferente documentação que se obtém o entendimento global do património industrial, vivificando os valores culturais a transmitir às gerações seguintes (IGESPAR, 2010).

O património industrial integra, igualmente, edificações isoladas, conjuntos ou sítios, definidos pelos diversos programas construtivos ou pelas diferentes funções em articulação com o território, incorpora uma arquitetura, um urbanismo e uma paisagem de cariz industrial (IGESPAR, 2010).

“O património industrial retém para as gerações futuras as mudanças operadas ao nível do saber-fazer, da ciência, da mecânica e do automatismo indissociáveis de uma reestruturação económica, social, cultural e técnica, fazendo avançar as mentalidades do seu tempo.” (Rodrigues, 2019)

É, por isso imperioso que, quando se planeia uma intervenção no património industrial se tenha em linha de conta a necessidade de acautelar os elementos que constituem a memória deste património, que não devem de modo nenhum ser alterados para que no fim

dessa intervenção se consiga compreender verdadeiramente, com autenticidade e integridade, o que era, como funcionava e o impacto aquele edifício/estrutura industrial teve na população.

Segundo a lei de base do património (Lei 107/2001: artº 2 n.º 3) o interesse cultural relevante do património integra os aspetos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, linguísticos, documentais, artísticos, etnográficos, científicos, sociais, industriais ou técnicos que ele ostenta e devem refletir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Quando se trata de património industrial os principais interesses a ele associados e que importa preservar são sobretudo os elementos históricos, arquitetónicos, documentais, artísticos, industriais e sociais e valores relacionados com a memória, antiguidade, originalidade, raridade, exemplaridade e singularidade e ainda aos tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos.

Quando se fala de património industrial, referimo-nos frequentemente aos vestígios deixados pela indústria: têxtil, vidreira, cerâmica, metalúrgica ou de fundição, química, papeleira, alimentar, extrativa - as minas, para além da obra pública, dos transportes, das infraestruturas comerciais e portuárias, das habitações operárias, etc. Cada universo industrial tem a sua especificidade. Os processos de produção, a maquinaria utilizada (máquinas-ferramentas e máquinas-operadoras) divergem de acordo com a respetiva área de laboração, havendo similitudes nas diversas forças motrizes empregues ao longo do tempo (Direção-Geral do Património Cultural, [s.d.]).

Os edifícios industriais também se impõem pela utilização de algumas linguagens próprias, difundidas através de diversas soluções construtivas, caso do telhado em shed ou da utilização de diversos materiais de construção, tal como o ferro, o tijolo vermelho e mais tarde o betão. Assim, entre os elementos que importa salvaguardar quando se intervém no património industrial destacamos a matéria prima, o percurso da mesma na unidade fabril e a sua transformação e a forma como eventualmente a matéria prima e o seu processo de transformação têm implicações na organização do edifício e nos sistemas construtivos do edifício. Por isso, qualquer maquinaria que, mesmo estando obsoleta e danificada, ainda

possa existir no património, deverá ser preservada, pois ela constitui um importante testemunho do processo industrial que caracterizou a época em que o mesmo laborou.

De igual modo, quaisquer elementos artísticos e arquitetónicos singulares deverão ser salvaguardados, sob pena de se perder a identidade do edifício. O mesmo se aplica à documentação que possa existir em arquivo, devendo haver o cuidado de a salvaguardar e, se possível, inventariar de modo a que possa mais tarde servir de apoio ao levantamento histórico desse património.

1.2.3. Arqueologia industrial

Com o conceito de Património Industrial surge também uma nova disciplina, a Arqueologia Industrial. Este terá sido definido pela primeira vez na década de 60 do século XX, por Kenneth Hudson, um dos pioneiros na cena arqueológica, o qual define a arqueologia industrial como a *“descoberta, registo e estudo dos resíduos físicos de indústrias e meios de comunicação do passado”* (Hudson, 1976:21). A disciplina de arqueologia industrial começou também a ser lecionada nas escolas e universidades, contribuindo significativamente para a sua divulgação e reconhecimento na sociedade. Além disso, começaram a ser *“exploradas as potencialidades deste tipo de património no turismo cultural, na museologia e na investigação em diversas disciplinas, como a sociologia, o urbanismo, a arquitetura e a ciência”* (Serrano, 2010). Mais tarde organismos como a UNESCO ou o Conselho da Europa passaram também a incluir a temática da arqueologia industrial nas suas áreas de interesse.

Para Jorge Custodio, a arqueologia industrial é uma *“metodologia para conhecer o Património Industrial, que utiliza fontes próprias, processos técnicos próprios, que permite recolher informações que não estão contempladas nos documentos nem nas paredes dos edifícios”* (Veloso, 1999:16).

Por outro lado, R.A. Buchanan define a arqueologia industrial como:

[...]um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registo e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história

social e da técnica. Para os fins dessa definição, um ‘monumento industrial’ é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente [...] (Buchanan, 1972).

A arqueologia industrial não se rege por teorias ou metodologias específicas formuladas exclusivamente para o estudo do património industrial, servindo-se dos referenciais teóricos e metodológicos de outras áreas científicas. Não sendo uma disciplina independente, existe a necessidade de articular diversas matérias e várias especialidades, para que se possa dominar todos os instrumentos necessários ao seu estudo. A própria definição de arqueologia industrial, tal como de património industrial, nem sempre colheu um consenso geral, tendo gerado vivos debates até que o conceito foi finalmente sistematizado (Kühl, 2010).

“Os estudos realizados no âmbito da arqueologia industrial abrangem diversos campos de investigação, entre eles a arquitetura, a sociologia, a ciência, a história, que contribuem para um conhecimento mais completo desta atividade. Esta disciplina recorre a diversos instrumentos como o inventário, a identificação, a investigação arqueológica, a cooperação interdisciplinar e internacional, e tem como objetivos a divulgação, a compreensão, a salvaguarda e a proteção dos vestígios industriais.” (Serrano, 2010)

Segundo Kühl (2010), durante as décadas de 70 e 80 do século XX a própria utilização do termo “arqueologia” foi alvo de controvérsias, com alguns autores a questionar se seria pertinente o seu uso em casos em que não fossem utilizados métodos da arqueologia tradicional, como as escavações, e não existissem testemunhos materiais da atividade produtiva. Contudo, nas últimas décadas, os avanços na investigação, cooperação internacional e iniciativas comunitárias e interdisciplinares ajudaram a valorizar o património industrial e a colaboração entre os titulares, as partes interessadas e os especialistas em conservação. Este progresso beneficiou de um corpus de referência e orientação internacional desenvolvido pelo ICOMOS e pela implementação de recomendações e instrumentos internacionais, incluindo a Convenção do Património Mundial, adotada pela UNESCO em 1972.

1.2.4. Preservação do Património Industrial – a Carta de Nizhny Tagil

Em 2003, o Comité Internacional de Conservação do Património Industrial (TICCIH) aprovou a Carta de Nizhny Tagil, que se tornou no primeiro texto internacional de referência para ajudar a proteger e conservar o património industrial (ICOMOS/TICCIH, 2011). Este documento ajudou também a consolidar a expressão “*arqueologia industrial*” ao caracterizá-la não como uma disciplina autónoma, mas antes como um “*método interdisciplinar*”, contribuindo também para a definição profissional do “*arqueólogo industrial*” (Kühl, 2010: 26).

Assim a Carta de Nizhny Tagil, refere que:

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (Tagil, 2003).

Para Tagil (2003: 12), a preservação do património industrial reveste-se de uma importância primordial, na medida em que este representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas e decorre “*do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais*”. Paralelamente, o património industrial tem também um valor social porque representa um testemunho da vida dos homens e mulheres comuns, conferindo-lhe um “importante sentimento identitário”. Para além do valor científico e tecnológico que o património industrial aporta para a preservação dos registos históricos da indústria, da engenharia e da construção, este também se pode revestir de um valor estético, devido à qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua conceção.

Segundo a Carta de Nizhny Tagil, o património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral, salvaguardando a sua natureza específica, em termos de proteção legal. Assim, as medidas de preservação adotadas devem

ser capazes de proteger, não apenas as fábricas, maquinaria e demais elementos que integram os complexos industriais, como as próprias paisagens industriais, *“tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico”* (Tagil, 2003: 13).

Tagil (2003) propõe a criação de programas para a conservação do património industrial, os quais devem ser integrados nas políticas económicas de desenvolvimento, não devendo ser autorizada qualquer intervenção que possa comprometer a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. O período histórico de maior relevo para o estudo do património *“estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia”* (Tagil, 2003: 13).

1.2.5. Conclusão

A Revolução Industrial vem trazer a ideia primitiva do que é o Património Industrial. Este novo conceito surge para lembrar o mundo anterior e as suas atividades oficinais, visando a preservação do artesanato e, em segundo plano, dos próprios edifícios e maquinaria que lhes pertencia.

Relativamente à abrangência deste conceito, atualmente é entendido como património industrial o conjunto dos *“(...) edifícios, máquinas e equipamentos associados aos processos de fabrico e ao alojamento da população operária, assim como os testemunhos do papel da mão-de-obra humana no desenvolvimento industrial e suas inerentes características sociais.”* (Cartier 2002)

Por outro lado, a arqueologia Industrial gerou uma nova visão sobre os artefactos e os equipamentos técnico-industriais, valorizando aspetos tão diversos como os usos que as diferentes comunidades faziam desses mesmos objetos, registando os diferentes materiais de que eram feitos, tornando-os testemunhos das sociedades industriais, um período histórico marcado por grandes mudanças sociais, políticas e tecnológicas.

O património industrial possui um significado que vai para além do seu uso e aspeto físico, modelo ou marca. Trata-se de testemunhos de técnicas desaparecidas, de processos

de trabalho, de usos e de memórias, objetos que são eles próprios documentos que permitem compreender os contextos industriais do mundo do trabalho e das suas transformações sociais.

“O património industrial móvel é aquele que mais facilmente é fragmentado, vandalizado, vendido ou mesmo abandonado no interior dos edifícios industriais. Ao serem retirados dos seus contextos, esquecidos e transformados em sucata, estes acervos privam os edifícios de serem lidos dentro de uma lógica funcional e uma vez esvaziados, perdem os seus referenciais técnicos e tornam-se comuns armazéns industriais, prontos para serem reutilizados ou transfigurados.” (Sampaio, 2015)

Torna-se, pois, indispensável, preservar os elementos representativos desses testemunhos, pois são eles que transformam esses edifícios em património, pois se forem alterados perde-se o património. Referimo-nos aos valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e ainda aos tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos.

Assim, tal como proposto pela Carta de Nizhny Tagil, na salvaguarda do património industrial devem ser preservados e protegidos, não apenas os edifícios, maquinaria e demais elementos que integram os complexos industriais, como as próprias paisagens industriais, tendo em vista não só o seu potencial arqueológico como também o seu valor ecológico.

1.3. | Cartas e Convenções

Com o advento do século XX, começou a sentir-se a necessidade de estabelecer regras que fossem aceites internacionalmente para solucionar os complexos problemas colocados pela salvaguarda do património histórico e artístico. O estado da conservação em que se encontrava o património cultural e a necessidade de coordenar vários critérios de intervenção comuns e as suas posições, preocupava então toda a comunidade mundial.

Essas questões foram colocadas primeiramente em Paris, onde, em 1921, se realizou o Congresso Internacional de História e de Arte, seguindo-se Roma em 1930. No entanto, seria só em Atenas, em outubro de 1931, com a realização do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, que se observaram finalmente resultados, que

representaram um marco para as atividades de reabilitação e restauro (Luso, Lourenço & Almeida, 2004: 39).

Com efeito, nesta conferência, que contou com a participação de vinte países europeus, foi discutida a longevidade dos monumentos históricos suscetíveis de ameaça externa. A conferência de Atenas representou um marco para as atividades de reabilitação e restauro, tendo influenciado o surgimento em diversos países europeus, de outras cartas de restauro, assim com legislação diversa sobre a atividade.

Um desses documentos, que reflete a repercussão da Carta de Atenas, foi a *Carta del Restauro Italiana*. Desenvolvida em 1931 por Giovannoni e aprovada pelo Concílio Superior pela Antiguidade e Belas Artes, introduziu em Itália os conceitos-base dessa normativa internacional, assim como toda uma nova visão teórica sobre a prática do restauro. Assim, o conceito de património foi ampliado para integrar não só as obras de artes, mas também as resultantes da ciência e da técnica, evidenciando uma clara preocupação com o ambiente urbano e a cidade histórica (Aguiar, 2005).

As sequelas da Segunda Guerra Mundial, consubstanciadas num grau de destruição até então nunca visto, impuseram a necessidade de recuperação rápida das cidades europeias afetadas pelo conflito, com vista ao realojamento de milhões de pessoas e ao relançamento das suas economias. A urgência das atuações implicou que se utilizasse métodos mais expeditos de reconstrução de monumentos e de cidades históricas que tinham ficado completamente destruídas, com o conseqüente abandono de práticas de restauro anteriores à guerra (Aguiar, 2005).

Mais de trinta anos após a *Carta de Atenas*, verifica-se a necessidade de proceder a uma atualização e alargamento de critérios a nível mundial, pelo que o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que teve lugar em

Veneza em 1964, consagra um novo documento normativo internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, a *Carta de Veneza*².

²A Carta de Veneza viria a adaptar a legislação existente, assim como o modo de pensar das sociedades perante as necessidades estabelecidas pela arquitetura e urbanismo.

A implementação da *Carta de Atenas* de 1931, tinha tido como resultado uma grande movimentação no sentido de proceder à conservação do património, destacando o trabalho de diferentes organizações, como a UNESCO³ e o ICOMOS⁴ que veem a necessidade de aprofundar a matéria e de criar um plano internacional de conservação e restauro dos monumentos. Surgida num contexto que tem como pano de fundo uma Europa devastada pela guerra, a *Carta de Veneza* representa um ponto de viragem na história da conservação, uma vez que levanta uma visão muito mais ampla do património. Assim, ao contrário da sua antecessora, cujos princípios se focavam apenas no monumento histórico, a *Carta de Veneza* propunha uma relativização dos valores do conjunto urbano, incluindo o património urbano no conceito do monumento a preservar. Essa definição vem explicita logo no art.º 1º:

O conceito de monumento histórico engloba não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (Carta de Veneza de 1964, 1999:106).

Pela *Carta de Veneza*, a nova arquitetura deveria ser um elemento de projeção da história do local para uma contemporaneidade. Na sua obra *A arquitetura da cidade*, Aldo Rossi⁵ descreve a cidade como “[...] a memória coletiva dos povos”; assim e estando a

³A UNESCO, sigla que significa United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, foi fundada em 1946. Entre os seus objetivos conta-se a salvaguarda do património histórico, artístico e cultural e a promoções de atividades culturais que contribuam para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

⁴O ICOMOS, acrónimo de International Council of Monument and Sites, é uma associação profissional, não-governamental, ligada à ONU através da UNESCO, e trabalha para a conservação e proteção do património cultural em todo o mundo. A instituição foi fundada em 1965, em Varsóvia, como resultado da assinatura da chamada "Carta de Veneza" no ano anterior, e oferece conselhos para a UNESCO no âmbito do Património Mundial da Humanidade.

⁵Aldo Rossi (1931-1997) foi um arquiteto e teórico italiano, conhecido pela utilização de formas puras: cubos, esferas, etc. Da sua bibliografia destaca-se *A Arquitetura da Cidade* e *Autobiografia Científica*. Rossi sistematizou o termo “*genius loci*”, na *A Arquitetura da Cidade*, em relação às construções romanas pois os antigos romanos entendiam que um edifício só deveria ser construído num local que estivesse sob a proteção da divindade ou o espírito do lugar, o “*genius loci*” (Pangalos, 2008). Considerado como um poeta convertido em arquiteto, Rossi foi o primeiro italiano a ganhar o Prémio Pritzker, em 1990.

memória ligada a factos e a lugares “a cidade é o „locus” da memória coletiva” (Rossi, 2001: 3).

O intercâmbio de ideias interventivas, levaria à criação, em 1975, da *Carta Europeia do Património Arquitectónico* e a *Declaração de Amsterdão*, com o objetivo de reafirmar e consolidar a posição da Europa na salvaguarda do património. Sustentam-se as anteriores iniciativas e por outro lado ampliam-se e potencializam-se os critérios de conservação do património europeu, fazendo com que a noção de “*conservação integrada*” possibilitasse “a introdução de arquitetura contemporânea em áreas antigas quando o contexto existente, as proporções, as formas, a disposição dos volumes e a escala, sejam integralmente respeitados” (Aguiar et al., 2006: 89).

A *Carta de Amsterdão* foca-se na criação uma nova política de proteção e conservação integrada, isto é, a proteção, o restauro e a reabilitação são entendidos como fatores essenciais para a sobrevivência do património edificado. O estabelecimento destas normativas requerem um conjunto de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos, que constituem as bases para a coordenação de esforços a nível europeu. À semelhança da *Carta de Veneza*, também aqui o conceito de património é logo definido no seu primeiro artigo:

O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído (Carta de Amsterdão, 1975).

Em outubro de 2000 é organizada a Conferência Internacional “Cracóvia 2000”, onde os principais temas eram os trabalhos de Conservação do Património Cultural. Com o culminar dos trabalhos surge *Carta de Cracóvia*, subscrita por diversos países, incluindo os países de Leste da nova Europa. Este documento descreve um conjunto de conselhos sobre a conservação e o restauro do património edificado, realçando a importância da investigação e do respeito da criatividade cultural, e ainda a necessidade de cooperação ao nível da formação técnico-científica entre os Estados aderentes (Luso, Lourenço & Almeida, 2004)

Neste documento, sobressaem, entre outros, a definição de alguns conceitos como o de **monumento**: “*entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspetos relevantes relacionados com atos e*

pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos”;
autenticidade: *“somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”* e **identidade:** *“referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado”* (Carta de Cracóvia, 2000).

Ao longo dos anos a noção de património vai sofrendo alterações, estendendo-se nos dias de hoje a paisagens naturais com intervenção humana ou não, centros históricos e bairros típicos.

1.4. | Graus de intervenção no património

A intervenção no património depende não só das suas características específicas, como das condicionantes que o edificado a intervir apresenta. Assim a ação que levará à transformação do preexistente pode requerer diversas soluções e levar a distintos graus de alteração, consoante os objetivos pré-estabelecidos.

No que respeita ao património industrial a primeira fase é estabelecer quais as estruturas que se deverão preservar, com base nos critérios que justificam essa preservação. Neste processo o papel que o edifício desempenha como guardião de memórias e referências do passado é um dos fatores mais importantes a considerar, pois ele irá condicionar a imagem desse testemunho e transmitir esse conhecimento para o futuro.

O processo de seleção dos edifícios industriais a preservar também requer muito cuidado e rigor, tendo em consideração que se trata de um tipo de património muito repetitivo. Por esse motivo importa adotar critérios que permitam identificar e avaliar, dentro das diferentes alternativas à disposição, quais são os testemunhos que se destacam e cuja preservação é importante assegurar, pois nem todos são suscetíveis de serem conservados.

O tipo de intervenção a levar a cabo depende da natureza do objeto, da sua interpretação e dos objetivos que se procuram atingir considerando as suas potencialidades e as condicionantes, e podem incluir ações tão diferentes como a natureza do edifício que irá ser intervencionado, podendo mesmo serem consideradas diversas soluções e estratégias

válidas para o mesmo projeto. A decisão sobre qual a estratégia, técnica, método ou materiais a utilizar é de enorme responsabilidade, pois qualquer procedimento inadequado pode comprometer a integridade da identidade histórica desse património

Os graus de intervenção variam consoante o nível de impacto pretendido pelo arquiteto na intervenção que é feita no edifício, podendo serem aplicados vários graus no mesmo edifício (Orbasli, 2008).

Os graus de intervenção podem ser definidos como níveis de uma escala operativa, que parte de ações menos invasivas e de menor impacto, como a manutenção, até ações profundas de réplicas e reproduções. Cada nível desta escala tem implicações cada vez mais complexas. Assim, quanto maior for o grau de intervenção, maior é o risco de perda de autenticidade e de irreversibilidade (Stubbs, 2009).

A descrição dos graus de intervenção pode ser encontrada nos documentos internacionais (cartas) que foram produzidos ao longo das décadas, fruto dos esforços levados a cabo em diversas convenções realizadas para discutir a questão do património e definir quais os padrões de atuação mais adequados para garantir a salvaguarda do património arquitetónico mundial, entre os quais destacamos a Carta de Atenas (1933), a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Cracóvia (2000), mencionadas no capítulo anterior.

A publicação das cartas do ICOMOS constituem um guia para a uniformizar os diferentes termos, assim como a nomenclatura utilizada na área da conservação arquitetónica.

Considera-se relevante, por fim, refletir sobre a intervenção em arquiteturas do passado. Neste sentido, Solà-Morales (1996) considera que é comum dizer-se que a arquitetura de vanguarda do movimento moderno ignorou por completo a arquitetura do passado, e que essa falta de interesse indicava uma avaliação puramente negativa. Entende, igualmente, que:

O projeto de uma nova obra de arquitetura não somente se aproxima fisicamente da que já existe, estabelecendo com ela uma relação visual e espacial, como cria uma interpretação genuína do material histórico com o qual tem de lidar. De modo que esse material é objeto de uma verdadeira interpretação que, explícita ou implicitamente, se associa com a nova intervenção em toda a sua importância (Solà-Morales, 2003: 118).

Para Solà-Morales (1996, 2003), a categoria do contraste como princípio estético fundamental nos problemas da intervenção já é coisa do passado. Os efeitos de contraste

permanecem válidos em projetos recentes de intervenção apenas como uma das muitas figuras retóricas usadas na nova e mais complexa relação entre a sensibilidade contemporânea e a arquitetura do passado.

1.4.1. | Conservação

Segundo Feilden e Jokilehto (1998) o conceito geral de conservação abrange vários tipos de tratamentos que visam salvaguardar edifícios, locais ou cidades históricas; estas incluem manutenção, reparação, consolidação e reforço.

González-Varas (2005), por sua vez, define conservação como sendo o conjunto de intervenções levadas a cabo com o objetivo de prolongar e manter, pelo maior espaço de tempo possível os materiais que constituem o objeto a preservar e identifica duas formas de atuação. A conservação ‘preventiva’ ou ‘indireta’, isto é, ações que não atuam diretamente na estrutura física do edifício por via de análises dos fatores de deterioração, do controle das condições ambientais adjacentes, da intervenção sobre o ambiente e a intervenção ‘direta’ de conservação que recai sobre a estrutura física do objeto, mediante a consolidação e reparações da sua estrutura material. Segundo o mesmo autor, o termo conservação complementa-se com os termos ‘manutenção’ e ‘consolidação’.

Segundo a Carta de Cracóvia de 2000, a conservação: *“é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados”* (Lopes & Correia, 2014: 361).

Já a Carta de Veneza de 1964 preconizava que *“a conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, a manutenção permanente dos mesmos”* (Lopes & Correia, 2014: 122). Neste sentido, a conservação de um edifício implica necessariamente que este seja usado e cuidado constantemente, pois um edifício sem uso é de difícil manutenção.

Para evitar que a conservação seja intrusiva, deve optar-se por operar alterações reduzidamente intrusivas, mantendo-se a traça, os materiais e as técnicas de construção originais, o que pode nem sempre ser compatível entre si (Cruz, 2011). Considera-se,

portanto, que a conservação é uma ação adequada para a preservação do património, mas pouco utilizada, já que normalmente associado ao património industrial existe um problema funcional (ausência de função), que obriga a que a intervenção vá além da conservação.

1.4.2. | Consolidação

A consolidação é uma técnica de conservação que permite reforçar a estrutura e dotar de consistência os materiais que integram o edifício (González-Varas, 2005). Trata-se de intervenções que são realizadas com a finalidade de impedir uma maior deterioração e instabilidade estrutural (Orbasli, 2008).

Num sentido mais estrito a consolidação pode ser considerada como uma espécie de ‘conservação direta’, pois trata-se de aplicar materiais de suporte, os quais são acrescentados à estrutura original com a finalidade de assegurar a durabilidade e a continuidade de integridade do edifício. As primeiras técnicas de consolidação efetuadas com materiais modernos eram prejudiciais para os edifícios, motivo pelo qual se recomenda atualmente que a consolidação seja feita com recurso a técnicas e materiais tradicionais, compatíveis com o edifício (Correia, 2009).

Face ao referido, a consolidação pode ser intrusiva se atendermos ao facto de que alguns materiais modernos são prejudiciais para o edifício, mas extremamente necessária para a perdurabilidade do edifício, devendo ser realizada para que não aconteçam colapsos da estrutura.

1.4.3. | Preservação

Segundo Feilden e Jokilehto (1998) preservar implica tomar as medidas necessárias para manter o objeto no seu estado atual. Assim, as medidas de preservação devem incluir inspeções regulares e manutenção cíclica e de rotina, sendo as reparações feitas consoante seja necessário para garantir a integridade dos recursos. Na prática, isto significa que os

danos e deterioração, tais como os provocados por água, produtos químicos, insetos, roedores ou outras pragas, devem ser resolvidos de imediato após deteção.

A preservação consiste numa intervenção semelhante à conservação no sentido estrito, apesar de incidir mais sobre o aspeto preventivo da mesma, para salvaguarda do edifício de eventuais danos (González-Varas, 2005). Trata-se assim do conjunto de ações desenvolvidas para prevenir deterioração física de um edifício, quer seja ações diretas, como a aplicação de um químico que proteja a madeira de um possível dano, ou indiretas, como cortar o trânsito de uma rua para não provocar danos nos edifícios confinantes, não esquecendo a preservação do aspeto cultural ou seja proibir a realização de uma intervenção que destrua os valores históricos de um edifício.

Embora seja uma ação aconselhável pela pouca intrusão que tem sobre o objeto, porque realizada antes dos problemas decorrentes da desfuncionalização acontecerem, deixa de ser utilizada quando se verifica o abandono, como acontece com o caso de estudo que iremos apresentar à frente, a Fábrica do Carvalhinho no Porto, havendo a necessidade de outro tipo ação, que tente inverter o estado de abandono em que o edifício se encontra.

1.4.4. | Manutenção

Para Orbasli (2008), manutenção consiste na reparação em curso, com recurso a materiais tradicionais. Geralmente, no património mais frágil, manutenção integra medidas preventivas, de vigilância permanente e manutenção regular.

González-Varas (2005) refere ainda que a manutenção e a consolidação são os principais procedimentos para se levar a cabo numa obra de conservação, os quais são recomendados por todas as cartas e documentos internacionais pois permite atrasar ou evitar as intervenções diretas sobre o objeto.

Segundo a Carta de Amesterdão de 1975 “*a manutenção permanente do património arquitetónico permitirá, a longo prazo, evitar custosas operações de reabilitação*” (Lopes & Correia, 2014: 200). Estes autores citam ainda a Carta de Washington de 1987, a qual defende a mesma ideia para salvaguardar as cidades históricas, afirmando que “*a*

conservação dos conjuntos urbanos históricos implica uma manutenção permanente do edificado” (Lopes & Correia, 2014: 267).

A pintura regular das edificações também é considerada uma prática eficiente para manter as casas em bom estado, dado que a *“argamassa de cal nas paredes precisa de renovação a cada 2-3 anos, os metais precisam de proteção contra a corrosão e a madeira de insetos e ataque de fungos”* (Feilden & Jokilehto, 1998:89). A manutenção é, portanto, uma das intervenções mais importantes para manter a integridade do edifício e evitar a realização de operações mais dispendiosas e possíveis perdas, tanto materiais como culturais.

Tal como a preservação, a manutenção não se aplica à arquitetura industrial do nosso estudo, visto que a fábrica do Carvalhinho é um edifício já degradado e não foi alvo de manutenção ao longo do tempo.

1.4.5. | Restauro

Segundo Gonzalez-Varas (2005:546) por restauro entende-se as operações de intervenção direta sobre uma obra de arte, com o objetivo de restituir ou melhorar a *“legibilidade da sua imagem e o restabelecimento da sua unidade”*. Assim, para preservar um bem patrimonial que se encontra deteriorado, deve ser realizada uma intervenção de restauro, desde que não ocorram alterações ou falsificações da sua natureza documental.

Para Correia (2009), o restauro implica reviver o conceito original de leitura do objeto, o que significa a reintegração de elementos que respeitem o material original. Para tal deve-se recorrer a evidências arqueológicas, documentais ou desenho original, como igualmente, pela reintegração de detalhes ou partes.

Assim, o restauro pode ser definido como um conjunto de operações de reintegração de lacunas, limpeza da imagem ou eliminação de elementos considerados prejudiciais para a integridade física ou estética da obra de arte.

Na fábrica do Carvalhinho, numa ótica de intervenção mínima, menos intrusiva e, por conseguinte, mais preservadora dos valores patrimoniais, só o aumento do conhecimento do existente fará diminuir o impacto do restauro.

1.4.6. | Recuperação

Segundo Gonzalez-Varas (2005: 545), por recuperação entende-se “*a reaquisição e revalorização de um bem cultural que se encontrava temporariamente abandonado, degradado ou privado da sua funcionalidade; deste modo, aponta aos métodos que possibilitam que o objeto histórico, nascido em outro contexto, satisfaça as necessidades contemporâneas mediante a sua reutilização*”⁶, enquanto que Correia (2007) relaciona o termo recuperação como sendo sinónimo de reabilitação.

Segundo Costa (2014), as ruínas fazem parte da vivência dos povos adquirindo, ao longo do tempo, desígnios e simbolismos distintos. As cidades evoluíram com crescente negligência perante esta herança histórico-arquitetónica, deixando um vasto património edificado, descaracterizado e por vezes em ruína, que nos interpela na expectativa de uma intervenção. No entanto, não se considera ser a ação mais adequada à fábrica do Carvalhinho.

1.4.7. | Reabilitação

Por reabilitação entende-se as melhorias físicas que são necessárias para proporcionar uma utilização adequada de uma estrutura vazia ou que aparente danos e ou degradações. Segundo Feilden e Jokilehto (1998: 90) este grau de intervenção deve sempre envolver uma “*utilização o mais próximo possível, da função original, de modo a se assegurar um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais*”.

Segundo Carrió (1998: 90) um edifício que tenha sido restaurado, mas que não tem qualquer uso, tem uma manutenção difícil ficando sujeito “*a novos processos patológicos que aumentam a sua deterioração*”. A historiadora Françoise Choay refere que o uso é um

⁶ “...la «readquisición» y «revalorización» de un bien cultural que se encontraba temporalmente abandonado, degradado o privado de su funcionalidad; de este modo, alude a los métodos que posibilitan que un objeto histórico, nacido en otro contexto, satisfaga las necesidades contemporáneas mediante su «reutilización».” (tradução livre).

fator determinante para garantir a preservação do património.

Segundo a Carta de Lisboa de 1995 sobre a reabilitação urbana integrada, a reabilitação de um edifício implica a realização de obras destinadas a recuperar e beneficiar o edificado e a resolver as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos. A reabilitação é a resolução funcional de um objeto, adequando-o às condições de conforto contemporâneas.

Para contornar a intrusão da reabilitação em edifícios antigos como a fábrica em análise, com construção nova, Brás (2009) refere que devem, preferencialmente, ser adotados traçados das infra-estruturas não intrusivos com o edifício existente, nomeadamente através do desenvolvimento das redes em várias colunas de desenvolvimento vertical. Os traçados horizontais devem ocorrer nas áreas novas de construção.

1.4.8. | Renovação

A renovação consiste na “*conservação de recursos patrimoniais, utilizando-se materiais compatíveis e técnicas tradicionais de primordial importância*” (Feilden & Jokilehto, 1998: 70), relacionando-se com o aspeto visual do edifício, por exemplo a aplicação de um novo reboco, que estava degradado. Assim, estas intervenções possibilitam a restituição aos edifícios das qualidades estéticas degradadas pelo envelhecimento, permitindo que estes recuperem a coerência visual perdida (Teixeira, 2014).

O termo renovação utiliza-se sobretudo no urbanismo e está associado a *urban renewal*, que consiste na planificação urbanística que atualiza as características urbanas, por meio da renovação de novas atividades económicas e sociais (González-Varas, 2005).

1.4.9. | Revitalização

De acordo com González-Varas (2005) a revitalização consiste em ações de melhoramento de um sítio e utiliza-se geralmente num contexto de ‘recuperação urbana’

para designar as medidas destinadas a dotar de nova vitalidade económica ou social um conjunto urbano decaído.

Para Feilden e Jokilehto (1998:91) o objetivo da revitalização deve ser um “*equilíbrio adequado entre conservação e o desenvolvimento*”. A revitalização de uma área histórica economicamente decadente pode exigir a reabilitação de um grande número de habitações típicas, bem como de edifícios obsoletos. Assim, verifica-se que a revitalização está diretamente ligada com a reabilitação, pois o uso dos edifícios é necessário para melhorar as atividades sociais e económicas de uma área histórica que perdeu a sua vitalidade funcional original. A revitalização pressupõe a introdução de novas funções, geralmente com novos edifícios, de forma a revitalizar uma determinada área urbana, como por exemplo com o que sucedeu com a introdução do Guggenheim em Bilbao.

Poderia ser uma das ações se fosse introduzido um equipamento novo que dinamizasse a zona, como por exemplo o que se pretende agora fazer com a introdução de um metro de superfície na linha antiga que liga Campanhã à Alfândega, ou a alternativa, que é fazer uma ciclovía. Talvez a introdução de uma nova função nesta linha provoque a revitalização da zona, com a consequente reabilitação dos edifícios que existem ao longo da encosta, como a antiga Fábrica do Carvalhinho.

1.4.10. | Anastilosis

O termo anastilosis deriva da união entre duas palavras gregas, *aná* [a cima] e *stylos* [coluna], o sentido etimológico original do termo significa voltar a levantar as colunas caídas de um edifício. No entanto, e com o tempo, o termo anastilosis passou a ser empregue para operações de recomposição dos edifícios, cujos materiais originais se encontram caídos e dispersos na envolvente do edifício (González-Varas, 2005).

Para Jokilehto (1995) a diferença entre anastilosis e reconstrução, é que o primeiro caso se refere à utilização de material original e disponível no local, enquanto o segundo caso se trata de uma estrutura em que se utiliza material novo.

A anastilosis não se aplica ao nosso estudo dado que, na operação de recomposição

da fábrica, não se encontram materiais originais caídos e dispersos na envolvente do edifício que possam ser utilizados nesta ação.

1.4.11. | Reconstrução

González-Varas (2005: 544) sustenta que reconstrução “*alude a um procedimento de carácter absolutamente excepcional que se realizou em circunstâncias históricas determinadas e como consequência de acontecimentos traumáticos, como guerras (...), deve ser uma prática rejeitada e proscrita quando envolve a falsificação da natureza histórica*”.

É extramente intrusiva e por isso, não contemplada para o nosso trabalho.

1.4.12. | Relocação

A ação de relocar é permitida apenas em situações limite. Pela pesquisa efetuada constatou-se que poucos autores mencionam este grau de intervenção nos seus estudos. Stubbs (2009: 126) refere que “*quando não existe outra forma de salvar e proteger um bem arquitetónico, o edifício ou parte significativa do mesmo, é desmontado e remontado [por vezes é até transportado por inteiro] para um outro local. Uma intervenção tão radical deve ser considerada como o último recurso a realizar para salvar o bem patrimonial*”. Nesse sentido, subentende-se que uma intervenção desta natureza apenas é permitida em casos extremos, a fim de não se perder o bem patrimonial. Estas intervenções ocorrem em casos isolados por exemplo quando se constrói uma barragem que vai submergir um objeto patrimonial de valor excepcional. Como a deslocação do templo de Ramsés II com a construção da barragem do Assuão sobre o rio Nilo.

Tal como a reconstrução, a relocação, é extremamente intrusiva, não sendo contemplada nas ações a tomar para a fábrica do Carvalhinho.

1.4.13. | Reconversão

A reconversão é um instrumento que contribui para a manutenção de uma memória coletiva, onde é possível transportá-la para o futuro. Neste sentido, a reconversão de edifícios para novos usos permite intervir no património construído, possibilitando a reutilização de antigas estruturas edificadas inseridas no contexto urbano em estado devoluto ou de obsolescência, devolvendo-as à cidade e integrando-as de novo no tecido urbano e na vida contemporânea.

E, se a reutilização de um espaço significa realizar obras de perfil contemporâneo – cumprindo uma série de requisitos estipulados pelas normas legais de utilização – é necessário atentar de que modo as novas estruturas se conjugam com as antigas, para daí realizar a reconversão de edifícios para novos usos.

Segundo Silva (2003: 41),

O conceito de reconversão está ligado aos princípios de adequação e eficácia funcional do edifício. Trata-se do acto ou efeito de qualificar funcionalmente uma estrutura descaracterizada e desadequada. Envolve uma transformação formal [...] sem a alteração da estrutura base que define o conjunto. Esta transformação é entendida como um meio de corrigir a decadência funcional. As operações de reconversão estão ligadas à alteração de uso de um edifício e compreendem um conjunto de acções destinadas a introduzir os novos usos ou programas pretendidos.

A reconversão pode caracterizar-se por uma abordagem mais ou menos invasiva, mas implica geralmente a reorganização da funcionalidade dos espaços e nem sempre esta intervenção é bem-sucedida, dado que muitas vezes existem incompatibilidades entre a configuração do edifício original e as necessidades de adaptação ao novo uso, levando à rutura espacial. Nesses casos a reconversão não contribui para a valorização do pré-existente, apesar de contribuir para a requalificação do tecido urbano. Por tudo isto, a reconversão será tida em conta, nas ações a desenvolver na fábrica do Carvalhinho.

1.5. | Valores associados ao património

Existem vários valores que podem ser associados ao património e cuja identificação é fundamental para se estabelecer qual a intervenção mais adequada para a sua conservação. Segundo a Carta de Nara de 1994 “*a conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património*” (Lopes & Correia, 2014, p.304).

Assim, podem ser identificados diferentes valores numa estrutura ou sítio, cuja identificação vai depender da interpretação das suas características que podem diferir, consoante os conceitos que são levados em conta, tanto na abordagem do seu significado, como no tipo de comunidade ou a sociedade em que este está inserido, ou ainda na perceção de quem avalia o seu significado (Correia, 2009).

A partir do início do séc. XX começaram a aparecer várias propostas para classificar os valores associados à conservação do património.

Segundo a Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 1999), esses valores podem ser estéticos, históricos, científicos e sociais, enquanto que Alois Riegl (2008) identificou-os como valor de antiguidade, valor histórico, valor comemorativo, valor de uso e valor de novidade, este último relacionado com os aspetos artísticos. Por outro lado, a classificação de Feilden (2004) divide-os em valores emocionais, onde se inclui os valores de identidade, de continuidade, de respeito, simbólico e espiritual; valores culturais, que abrange os de documento histórico, arqueológico ou temporal, estético ou arquitetónico, ambiental e ecológico, científico etc., e por fim valores de uso: funcional, económico, social, educacional e político.

Brandi (2006), por seu turno não aceita os valores relacionados com a função, enquanto que Zancheti (2014), sustenta que os mesmos não podem ser excluídos porque são válidos e importantes para os edifícios, cuja conservação depende da sua continuidade ou de um novo uso.

1.5.1. | Valor histórico

Um edifício ou local não é apenas uma evidência física do passado, mas também pode ter desempenhado um papel na história, ou estar ligado a certos eventos ou períodos da história. Segundo Alois Riegl, o objetivo do valor histórico é de “representar um grau totalmente determinado, como que individual, da evolução de uma dada área da criação humana”.⁷

Posto isto, o valor histórico, está ligado a elementos como a memória e antiguidade.

No caso dos edifícios de arquitetura corrente que constituem os centros históricos e atendendo que se trata de uma arquitetura menos reconhecida pelas autoridades e pela sociedade em geral, o seu valor histórico determina-se pelo conjunto do património, pois o desinteresse pela sua conservação produzirá, segundo Lopes e Correia (2014: 285) “*perdas irreversíveis e privará as gerações futuras do conhecimento deste período*”.

1.5.2. | Valor cultural

A Carta de Burra define o valor cultural dos sítios relacionando-o com o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual que é atribuído aos mesmos pelas gerações passadas, presentes e futuras. O valor cultural exprime-se, assim, pela própria materialidade do bem, pela sua estrutura, contexto, uso, significados, e pelos lugares e objetos que lhe estão associados (ICOMOS Austrália, 1999).

Face ao referido, saliente-se que o valor cultural assenta nos elementos estético, histórico, científico, social ou espiritual.

Para Orbasli (2008) esse valor é apreendido pelas informações que os edifícios fornecem acerca de vários aspetos de um período passado, desde um estilo de vida até ao

⁷ Riegl, Alois (2013). O Culto Moderno dos Monumentos, Lisboa, Edições 70 (1ª edição 1903)

uso de materiais, artesanato e técnicas utilizadas na sua construção.

1.5.3. | Valor arquitetónico

Navarro, refere que a condição do valor Arquitetónico esta de mãos dadas com o valor documental. O valor do objeto arquitetónico permite um conjunto de possibilidades relativamente aos novos usos, isto quando o original se perdeu.

“[...] la capacidad de un edificio para sobrevivir a estos cambios [de uso] es una prueba de su valía: una prueba de que el edificio responde a algo más profundo en nosotros que la efímera función que lo requería [...]”⁸ (Navarro, 1999:18)

O valor arquitetónico compreende as qualidades exemplares de desenho, proporção e a contribuição que a arquitetura de um edifício teve na qualidade da experiência quotidiana, bem como a sua contribuição para o estilo ou período arquitetónico, assim como o uso de técnicas de construção pioneiras.

Está diretamente ligado aos elementos de originalidade e raridade.

1.5.4. | Valor Económico / Turístico

O valor turístico de um sítio ou local advém do facto de valorizar culturalmente a região, tornando-se importante para a sua economia. Adicionalmente existem outros valores económicos, tais como o consequente aumento nos valores dos imóveis localizados numa área tornada atrativa pelo carácter do seu património construído.

O turismo constitui um importante vetor de desenvolvimento e intercâmbio cultural, tendo contribuído para o interesse na salvaguarda e conservação da herança cultural no

⁸ Tradução livre: A capacidade de um edifício para sobreviver a estas mudanças [de uso] é a prova do seu valor: uma prova de que o edifício responde a algo mais profundo em nós do que a função efémera que requeria.

mundo inteiro. É importante, no entanto, saber geri-lo, pois, turismo excessivo e mal aproveitado pode ser prejudicial e conduzir à degradação ou à descaracterização do local, causando perdas irreversíveis. Por isso, o valor económico e turístico, embora seja indispensável para a conservação do local, não se deve sobrepor a outros valores de maior importância para a preservação da autenticidade do um sítio (Orbasli, 2008).

Os elementos que ressaltam no valor económico /turismo, são sobretudo os elementos económicos.

1.5.5. | Valor Social

Segundo Feilden (2004), o valor social está profundamente ligado com o valor emocional e com o sentimento de pertença atribuído a um lugar. Assim, o significado de um lugar histórico para a comunidade local, muitas vezes como parte de um acontecimento social em curso, constitui o seu valor social (Orbasli, 2008).

Face ao referido, saliente-se que o valor social assenta nos elementos da emoção, nos elementos sociais e em sentimentos de pertença.

Ou seja, um local ou um edifício não necessita de ter um valor histórico ou arquitetónico significativo, o seu carácter único pode surgir por outro tipo de valores menos óbvios como é o caso de uma praça central, que pode igualmente ser valorizada pela sua associação com eventos ou tradições locais que contribuem para a identidade de uma população.

1.5.6. | Valor Emocional

Segundo Orbasli (2008), o valor emocional pode variar desde uma ligação afetiva com um local de culto ou que esteja relacionado memórias passadas até a um sentimento de grande admiração e respeito pelas realizações artísticas conseguidas, quando se contemplam edifício extraordinário.

Essa ligação emocional pode influenciar profundamente as opções tomadas durante o projeto de intervenção, de forma a preservar as memórias passadas, como é o caso, por exemplo, no caso de uma casa de família que passa de geração em geração.

Surge aqui uma ligação ao elemento afetividade e até da singularidade do local.

1.5.7. | Valor religioso e espiritual

Outro valor a tomar em consideração nas intervenções, é o valor religioso e espiritual que os crentes atribuem às igrejas, sinagogas, mesquitas, templos e outros locais de cultos. Esse valor também pode abranger rotas de peregrinação, como o Caminho de Santiago, ou até mesmo paisagens naturais sob a forma de montanhas, rios ou outros recursos naturais que são considerados como tendo valor espiritual e religioso por diferentes comunidades.

Riegl, refere que por vezes, os valores de um monumento podem não ser tão objetivos como analisar partes específicas da obra. No caso do valor significativo, este relaciona-se com valores simbólicos, espirituais e de memória sendo estes completamente subjetivos dependendo assim de cada população

O valor espiritual e religioso, pode igualmente ser atribuídos a locais que já foram lugares de culto, mas cujo uso já não é o mesmo, como é o caso dos conventos e mosteiros que foram convertidos em pousadas.

1.5.8. | Valor político

Certos edifícios históricos e sítios arqueológicos possuem um valor político que deriva do facto de poderem ser usados para narrar a história de uma nação. Esta utilização é sobretudo relevante quando se trata de nações cuja história é recente. Muitos governantes optam por empreender importantes projetos de restauro para poderem retirar dividendos políticos dessas intervenções através da publicidade que é feita à obra (Feilden, 2004),

Orbasli (2008) refere a ainda a estreita ligação que existe entre a política e a

conservação, que é sobretudo visível quando se observa o favorecimento de determinados períodos sobre os outros, usando como exemplo o caso de Marrocos, e o desinteresse revelado pelas autoridades políticas desse país na preservação dos edifícios de estilo Arte Deco de Casablanca, herança do período de domínio francês, os quais não se identificam com a arquitetura do estilo islâmico, e como tal não são vistos como parte da identidade nacional.

1.5.9. | Valor educacional

Os edifícios históricos constituem um testemunho físico, uma prova de acontecimentos ou vivências do passado, bem como das técnicas construtivas utilizadas ou materiais, pelo que possuem também valor educacional (Feilden, 2004)

A Carta de Amesterdão de 1975 refere que o património arquitetónico tem um valor educativo determinante para se conhecer e compreender o passado, motivo pelo qual é importante conservar “*vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências*” (Lopes & Correia, 2014: 189).

Françoise Choay refere ainda que neste contexto é introduzida “uma pedagogia geral do civismo” (Choay, 2006, p.98) levando os cidadãos através do conhecimento, da divulgação e da proteção dos monumentos históricos a um sentimento de orgulho dessa herança patrimonial, que virá a produzir efeitos no contexto de afirmação das nacionalidades.

1.5.10. | Valor científico

Os edifícios históricos possuem também valor científico que reside na informação que podem transmitir acerca da sua construção, execução ou na materialidade aplicada, que por sua vez informam os projetos de conservação. Eles contêm informações técnicas valiosas de materiais, onde foram obtidos, que tipo de ferramentas foram utilizadas na sua construção

e o que causou a sua degradação. Os edifícios também podem conter evidências de intervenções de conservação realizadas no passado. O valor científico de investigação e conhecimento está intimamente determinado pelas escolhas e avanços tecnológicos ao longo do tempo. “(...) aquilo que pode parecer uma mera opção de imagem pode ter como base necessidades que na realidade são estruturais.” (Rossa, 2015: 499).

Segundo a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003:3), “O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico”

Há uma ligação clara entre o valor científico e os elementos científicos, já anteriormente apontados.

1.5.11. | Valor documental

De acordo com Zancheti (2014:3), os valores documentais “*são aqueles que documentam a passagem do tempo histórico, ou seja, o passado dos objetos*”. Em termos arquitetónicos estes valores podem ser encontrados na decoração das fachadas, nos tipos de alvenaria, nas técnicas e materiais utilizados, nos estilos, nos espaços, na evolução do edifício ao longo do tempo e em outros elementos.

Para Teixeira (2013:378), “*as paredes exteriores tem sido os elementos arquitetónicos e construtivos cujos elementos de valor mais tem sido protegidos*”, mas o mesmo não acontece com os elementos interiores dos edifícios, que são também prova de autenticidade e de uma determinada época.

É necessário obter informações escritas ou até mesmo depoimentos do edifício, caso contrário, por vezes devido à sua cronologia, é necessários um rigor científico e o uso de meios apropriados, para assim, descobrir os valores preservados.

1.5.12. | Valor associativo

Orbasli (2008) sustenta que a associação de que um edifício ou lugar têm com um acontecimento ou personalidade na história constitui o seu valor associativo. O exemplo mais óbvio disso são as batalhas históricas, onde existem poucas provas físicas desse acontecimento, no entanto, a importância da localização não pode ser negada. A perda de vidas irá adicionar-lhe o valor emocional e espiritual e o lugar da batalha no contexto da história da nação dá-lhe o valor simbólico, embora isso, provavelmente, possa ser interpretado de forma diferente pelos dois lados envolvidos no evento.

1.5.13. | Valor de uso

O valor de uso ou valor funcional está intimamente ligado ao desempenho do objeto na sociedade. Feilden (2004) refere que os valores funcionais são importantes quando se considera a reabilitação ou renovação de edifícios. Se um edifício não pode ser utilizado, acaba por tornar-se obsoleto e está sujeito a ameaças económicas. O mesmo autor acrescenta, no entanto, que os edifícios históricos são flexíveis para satisfazer uma grande variedade de utilizações, podendo com pequenas alterações ser adaptados a novas funções.

Para Stubbs (2009) o valor de uso é de grande importância, dado que a maioria dos edifícios, eventualmente, são vítima da obsolescência funcional e geralmente são substituídas por alternativas mais eficientes.

Na Carta de Cracóvia de 2000, a questão do uso foi relevante, podendo surgir um novo uso, como fator determinante para os edifícios. “[...] requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.” (Carta de Cracóvia, princípios para a conservação e o restauro do património construído, 2000:3)

Posto isto, conclui-se que a utilidade de um edifício no presente, mesmo não sendo o uso original, aumenta a probabilidade de este ser preservado, uma vez que implica a sua manutenção. De salientar igualmente que, quando se mantém, por exemplo, o uso habitacional, está-se a valorizar a continuidade desse mesmo uso.

1.5.14. | Valor de paisagem urbana

Em muitos casos, o valor de um edifício não está relacionado com os seus atributos individuais, mas sim com a sua contribuição para um grupo de edifícios, rua ou paisagem urbana, motivo pelo qual esses edifícios não podem ser tratados de forma isolada do seu ambiente ou contexto. Importa ainda referir que em muitos casos, o valor de grupo é maior do que o valor dos componentes individuais (Orbasli, 2008).

Há uma ligação intrínseca entre o valor da paisagem urbana e o elemento estético.

1.5.15. | Conclusão

Quando se trata de património industrial os principais valores a ele associados e que importa preservar são todos, torna-se assim imprescindível antes de intervir ter cuidados especiais, de modo a avaliar os seus valores patrimoniais. Devendo assim, para uma correta intervenção, compreender a relação e integração perante o contexto.

1.6. | Princípios de intervenção no património

Existem princípios que devem ser levados em conta quando se pretende intervir no património. Eles são as bases das intervenções e justificam as decisões que o arquiteto toma acerca do edifício. A atitude ética e responsável é igualmente importante perante a conservação, dado que “*o conservador não é dono do projeto de conservação*” (Correia, 2009: 101), mas o responsável perante a conservação adequada no bem arquitetónico.

É importante esclarecer a ligação entre a ética e os princípios de intervenção, pois estão intimamente ligados, uma vez que para se realizar uma intervenção ética, o arquiteto deve primeiro analisar os valores do bem arquitetónico para definir qual os princípios de intervenção a aplicar, princípios esses que, muitas vezes, não são sequer utilizados. Essa escolha é feita a partir da ética do arquiteto perante o objeto.

Em seguida, serão apresentados de forma sucinta, os principais princípios desenvolvidos no seio da comunidade científica com o objetivo de salvaguarda do património de intervenções menos éticas.

1.6.1. | Autenticidade

O princípio de autenticidade é considerado por muitos especialistas como um dos mais importantes relativamente ao património cultural. Embora tenha adquirido muita importância nas teorias e nas práticas de intervenção, o seu significado demorou algum tempo a ser definido de forma clara, dando-se inicialmente importância apenas ao material, à forma ou ao uso da estrutura original do bem arquitetónico.

Correia (2009: 83) refere que *“a noção de autenticidade não deve ser reduzida exclusivamente a aspetos técnicos e formais”*. O documento de Nara de 1994 foi um grande avanço no que diz respeito à problemática da definição de autenticidade, pois apresenta outras perspetivas de compreensão de autenticidade através dos valores sociais e culturais das diferentes sociedades. Nesse sentido, segundo o autor pressupõe-se que o que é genuíno e autêntico para uma cultura, pode não significar o mesmo para outra.

O Documento de Nara foi, portanto, fundamental para a existência de um maior respeito pela diversidade de culturas e de património nas práticas da conservação e veio mostrar que, *“a autenticidade pode ser identificada não tanto na originalidade dos materiais e das formas, mas também nas práticas tradicionais, como é o caso de certos tipos de património executado com materiais facilmente perecíveis, o que acontece com os templos de madeira japoneses”* (Teixeira, 2009: 45).

O conceito foi sendo atualizado, com o passar do tempo, e a sua mais recente interpretação está na Carta de Cracóvia de 2000, que define autenticidade como *“o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”* (Lopes & Correia, 2014: 361).

1.6.2. | Neutralidade

Para Warren em 1999, o princípio da neutralidade é uma continuação do princípio da autenticidade, o que implica que numa construção, o carácter existente anteriormente à intervenção, deve ser garantido pela ação de conservação (Correia, 2007). Assim, uma intervenção conduzida por este princípio irá tentar preservar o máximo de valores e significados existentes na pré-existência.

Correia acrescenta ainda que *“o princípio de neutralidade importa em particular em ações de reabilitação, pois apesar da função original poder ser alterada, a continuação do uso do edifício e o respeito pelas suas características essenciais, é fundamental, de modo a que este seja preservado o mais possível”* (Correia, 2007: 212).

1.6.3. | Universalidade

O princípio de universalidade foi aplicado desde a Convenção de Paris, em 1972. Segundo Correia (2009), esta convenção foi responsável por estabelecer que o património cultural de importância extraordinária, seria classificado como património mundial, adquirindo um significado universal.

Tratando-se de bens únicos e insubstituíveis, constata-se *“que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes”* (Lopes & Correia, 2014: 175).

Este princípio vem alertar para o facto de que, *“a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo”* (Lopes & Correia, 2014: 175) e, por isso mesmo, é responsabilidade de todos mantê-lo e preservá-lo para as gerações futuras.

Em suma, este princípio pretende assegurar que, os bens patrimoniais são deixados para as gerações futuras na plenitude da sua autenticidade, responsabilizando a geração atual

pela sua conservação.

1.6.4. | Reversibilidade

O princípio da reversibilidade é considerado como sendo um dos princípios mais difíceis de aplicar no património. Segundo Brandi (2006: 30) o restauro é "*o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro*". Neste contexto, as intervenções realizadas devem ser identificáveis como uma marca distinta da época que a produziu (distintos materiais, tonalidades, acabamentos), sem que se reduza o restauro a uma mera recomposição estética ou que se produza um falso histórico a partir dela.

Para Brandi, "*a integração (de alguma parte) deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir (...) qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras*" (2006: 47-48).

Zancheti (2014:10) defende que "*a visão mais contemporânea de reversibilidade define o conceito como a da capacidade de re- tratamento que significa poder tratar algo que foi previamente realizado com o menor dano possível*".

Correia (2009: 84) salienta que esta ação pode ser comprometida principalmente se existir "*uma reação química entre os materiais*". Por isso, a nível construtivo, a intervenção deve dar preferência à utilização de materiais e técnicas com características próximas às pré-existentes. Quando o emprego de novos materiais é inevitável para assegurar a estabilidade do objeto, estes devem ser o menos intrusivo possível, para que, no caso da sua possível remoção futura não destrua a construção original. A utilização do betão armado para a consolidação de estruturas antigas foi uma das causas para a destruição de muitas estruturas.

Segundo as recomendações da Carta de Cracóvia de 2000: "*Embora a aplicação in situ de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta (...) a possibilidade da sua eventual reversibilidade*" (Lopes & Correia, 2014: 359).

Assim, o princípio de reversibilidade, deve facilitar qualquer intervenção futura. As intervenções não devem alterar a natureza do objeto, devendo-se intervir com respeito, rigor e cuidado em relação à pré-existência e ser o menos intrusivo possível para que possa um dia mais tarde ser retirado para uma futura intervenção.

1.6.5. | Mínima intervenção

Desde a carta de Veneza que se entende que, para preservar um edifício, a ação de conservação deve ser a mínima possível, princípio que também era defendido por Brandi. No entanto, Zancheti (2014:10) refere que *“é muito difícil definir o que seja a mínima intervenção sem estabelecer os objetivos da conservação e o contexto em que se insere o objeto”*. Com isto quer-se dizer, por exemplo, que as ações que vão ser tomadas na intervenção de um objeto, que vai ser guardado num museu, não são as mesmas a ser tomadas num objeto que vai estar exposto às intempéries do clima, ou que vai voltar novamente ao uso. Por isso, o conceito de mínima intervenção é muito relativo e depende sempre das circunstâncias em que se encontra o bem a conservar. Assim, uma intervenção regulada pela mínima intervenção, vai assegurar que o objeto chegue às gerações futuras numa condição mais próxima possível do original.

1.6.6. | Unidade

O princípio da unidade é desenvolvido através da leitura do objeto como um todo, respeitando todas as suas partes e a sua evolução no tempo. Segundo Brandi (2006: 33), *“o restauro deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”*.

A Carta de Cracóvia de 2000 recomenda que, *“o objetivo da conservação (...) dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores”* (Lopes & Correia, 2014:

357), no entanto, as intervenções de que tem sido alvo grande percentagem dos edifícios que constituem os centros históricos, são pautadas pela demolição integral dos seus interiores, destruindo para além dos seus valores, a sua unidade.

1.6.7. | Integridade

O princípio da integridade pode ser interpretado em semelhança com o princípio de unidade, estando também relacionado com a visão de um todo, indivisível. Um edifício e o lugar onde se encontra (só faz sentido desta forma). Tem como objetivo conservar a relação entre o objeto, todas as suas peças e o contexto geral. Um exemplo relatado na Carta de Veneza que expõe “*os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele (...)*” (Lopes & Correia, 2014: 123) pois pertencem intrinsecamente ao do bem arquitetónico, e só fazem sentido naquele lugar, sendo este um exemplo de aplicação do princípio de integridade.

1.7. Conclusão do Capítulo I

A designação Património Industrial abrange os vestígios da arquitetura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Dentro desta designação cabe não só edifícios, estruturas e máquinas associadas a atividades industriais, como fábricas, oficinas, minas ou moinhos, mas também as instalações e infraestruturas de apoio, como entrepostos, armazéns, centrais elétricas, pontes, estações e caminhos-de-ferro. O âmbito desta designação pode ainda estender-se aos locais sociais de apoio a atividades industriais, como os bairros operários, habitações e outras instalações e serviços, como locais de culto, educação, lazer e saúde. No conceito de património industrial estão ainda incluídos as técnicas e os modos de produção, que constituem um património imaterial de grande valor para o conhecimento nesta área.

É difícil reconhecer com precisão os elementos que distinguem espaços e edifícios industriais como um património a proteger. Distinguem-se os que se “(...) *prendem com a*

própria natureza destes elementos: a função exclusivamente utilitária, a estética específica e pouco valorizada, a diversidade, as grandes dimensões, o abandono e ruína em que muitas vezes se encontram. Para além disso, são na sua maioria construções recentes que não possuem o distanciamento temporal comum nos outros elementos considerados como património. Existe, por isso, uma grave negligência para com os testemunhos de actividades industriais que tende a dificultar e a atrasar a sua proteção e preservação.” (Serrano, 2010)

No património industrial é possível reconhecer diversos padrões da vida quotidiana, económica, política e cultural da sociedade, assim como a sua evolução no devir do tempo. Estes “*vestígios são, por isso, fontes de grande potencial informativo para o entendimento da História geral ou local de uma região*” (Serrano, 2010), daí a necessidade de preservá-los. Para além disso, os grandes complexos industriais obsoletos, os quais estão frequentemente associados as problemáticas urbanas, são parte complementar de um conjunto urbano que apresenta valor histórico, e por isso, parte integrante de uma imagem com valor.

Por esse motivo, os projetos que visam a recuperação e revalorização de instalações devolutas, principalmente nas grandes cidades, constituem uma oportunidade para promover a requalificação urbana através de novos equipamentos, como espaços culturais, de restauração, hotelaria, escritórios e até habitação, com a introdução de novas funções adequadas às necessidades locais.

Esta transformação detém valor para a sociedade e vão influenciar a qualidade de quem a habita e do espaço que se inserem.

Reconhecer um complexo industrial como património implica reconhecer também um conjunto de valores intrínsecos a este tipo de património, que justificam a sua salvaguarda e proteção, como, por exemplo, “*o valor arquitetónico, estético, técnico, tecnológico, urbano, paisagístico, histórico, social e imaterial. Estes valores devem ser considerados tendo em conta a diversidade de matérias, objetos e escalas que o universo industrial abrange e as suas características específicas. A par de uma análise do estado de conservação e do grau de alterabilidade, estes valores constituem uma base de análise que permite realizar uma seleção sobre os vestígios industriais que devem ser protegidos e preservados.*” (Serrano, 2010)

No que concerne à intervenção sobre os testemunhos industriais edificados, o primeiro passo a tomar é a seleção das estruturas a manter. Nesta decisão estão envolvidos critérios que permitem justificar a sua preservação e está inerente uma grande responsabilidade, realizando-se uma importante escolha sobre a memória e as referências do passado, condicionando-se a imagem e o conhecimento para o futuro. Assim, quando se trata de património industrial, existem diversos elementos cruciais que devem ser salvaguardados, nomeadamente os elementos históricos, arquitetónicos, documentais, artísticos, industriais e sociais e valores relacionados com a memória, antiguidade, originalidade, raridade, exemplaridade e singularidade e ainda aos tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos.

Devido ao surgimento e consequente aumento de edifícios industriais, é cada vez mais importante saber identificar os que tem valor para preservar. Com isto, é extremamente importante, adotar um conjunto de critérios para o seu devido reconhecimento.

“O tipo de intervenção a realizar depende da natureza do objeto, da sua interpretação e dos objetivos que se procuram atingir considerando as suas potencialidades e as condicionantes. Considera-se a intervenção como um termo geral que abrange um conjunto de procedimentos diversificados que, quando confundidos ou mal interpretados, podem repercutir-se negativamente nas opções de projeto, nomeadamente na técnica, materiais ou estratégias a utilizar, pondo em risco a integridade do testemunho histórico. As ações que se podem adotar são tão diversas quanto a natureza do elemento a tratar, existindo uma grande ambiguidade na solução mais adequada, pois podem surgir diversas respostas válidas para o mesmo projeto.” (Serrano,2010)

Nos últimos tempos, as ações de reconversão, são adotadas a nível da pequena escala, isto é, em edifícios mais comuns, isto acontece por se tratar de *“uma ação muito intrusiva e pouco compatível para ser utilizada em edifícios históricos ou de grande valor patrimonial.”* Devido ao estado de degradação que a estruturas apresentam e consequente necessidade de um novo uso, são aplicados métodos de ações mais livres, resultando assim, transformações de reconversão.

A reconversão reúne algumas das características patentes em outros tipos de intervenção, como a reabilitação, recuperação e renovação, já anteriormente explicitadas e

distinguidas entre si. Assim, tal como acontece nas intervenções de renovação o trabalho é orientado no sentido de restituir aos edifícios as qualidades estéticas originais, que se foram degradando ao longo dos anos, para que se possa recuperar a coerência visual. No entanto, a intervenção deve ser mínima para evitar a perda dos valores culturais. Para além disso, difere da reabilitação e da recuperação porque não se trata de manter a mesma função já que a reconversão implica reabilitar ou recuperar património que irá ser utilizado noutros usos que não a sua função original.

Foi com base nos pressupostos acima referidos que decidimos que a melhor estratégia a utilizar nesta intervenção seria a reconversão.

“A reconversão é um processo que permite a preservação de edifícios existentes, explorando a sua vida útil e respondendo ao desafio de “assimilar e articular o tempo no espaço” (Pinto Coelho, 2000:44). Este tipo de intervenção surge como uma alternativa mais ecológica que, com os devidos apoios, poderá ser também economicamente mais aliciente em relação à nova construção, apresentando mais-valias sociais, ambientais e de regeneração urbana.

As construções de índole industrial possuem várias características que as tornam favoráveis a receber outras funções: são edifícios de construção sólida, sóbria e de fácil manutenção, facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e prestam-se a utilizações, públicas e privadas, múltiplas. As tipologias referentes a esta atividade caracterizam-se por grandes áreas em open space com iluminação natural generosa através de vãos de grandes dimensões, a sua configuração espacial é bastante simples e o seu sistema construtivo está preparado para receber grandes cargas. Grande parte dos seus exemplares pertencente ao período da industrialização, e foi desativado nas últimas décadas, apresentando ainda condições que possibilitam a sua reutilização sem exigir grandes trabalhos de reabilitação.

As estruturas industriais são construídas com o intuito de responder a uma necessidade funcional, pragmática, estritamente laboral, pouco “nobre” e a sua construção não está preparada para persistir durante muito tempo, como outras construções. Estas estruturas possuem menos resistência aos fatores de degradação da passagem do tempo, existindo urgência na sua proteção e manutenção. O

interesse na sua preservação não decorre, na maioria dos casos, de valores de antiguidade ou excecionalidade artística, como já foi referido, mas sim da singularidade dos projetos; da inovação relativamente aos sistemas construtivos e materiais; do seu valor social e de memória e, do seu papel como elemento constituinte de uma imagem urbana.” (Serrano, 2010)

Em alternativa à nova construção, a reconversão apresenta imensas vantagens, contudo, é um procedimento complexo que deve de ser realizado tendo em conta diversos parâmetros, nomeadamente o tipo de função a introduzir, dado que qualquer novo uso se deve adaptar à estrutura existente e não o contrário. A adaptação do novo uso é parte fulcral para garantir o sucesso da intervenção, por outro lado, pode pôr em causa a integridade e os valores do edifício original.

“O projecto de reconversão pode surgir tanto da necessidade de preservar um edifício pelo seu valor cultural, como da oportunidade de preencher uma lacuna nas necessidades locais, aproveitando uma estrutura existente. A função a introduzir deve ser o resultado de uma investigação sobre a envolvente urbana, de modo a perceber as necessidades relativamente aos serviços e equipamentos que possam existir, englobando o projecto em planos urbanos e de pormenor existentes.” (Serrano, 2010)

Neste tipo de intervenções deverá ser assegurada a salvaguarda, para as gerações vindouras, de todos os elementos com valor cultural e arquitetónico, maximizando também a reutilização de elementos preexistentes por razões ecológicas e de sustentabilidade ambiental. Os elementos de valor do edificado devem ser identificados, considerando a sua preservação e restauro no âmbito da intervenção, a todas as escalas. Falamos, como é óbvio, dos elementos atrás identificados, e que são cruciais quando se trata de património industrial. Estes elementos devem ser salvaguardados ou muito bem reinterpretados, como o material a utilizar em possíveis novas construções e a sua relação com o material da pré-existência.

Assim, a metodologia a seguir quando se pretende intervir no património industrial passa por efetuar um estudo preliminar com vista a identificar os elementos mais fortes da unidade de produção, ou seja, aqueles onde se encontra a memória produtiva e a do saber-fazer, elementos esses que deverão ser preservados. A metodologia de intervenção é abordada, de forma detalhada, no capítulo seguinte.

A nível de arquitetura deverão ser identificadas as peças decorativas e os elementos mais caraterísticos do edifício que o diferenciam e constituem a sua linguagem arquitetónica – identidade – e modo a ser preservado o valor estético desse património. Outros estudos devem ser feitos; “(...) *deve ser feita uma escolha criteriosa da nova função a introduzir no edifício industrial a reabilitar, de forma a garantir a exequibilidade do projecto. - plantas com pouca compartimentação, pés-direitos altos e grande capacidade de carga dos pavimentos, entre outros – uma atribuição de novos usos mal fundamentada poderá pôr em causa os valores do edifício original. Do ponto de vista construtivo, devem ser evitadas soluções muito invasivas e/ou que alterem de forma profunda e irreversível o carácter do edifício. É disso exemplo a remoção de pilares em pisos intermédios, com consequente alteração da lógica estrutural do conjunto (...).*” (Silva, 2013)

Só após a conclusão desses estudos prévios, é que se deverá passar à elaboração do projeto de reconversão o qual deverá levar em linha de conta a necessidade de conservar, dentro da medida do possível, as diversas partes, elementos e materiais do imóvel sobre o qual incide a intervenção. Assim, deverá ser preservado o edificado existente nos seus múltiplos aspetos (sistema estrutural, organizacional), uma vez que o valor está no edifício como um todo, não devendo ser sobrevalorizada a sua imagem exterior, mas a integridade de todos os seus componentes, que é o que constitui a sua autenticidade.

Para além disso a intervenção deve respeitar as características que marcam a arquitetura do lugar onde incide e integrar-se de forma harmoniosa na mesma. A proposta deve sempre salvaguardar o próprio carácter do imóvel, bem como a imagem do conjunto, preocupação esta relevante no caso de o imóvel integrar um grupo de edifícios. A intervenção deve conservar toda a diversidade arquitetónica que confere carácter ao imóvel, seja exterior ou interior e as evidências que apresentam valor patrimonial não devem ser removidas ou alteradas, devendo garantir-se o respeito pelo seu valor cultural, assim como defender a sua integridade física e a possibilidade de acesso futuro. As alterações deverão ter, tanto quanto possível, carácter reversível, circunscrevendo-se à necessidade de resposta a questões funcionais, devendo ter como objetivo a valorização das pré-existências. Devem ser evitadas transformações profundas nas estruturas e elementos primários das construções, que impossibilitem ou tornem muito difíceis operações futuras de beneficiação e/ ou adaptação para outros usos dos que forem inicialmente estabelecidos. Além disso, as modificações deverão permitir a reversibilidade, ou seja, não devem comprometer a

possibilidade de futuras intervenções, devendo facilitar-se a possibilidade de regresso às soluções anteriores. Segundo Ignasi de Solà-Morales (1985: 41), caso tal não seja possível, o arquiteto deve apresentar “*a sua interpretação das características dominantes do edifício antigo de forma a que se possa encontrar um eco das mesmas nas partes que foram acrescentadas*”.

Por último, todas as intervenções de análise e de projeto devem ser documentadas deixando claramente legível a realidade pré-existente antes da intervenção e as alterações realizadas.

CAPÍTULO II | CASOS DE REFERÊNCIA

2.1. | Metodologia de análise

Relativamente aos casos de estudo a metodologia de análise encontra-se dividida em duas fases: a primeira aborda o edifício preexistente e a segunda o projeto de reconversão.

Assim, numa fase inicial pretende-se identificar as condições e condicionantes da preexistência e a sua história, para em seguida poder analisar os objetivos definidos, a metodologia, as intervenções efetuadas e os resultados da reconversão, de forma a verificar se foram seguidos todos os passos descritos atrás.

Foi feito um breve levantamento fotográfico e registados os resultados da observação direta, a fim de obter os elementos para efetuar uma análise que se pretende descritiva e documental. Essa análise foi complementada com os elementos obtidos com a pesquisa bibliográfica que foi levada a cabo, recorrendo a arquivos fotográficos e elementos de projeto facultados pelos ateliers (desenhos, memórias descritivas e fotografias).

A análise descritiva dos casos de referência que foram selecionados será feita de acordo com diversos critérios pré-definidos, os quais são transversais aos três casos de estudo e que se consideram os mais pertinentes para o estudo que se pretende realizar. Para o efeito, elaborou-se uma matriz de análise do edifício reconvertido, que reúne as várias componentes do edifício que sofreram transformações (referidas anteriormente), e é apresentada uma conclusão de cada caso que procura ter em conta a análise realizada, os objetivos iniciais do projeto e as suas consequências a vários níveis.

É agora que vamos também observar quais eram os elementos (descritos atrás) que eram relevantes e como foram intervencionados, concluindo se foram salvaguardados ou não.

2.2. | Seleção dos casos de referência

2.2.1. | Armazéns Frigoríficos da Doca de Alcântara – Museu do Oriente

O projeto dos Armazéns Frigoríficos foi elaborado pelo arquiteto João Simões e o engenheiro Fernando Yglesias d'Oliveira, construído em 1938 e encontra-se localizado em Lisboa. Projetado sobre uma estrutura ousada e de evidência o projeto foi elaborado com a finalidade de ser referência no País, não só a nível arquitetónico, mas também a ao nível da inovação tecnológica (Custódio, 2008). Devido a sua desativação em 1992, foi presente o estado progressivo de degradação.

Exemplar e referência arquitetónica do estado Novo, como podemos visualizar no seu perfil rigoroso, robusto e imponente (ver figura 1), associado a elementos de adorno evidente nas fachadas, assim como elementos contemporâneos, que fazem dele um aspeto com carácter Moderno. Refere-se a um edifício com identidade e carácter único, “ *e a sua forte presença traduz-se num grande impacto urbano e de referência à escala da cidade sendo assim referência na cidade.*” (Ramos,2011)



Figura 1– Axonometria do Armazém Frigorífico da Doca de Alcântara. Anteprojecto de julho de 1938.

Em 2002, João Carrilho da Graça, em colaboração com Rui Francisco iniciam o projeto de reconversão do Armazém Frigorífico.

Devido a sua desativação em 1992, *“data em que foram desactivados, mantendo-se ao abandono até 2002, data em que a Fundação Oriente apresenta o projecto para a conversão do Edifício Pedro Álvares Cabral em Museu”*.(Rosado,2017)

Com a reconversão do antigo armazém frigorífico (ver figura 2), a maior coleção de arte asiática da Península Ibérica iria ocupar o novo museu, bem como outros serviços. A preservação da memória industrial foi foco primordial na intervenção.



Figura 2 - Interior do Armazém Frigorífico.

De armazém frigorífico a espaço museológico foi o objetivo da reconversão. A extensa coleção de arte oriental da Fundação Oriente ocuparia o novo Museu. Na distribuição do novo programa fazia parte das exigências, a inserção de espaços de apoio como um restaurante, um auditório, gabinetes de reuniões, entre outros (Serrano, 2010).

Na intervenção foi importante diferenciar a nível de distribuição, a funcionalidade dos acessos entre o público e privado, assim como a organização do programa por pisos. Assim, o acesso ao público é inserido no volume a poente e tem conexão com todos os pisos de forma direta. Por outro lado, a entrada mais privada nomeadamente direccionada a

funcionários e mercadorias foi inserido a Nascente, também é neste corpo que encontramos todos acessos de serviços e saídas de emergência.

A inserção do programa está inteiramente influenciada pelos alçados cegos (ver figura 3) e a estrutura de pilares preexistente apertada (ver figura 4). (Ramos,2011)



Figura 3— Alçado principal do Museu do Oriente.



Figura 4 – Esquema representativo da métrica estrutural do Armazém Frigorífico da Doca de Alcântara, 1938, sem escala.

Com o objetivo de minimizar o impacto visual da robusta aparência de pilares, Carrilho da Graça resolve esse problema distribuindo a coleção permanente em vitrinas de vidro que incorporam os pilares existentes no seu interior (ver figura 5). Desta maneira o público não é confrontado com a estrutura de pilares do edifício.



Figura 5 - Museu do Oriente, exposição permanente.

Com isto, a inserção de programas que não exigissem luz natural foram colocados nos pisos que albergam os alçados cegos (piso 1 e 2), como o caso das exposições permanentes (ver figura 6 e 7).

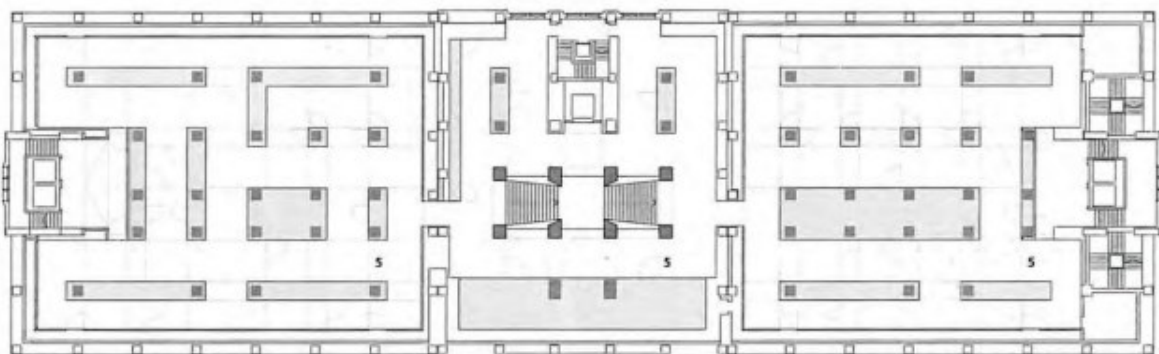


Figura 6 – Planta piso 1 do Museu do Oriente. Exposições Permanentes (5).

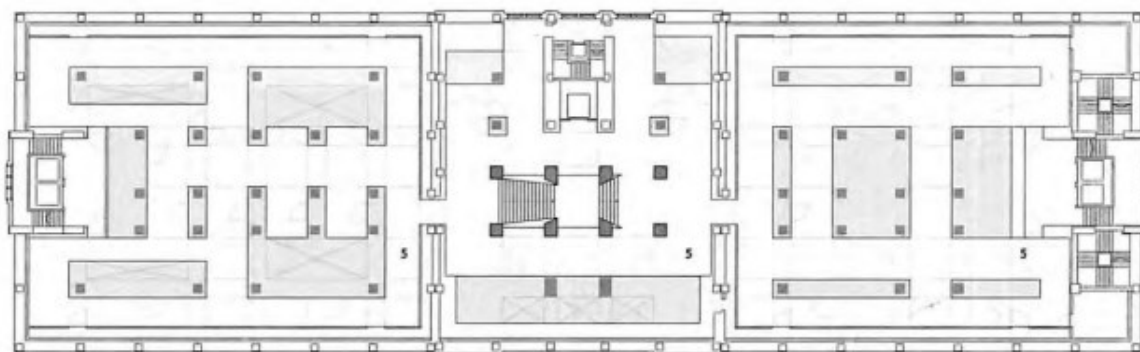


Figura 7 – Planta piso 2 do Museu do Oriente. Exposições Permanentes (5).

O piso 0 de admissão do edifício alberga o Átrio/recepção, a loja o lounge e as exposições temporárias. O piso 3 acolhe as reservas e o restauro e uma área técnica destinada a climatização edifício. As salas de reuniões e de trabalho são distribuídas pelo piso 4. Por último, e onde se destaca a relação mais privilegiada com a envolvente cercada de grandes envidraçados e pátios exteriores, diz respeito ao piso 5 e alberga o acesso publico ao auditório, o restaurante, o salão nobre e por fim os gabinetes administrativos (ver figura 8). (Serrano, 2010)

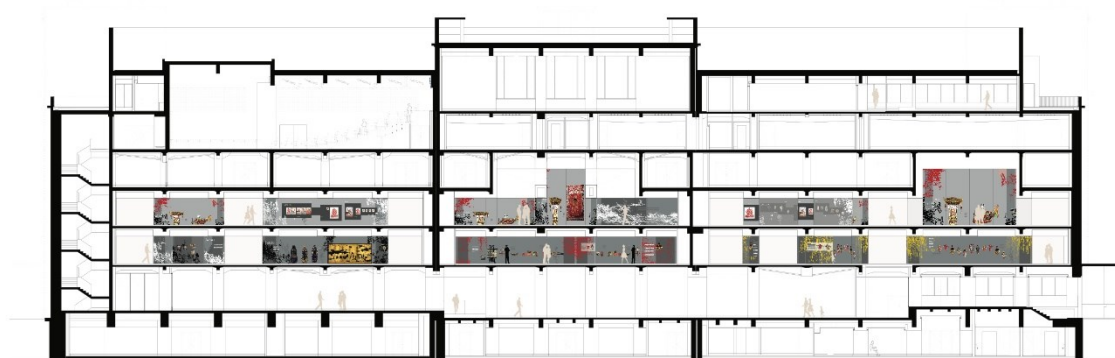


Figura 8 - Corte longitudinal do Museu do Oriente.

Segundo Ramos, tratou-se de uma intervenção muito objetiva, que resultou num edifício dotado de condições para a instalação de várias funções. Pouco ousada, não interferiu demasiado com a pré-existência, a estrutura apertada existente, contemplado em todos espaços e que foi melhorado nas zonas dirigidas à exposição. A harmonia com os materiais e sistemas construtivos existentes também foi conseguida.

O projeto permitiu adequar, de forma simples, a forma à função, utilizando e aplicando materiais relacionados com os preexistentes, bem como os sistemas construtivos, o foco principal foi a zona de exposição. Face à refuncionalização houve a necessidade de destacar alguns pontos importantes, exemplo disso, foi a entrada pública que se destacou pela diferença no que diz respeito a forma face à restante fachada (ver figura 9). É evidente também a zona da receção e acessos verticais que são evidentes e claramente visíveis através da nova forma.

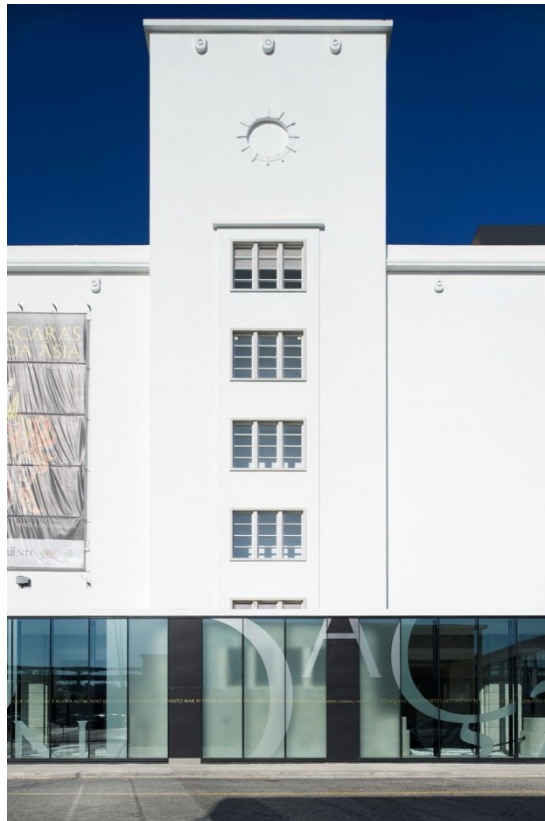


Figura 9 - Fachada Poente - Museu do Oriente

No exterior é visível a nova função que confere um valor acrescentado às fachadas e volumetrias, que são os elementos mais característicos do edifício, que se destacam pela presença forte e singular na cidade. (Ramos,2011)

Esta intervenção constitui um bom exemplo de como a reconversão de um edifício industrial permitiu revalorizar a imagem da cidade, enriquecendo o património e o conhecimento a nível mundial, ao mesmo tempo em que possibilitou preservar os padrões passados e salvaguardar a heterogeneidade de um espaço urbano único e distinto cidade de Lisboa.

2.2.1.1. | Análise da salvaguarda dos valores do património industrial

Da análise feita ao projeto de reconversão do edifício Álvares Cabral é possível verificar que foram respeitados certos procedimentos com vista a salvaguardar os valores inerentes ao património industrial, nomeadamente no que respeita à perceção que se teve do monumento e da sua integração no espaço urbano, que valoriza. Assim, este foi preservado como testemunho de uma memória histórica, apesar de não se tratar de uma criação arquitetónica excecional

Apesar de ter havido mudanças profundas no layout dos edifícios, devido a exigência do novo programa/ função, no projeto de reconversão houve o cuidado de conservar os elementos de escultura pré-existent, até mesmo fazer sobressair alguns deles, nomeadamente na fachada poente com os novos volumes, tendo o programa sido adaptado à pré-existência.

Além disso houve a preocupação de, com os novos acrescentos, “(...) não alterar o equilíbrio da composição e tradicionais relações com o meio envolvente. A autenticidade foi limitada à manutenção da volumetria, e a elementos escultóricos, havendo alguma modelação da estrutura, e omissão de pilares, sendo esta apenas absorvida de um modo geral.” (Ramos, 2011)

“O edifício apresenta uma deficiente relação com a envolvente, funcionando de forma parcial, e constrangido pelas vias automóveis. A monumentalidade do mesmo pode em parte aplicar-se a esta reabilitação, uma vez que podemos observar zonas menos ativas no edifício – gabinetes de reunião e exposição temporária, com pouca rotatividade.” (Ramos, 2011)

A reabilitação do edifício promove a diversidade de paisagens, sobretudo pela forma arquitetónica, e a sua salvaguarda e zona de proteção podem desenvolver os fatores culturais.

Os princípios preconizados no que respeita ao conceito de reconversão, estão patentes na intervenção efetuada ao edifício, visto que, a intervenção é feita sobre a estrutura geral do edifício existente, ao mesmo tempo que preserva a sua identidade e valoriza a área urbana que em outros tempos estava degradada.

Por último, houve o cuidado de manter os elementos originais do edifício, no entanto e para distinguir e marcar as fases de construção, foi introduzido elementos da arquitetura atual. O edifício conservou e tentou integrar os elementos escultóricos, em destaque os relevos da autoria do artista Salvador Barata Feyeo⁹.

De acordo com o que foi referido no primeiro capítulo, entende-se que este processo de reconversão, contou com a adequação às novas funcionalidades previstas, admitindo pequenas alterações que não são entendidas como um contraste ao já existente, mas antes uma analogia. Fez-se a analogia do edifício abandonado que voltou a ganhar vida, com as alterações espaciais e estéticas de forma a servir outro propósito.

⁹ Salvador Barata Feyeo (1899 - 1990) Escultor português formado pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, onde leccionou posteriormente, de 1949 a 1972 (Agostinho, 2013, p. 194)

2.2.2. | Fábrica dos Leões - Complexo de artes visuais e arquitetura da Universidade de Évora

A Fábrica dos Leões encontra-se localizada em Évora, e foi ativada em 1916 pela sociedade Alentejana de Moagem. Referência nacional na indústria da moagem, a fábrica laborou até 1993, e ao longo dos tempos foi submetida a mudanças, nomeadamente a adição de edificado. (Serrano, 2010)



Figura 10- Vista aérea da Fábrica dos Leões.

Com o objetivo de construir uma residência de estudantes, a Universidade de Évora comprou em 1997 a Fábrica dos Leões. Posteriormente, foi necessário inserir um espaço para acolher o novo núcleo de Artes da Universidade, excluindo então a ideia de realizar a residência. (Reis, 2015)

A reconversão teve início em 2007 e finalizado em 2010. O projeto foi concedido através de concurso publico, os vencedores e responsáveis pela intervenção foi os ateliers Inês Lobo Arquitetos e Ventura Trindade Arquitetos. (Serrano,2010)

Depois de uma reflexão detalhada, houve aprovação que reconverter a antiga Fábrica

dos Leões para acolher o novo polo da Universidade de Évora, o Complexo de Artes Visuais e Arquitetura era viável, para além do que permitia recuperar o conjunto fabril desativado.

Ao longo dos tempos, foram surgindo construções ilegais (anexos) que tornaram a área de intervenção fragmentada e até confusa. A reconversão foi possível mesmo com o estado de degradação que a Fábrica dos Leões apresentava, implicando intervenções complexas (ver figura 11 e 12). A preservação da totalidade dos volumes pré-existentes foram na maioria mantidos.



Figura 11 - Fachada Nordeste



Figura 12- Fachada Sudeste

Se por um lado o concurso público previa a preservação da Fábrica dos Leões na adaptação do novo programa, por outro menciona a demolição de volumes situados a sudoeste com o objetivo de inserir uma residência de estudantes. Na opinião e análise de Inês Lobo Arquitetos e Ventura Trindade Arquitetos estes mesmos edifícios apresentavam um estado razoável de conservação, fazendo na opinião dos arquitetos, lógica, de os manter e adaptar o novo programa que viria a ser o Departamento de Artes Cénicas. Com isto, os autores apresentam-na a proposta de não demolir os edifícios que se previa no concurso e abdicam da construção da residência de estudantes. (Serrano, 2010)

Posto isto, Inês Lobo Arquitetos e Ventura Trindade direcionam a intervenção sobre os edifícios existentes reorganizando e adaptando o programa destinado às atividades escolares dos cursos ligados às artes: Artes Visuais, Multimédia, Arquitetura e Teatro.

Segundo Reis, *“a ideia principal da proposta de intervenção, dos arquitetos Inês Lobo e Ventura Trindade, consistiu em adaptar ao máximo a tipologia dos edifícios ao programa do polo universitário, preservando a essência do conjunto industrial. Em forma de U, a fábrica era composta por uma heterogeneidade de edifícios monotécnicos independentes entre eles, que dificultava a ocupação da universidade ao espaço.”*

Em 2007 iniciou-se a primeira fase com a demolição das construções anexas, a reconversão nos edifícios situados a Nordeste e a inserção de um novo volume a Noroeste. Concluídos os trabalhos da primeira fase, os Cursos de Artes Visuais, Multimédia e Arquitetura ocuparam as novas instalações (ver figura 13). A segunda fase surge em 2009, com a recuperação de um edifício a Sudeste e com a construção da cafeteria e das oficinas. (Santos,2013)



Figura 13 - Planta esquemática - Intervenções

O volume A, que por sua vez é o edifício de referencia da fábrica, alberga o curso de Arquitetura teve intervenção a nível da recuperação da estrutura, espacialmente já existia zonas amplas que serviriam perfeitamente para albergar os ateliers da disciplina de projeto. (ver figura 14). O centro de documentação e sala de apoio a professores é inserido no volume confinante.(Reis, 2015)



Figura 14 - Edifício Arquitetura, sala de aulas - Pormenor sistema de cobertura.

Aglomerado a este espaço é introduzido um telheiro de grandes dimensões, retratando os antigos cobertos inseridos nos apeadeiros. Este mesmo telheiro tem como

principal objetivo fazer a ligação entre os edifícios (ver figura 15) assim como serve de extensão das salas de aulas.



Figura 15 - Telheiro de ligação entre edifícios.

A intervenção submetida tem como objetivo primordial manter a linguagem industrial. Assim, a preservação dos elementos (materiais, formais e espaciais) patentes na fábrica, são “pilares” na organização do novo programa.

“Propõe-se devolver à estrutura existente o carácter austero e essencial que define o conjunto fabril, subtraindo divisórias e adornos, retomando a simplicidade original como valor intrínseco.”¹⁰

Adição, subtração e preservação foram as ações adotadas para devolver o aspeto fabril existente.

As principais ações realizadas passou pela demolição de três dos sete edifícios principais, e anexos existentes, construção de novos volumes (um volume longitudinal situado a Noroeste, um volume dependente no pátio que acolhe à cafetaria e volumes de menos escala que acolhe as oficinas), reformulação do pátio interior com a inserção de um telheiro que faz a ligação exterior entre os edifícios, recuperação dos edifícios existentes

¹⁰ Lobo, Inês. *Memória descritiva: Projecto de Reutilização da Antiga Fábrica dos Leões*. Évora, 2008.

situados na zona Nordeste e por fim preservação e recuperação das fachadas existentes. (Serrano, 2008)

O pátio interior assume-se como ponto de referência, de convívio, mas também como ponto de vivência interior do edificado envolvente (ver figura 16) uma ideia do arquiteto paisagista João Gomes da Silva. (Reis, 2015)

“No vazio central, um inesperado prado verde remete para a ideia dos campus universitários”¹¹



Figura 16 – Vista pátio interior, edifício de Artes Visuais e Multimédia.

Seguindo os alinhamentos e volumetria do edifício existente, o novo volume que alberga o Curso de Artes Visuais e Multimédia, surge com uma materialidade e estética diferente. O layout interior vai ao encontro dos edifícios pré-existentes, onde verificamos salas grandes, acompanhadas por vãos de grandes dimensões (ver figura 17 e 18).

¹¹ Lobo, Inês. *Memória descritiva: Projecto de Reutilização da Antiga Fábrica dos Leões*. Évora, 2008.



Figura 17 - Vista frontal, edifício de Artes Visuais e Multimédia.



Figura 18 – Vista lateral, edifício de Artes Visuais e Multimédia.

O volume novo divide-se em três pisos, os ateliers de pintura e escultura são inseridos no primeiro piso e tem conexão direta com o telheiro criado no pátio, permitindo uma continuidade entre o espaço interior e exterior. As salas de multimédia, vídeo, desenho e fotografia, são albergadas no segundo piso. O programa mais privado, que diz respeito às salas dos professores e à secretaria situa-se no terceiro e último piso.

2.2.2.1. | Análise da salvaguarda dos valores do património industrial.

Analisando a intervenção, compreendemos que as opções projetuais formadas tiveram em conta a conservação do desenho original, intervindo na pele do edifício, conferindo uma nova roupagem ao nível dos materiais e adaptando-o à contemporaneidade. Naturalmente, através da mudança de função sobretudo no interior dos imóveis, é possível estabelecer-se um paralelo entre a intervenção efetuada no edifício Álvares Cabral e a preconizada no Complexo de Arquitetura e Artes Visuais, pois os materiais utilizados nos pavimentos e paredes encerram características associadas a uma determinada imagem industrial, não só traduzindo uma preocupação no capítulo da resistência ao desgaste, mas visualmente transportam o utilizador para uma dimensão moderna.

Concluída a reconversão, é notável a adaptação do novo programa a pré-existência, mesmo que as mesmas tem tido caráter profundo, todavia importante para a harmonia da reconversão. Preservar e recuperar foi a diretriz do projeto para manter o caráter industrial da fábrica.

A obra consistiu na reabilitação de um edifício, donde se destacam os trabalhos de demolição integral do interior dos antigos silos de cereais e na utilização dos pavimentos existentes, em soalho, para execução de lajes mistas, madeira/betão, tendo-se utilizado um sistema inovador de conectores com recurso à utilização de varão em aço para a construção e buchas químicas; e, na construção dum novo edifício, em estrutura mista, betão armado e aço, donde se destacam as fachadas e cobertura construídas em chapa de aço galvanizada ondulada. Considera-se que a intervenção conserva apenas a imagem exterior dos edifícios intervencionados existentes, inserindo um edifício de grandes dimensões que acomoda grande parte das funções, criando um grande contraste entre o existente e o novo.

2.2.3. | Neues Museum – Berlim

O Neues Museum foi desenhado por Friedrich August Stüler, tendo sido construído entre 1841 e 1859 e encontra-se localizado na ilha dos museus de Berlim. Devido aos extensos bombardeamentos sofridos durante a Segunda Guerra Mundial, o museu ficou em ruínas com secções do edifício que necessitam de reconstrução importante¹². Apesar de terem sido feitas algumas reparações após a guerra, o edifício encontrava-se sem uso e deixado ao abandono, exposto aos elementos da natureza (ver figura 19).



Figura 19 – Neues Museum após os bombardeamentos

Em 1997, David Chipperfield Architects, em colaboração com Julian Harrap, ganhou o concurso internacional para a reconstrução do Neues Museum.

A abordagem de David Chipperfield à reconstrução e remodelação do Neues Museum é semelhante à renovação que foi efetuada por Scarpa em Castelveccchio, em Verona. Foram expostas as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e devolvidos os

¹² Consultado em <https://davidchipperfield.com/files/pdfs/4764/neues-museum-dca.pdf>

fragmentos a uma composição onde o contexto espacial e a materialidade da arquitetura original podem ser lidos de novo (ver figura 20 e 21).



Figura 20 – Neues Museum após a reconstrução



Figura 21 – Fachada Este do Neues Museum

Curiosamente, a proposta inicial da equipa em 1994 apresentava a estratégia modernista de oposição intencional. O plano inicial consistia em remover vestígios dos danos da guerra, estabelecendo a autoria original do museu e mover novos programas para um novo edifício onde Chipperfield poderia adicionar uma imagem distintamente contemporânea (Woodman, 2009).

Felizmente, Chipperfield abandonou a proposta inicial e adotou uma mais sensível.

“Essa preocupação levou-nos a criar um novo edifício dos restos do antigo, um novo edifício que celebra nem esconde a sua história, mas a inclui. Um novo edifício que foi feito de fragmentos ou partes do antigo, mas mais uma vez, conspirando para uma completude.”¹³

Cada quarto era original, altamente decorado e variava em estilo de acordo com o tipo de artefactos que foi projetado para acolher: gregos, egípcios e Pompeianos.



Figura 22 - Cúpulas de terracota

Onde se perderam as áreas do fresco o estuque não foi reintegrado, mas os tijolos expostos foram lavados para suavizar o contraste com a pintura adjacente. As cúpulas de terracota foram reparadas e rebocadas (ver figura 22) - o acabamento foi marcado para restabelecer a geometria da decoração perdida - e as arquitraves partidas foram reconstruídas com uma nova marcação que apresenta uma versão diferenciada da antiga (Woodman, 2009). Noutras partes do museu, também foram feitas intervenções modernas em locais onde a quantidade substancial da planta original foi perdida como por exemplo o caso do Pátio Egípcio (ver figura 23). Outro exemplo é a escadaria central do edifício que foi

¹³ Chipperfield. 'Introduction'. In Rik Nys and Martin Reichert, eds. Neues Museum Berlin. Verlag der Buchhandlung Walther König, Cologne, 2009, p. 11

"This concern led us to create a new building from the remains of the old, a new building that neither celebrates nor hides its history but includes it. A new building that was made of fragments or parts of the old, but once again, conspiring to a completeness"(tradução livre)

completamente destruída, mas Chipperfield substituiu-a por uma peça moderna que forma uma adição harmoniosa com espaço (ver figura 24).



Figura 23 - Pátio Egípcio

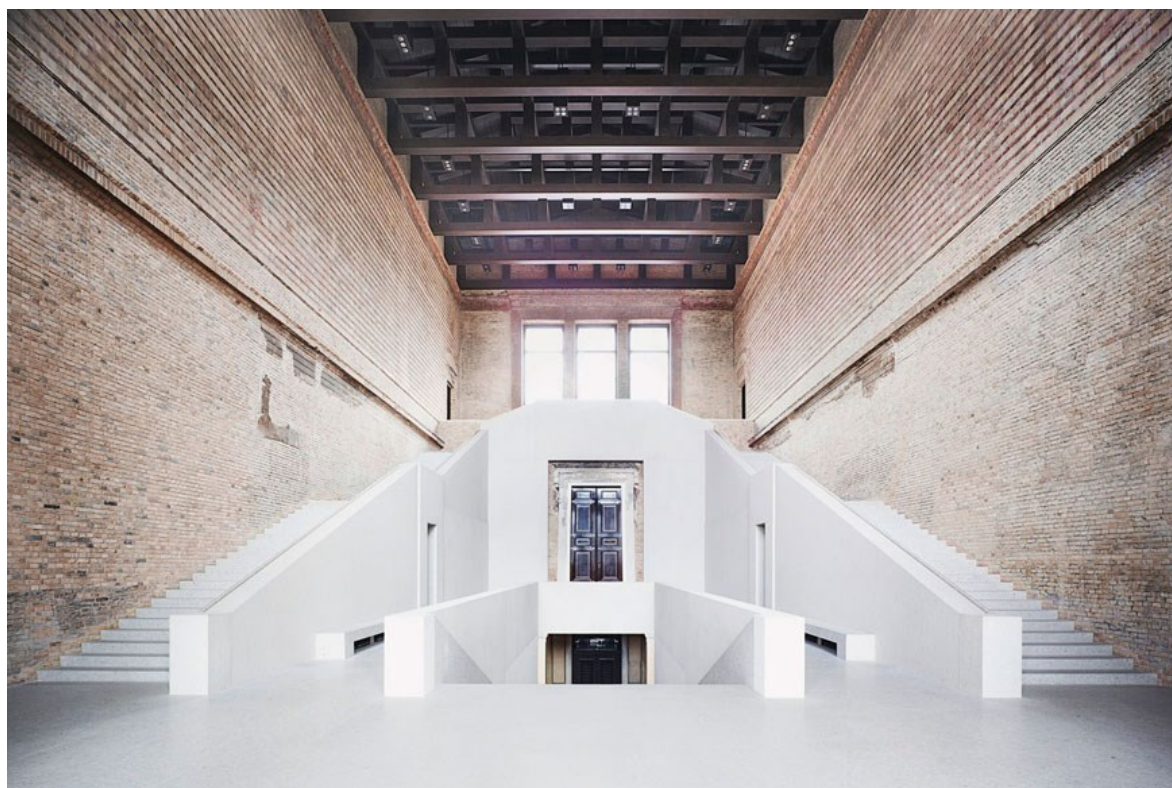


Figura 24 – Nova escadaria.

Construído em betão pré-fabricado constituído por cimento branco misturado com fragmentos de mármore, o pesado aspeto escultural da nova escadaria serve como uma memória da forma perdida, situada dentro de um grande salão que é deixado em tijolos aparentemente crus, sem uma ornamentação generosa. O mesmo elemento é usado em locais onde as lacunas ocorrem na estrutura existente sem competir com ele devido ao aspeto silencioso da mistura. (Simões, 2016)



Figura 25 - Nova entrada do edifício.



Figura 26 - Nova entrada do edifício.

A linguagem arquitetónica da adição adota elementos existentes no sítio e o desenho reflete a arquitetura clássica sem a copiar. As colunatas continuam onde os existentes terminam e se envolvem, levando os visitantes às escadarias ao ar livre (ver figura 25 e 26). O estilo material de pedra reconstituída, misturado com agregado de pedra natural, combina com a paleta multicolor do calcário e arenito da Ilha dos Museus.

Neste caso, as novas construções são de contraste às existentes: perderam-se as áreas do fresco o estuque não foi reintegrado, e também foram feitas intervenções que alteraram a planta primordial. No entanto, como foi referido, tentou-se suavizar estes contrastes.

Segundo Álvaro Siza, *“a sensibilidade de Chipperfield rendeu-se, de uma maneira friamente calculada, à delorosa beleza das ruínas, como se consolidando instantaneamente o latente processo intemporal do decay”*.¹⁴

2.2.3.1. | Análise da salvaguarda dos valores do património industrial.

Depois da análise feita ao projeto de Neues Museum, é notório que as opções feitas por David Chipperfield buscaram a salvaguarda da imagem inicial do Museu que em outros tempos foi destruído pelo bombardeamento. Ao contrário dos outros casos estudados, este foi reabilitado para receber o mesmo programa que tinha sido construído. Chipperfield, através de uma harmonia sublime, adiciona a reabilitação adições que se ligam e replicam uma consonância na imagem global da intervenção.

Considera-se que o projeto conserva a imagem exterior com o cuidado de manter a linguagem clássica existente, o foco é enaltecer a pré-existência, e o que é adicionado faz com que a mesma se destaque. No interior observamos uma intervenção profunda, mas com uma premissa, os materiais usados não se sobrepõem aos materiais existentes. Retratamos também que foi mantido a disposição interior no seu conjunto.

¹⁴ Citação de Álvaro Siza, in David Chipperfield Architects (2009). Neues Museum Berlin. Verlag der Buchhandlung Walther Konig, Köln.

David Chipperfield, aplica na íntegra os princípios da carta de Veneza, respeitando os vários momentos históricos de preservação, aplica sabiamente intervenções de conservação, consolidação, reparação, restauro, reconstrução, e construção nova.

2.3. | Análise comparativa

A Arquitetura está intimamente ligada a outros domínios como a Antropologia, Geografia e Sociologia, por isso antes de se estudar um espaço tem que ser feita uma análise à envolvente sociológica e arquitetónica do local. Uma obra de arquitetura é um reflexo do autor que a concebe e tem repercussões importantes nas pessoas que a habitam e utilizam. Como refere Pereira (2011: 1), “o espaço é sem dúvida a característica mais importante, é nele e através dele que a pessoa que o habita tem a capacidade de sentir, experimentar emoções só pelo facto de viver nesse local.

Atualmente, um projeto arquitetónico vai muito para além do que se considera hoje em dia uma necessidade básica, podendo afirmar-se que este é quase uma questão de afirmação de poder.”

Em Portugal, o conceito de recuperar estava relacionada com política, assim como observamos no excerto: “*A memória histórica “exigia” o testemunho palpável dos monumentos que surgiam, aos olhos dos portugueses, reintegrados na sua suposta forma primitiva, aquela que era a lembrada, a fim de cumprir a missão de creditar o passado*” (Neto, 2000: 61).

O conceito recuperar ganhou dimensões e foi estendido, também em Portugal recuperar foi registro duma época, tal é manifestado por Acciaiuoli (1991: 7) quando atesta que Portugal nos anos 40, simplifica e instala “*uma política de depurações e restituições que não hesitou entre a conservação sistemática e diferenciada do construído e a criação de um núcleo de singularidades com vista a reforçar uma leitura dirigida da História*”.

O enaltecimento do Património passa pela preservação e manutenção de um conjunto de valores, memórias e características histórica. Contudo, muitas aproximações foram consideradas de tal modo que aparecem opor-se.

Fortuna (1997) retrata um ponto de vista que salvaguarda que para perdurar e reconhecer o Património terá de ser aliado a “algo consumível”, algo vulnerável a negócio.

Em contraposição, o Património é desleixado, como se tratasse de um objeto alusivo ao passado. Assim, não sendo aproveitável não passa a ser inserido no quotidiano, caindo na

deserção.

No caso concreto, das intervenções estudadas levadas a cabo, nos três casos de estudo seleccionados consubstanciam, nos dois primeiros casos, projetos de reconversão de edifícios industriais cuja reabilitação se destinava a novos usos.

No caso do Neues Museum trata-se de um edifício histórico, amplamente destruído durante os bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial, o qual manteve o uso para o qual foi inicialmente concebido, mas teve de ser totalmente reabilitado. Para que fique claro, apesar de ser uma estrutura não industrial, esta reabilitação deveu-se apenas ao estado de destruição em que o edifício se encontrava.

No que se refere à volumetria, verificou-se que no Museu do Oriente se mantiveram os dois volumes existentes no lote, enquanto que na Fábrica dos Leões se teve de proceder à demolição de vários edifícios degradados, cuja preservação não se justificava. No caso do Neues Museum foram feitas adições, tendo havido o cuidado de que o design das mesmas refletisse a arquitetura clássica patente no edifício, salvaguardando o impacto do conjunto na paisagem.

Em todos os casos estudados os alçados dos edifícios foram preservados, tendo as alterações realizadas sido pouco significativas. No que se refere à Fábrica dos Leões, a linguagem e materiais utilizados nas fachadas e coberturas das novas edificações são distintos dos que foram usados nos edifícios reabilitados, tendo alterado por isso, um pouco, o visual geral exterior do conjunto, mantendo, no entanto, uma coerência e continuidade formal e material com o existente.

Esse cuidado em manter a coerência com o pré-existente é notório, sobretudo, no que se refere à intervenção efetuada no Neues Museum, onde foram utilizados materiais modernos nas novas adições, como é o caso, por exemplo, da nova escadaria, mas cuja sobriedade não compete com o aspeto clássico e formal do edificado original.

Em todos os conjuntos é também patente a tentativa de preservação da identidade visual original dos mesmos, ao manter os elementos decorativos exteriores. Falamos, então, de uma recodificação e reapresentação da memória construída, em substituição do antigo modelo que pretenderia que o passado se mantivesse intocável, num estado de quase purificação, sem quaisquer intervenções; agora falamos num passado que é preservado, mas

é, simultaneamente, recontado e transformado em legado ‘consumível’ (Lima, 2015).

No caso do Museu do Oriente a construção de elementos novos, em vidro, tanto na fachada poente, como no terraço sudoeste, pensados para captar a luz para dentro da “caixa selada” que constitui o edifício, rompem um pouco com a expressão estética original, mantendo, no entanto, a continuidade formal com o existente. A linguagem contemporânea destes novos elementos, apesar de formalmente delicada e subtil, alterou ligeiramente a volumetria do conjunto. De salientar também o revestimento a folha de ouro da parede do terraço Norte, onde estão inscritos os nomes do Museu e da Fundação que o gere.

Na Fábrica dos Leões essa continuidade é interrompida com a aplicação, de uma forma distinta e inovadora, de chapa de aço e alumínio, no revestimento exterior dos novos edifícios, o que lhes transmite uma imagem de modernidade. No entanto, a linguagem estética industrial utilizada preserva a essência e a identidade visual industrial do conjunto.

Apesar de terem sido efetuadas obras de reforço das estruturas, o sistema construtivo das edificações do Museu do Oriente e da Fábrica dos Leões foi preservado, dados que as respetivas estruturas, de construção relativamente recente - remontando ao início do século XX - se encontravam bem conservadas, tendo sido concebidas para suportar grandes cargas e responder a inúmeras exigências de segurança.

No que concerne ao Neues Museum, houve a necessidade de expor diversas alterações efetuadas anteriormente de forma a devolver ao edifício o contexto espacial e material da arquitetura original.

Quanto às transformações operadas na configuração interior dos edifícios estas foram efetuadas em função do novo uso que lhe foi atribuído com a sua reconversão, tendo a Fábrica dos Leões sido o conjunto que sofreu menos alterações, pois a sua distribuição espacial, constituída por amplos espaços, era perfeitamente compatível com a necessidade de ateliers, salas de arte ou teatro do Departamento de Arquitetura, de Artes Cénicas e Artes Visuais da Universidade de Évora. De igual modo, o Neues Museum, cujo edifício tinha concebido de raiz para o fim a que se destinava, não teve alterações significativas na sua configuração interior.

De todos os casos estudados, o Museu do Oriente foi o que necessitou de uma intervenção maior, tendo-se preservado somente o sistema construtivo original. Os requisitos

do novo uso que lhe foi atribuído obrigou a uma profunda transformação da configuração interior do edifício, não sendo reconhecível a sua função original.

CAPÍTULO III | RECONVERSÃO DA FÁBRICA DO CARVALHINHO

FONTAINHAS - PORTO

3.1. |Enquadramento da cidade

3.1.1. |Cidade do Porto

Debruçada sobre o Rio Douro, o Porto é uma das mais antigas cidades da Europa. O seu perfil alcantilado sobre o rio e as suas notáveis pontes tem sido motivo de inspiração de numerosos artistas.

“Esta é a cidade dos lugares onde o tempo assentou raízes nas marcas da história, nas evocações dos cronistas, nas lendas retidas no imaginário popular, a cidade das ruas e travessas, largos e recantos, escadas, vielas e jardins, com nomes e referências sedimentares nos séculos.” (Pacheco.s.d, online)

O Porto é a cidade dos contrastes: burguesa e cosmopolita, conservadora e inovadora, individualista, familiar e comunicativa, ribeirinha e atlântica, minhota-duriense e europeia.

Ao longo do tempo, o Porto conheceu mudanças urbanas e sociais que, a partir do séc. XVII e ao longo do séc. XIX, provocaram radicais alterações da sua fisionomia e na maneira de ser dos habitantes. Tais mudanças viriam a acentuar-se no século XXI, particularmente nas últimas décadas.

O Porto nasce e desenvolve-se, durante a Idade Média, a partir da margem norte do rio Douro, os bairros antigos da cidade, sobranceiros ao rio, a harmonia das suas linhas e da sua indutora urbanística constituem um conjunto de rara beleza.

3.1.2. |Enquadramento e história da área de intervenção



Figura 27 - Planta localização fabrica do carvalhinho.

A Fábrica do Carvalhinho encontra-se situada na margem do Rio Douro mais concretamente na Avenida Gustave Eiffel, freguesia do Bonfim, Porto e está implantada num terreno de dimensões invulgares para o centro do Porto, tendo como área 2710m² e onde durante várias décadas funcionou uma fábrica de loiça (ver figura 27).

Apesar de se desconhecer a data exata em que a fábrica começou a laborar, pensa-se que terá sido por volta de 1840, dado que no arrendamento da propriedade realizado em 1841 por Tomás Nunes da Cunha já se fala da existência de uma fábrica, com seu forno, e de uma certa quantidade de louças¹⁵.

¹⁵ Pereira, Hugo. 2007. Fábrica Cerâmica do Carvalhinho - História e Acção Social, Desportiva e Cultural. 1º Encontro de História e Investigação. Porto: Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 3.

“A primeira instalação da Fábrica do Carvalhinho, ficava situada na Capela do Senhor do Carvalhinho, local que inspirou o nome da fábrica, pertencente à Quinta da Fraga, no Porto, junto à Calçada da Corticeira.”¹⁶

A fábrica do Carvalhinho foi implementada na Quinta da Fraga, numa zona compreendida entre as Fontainhas e a Corticeira, numa antiga propriedade dos jesuítas.

O nome Carvalhinho deriva da capela do Senhor do Carvalhinho onde foi inicialmente instalada junto com alguns barracões anexos.

A fábrica era propriedade de Tomás Nunes da Cunha e António Monteiro Cantarino, este antigo mestre de cerâmica, que fundaram a empresa Tomás Nunes da Cunha & Cº. Em 1848 era já um dos fabricantes associados no depósito de louças da rua da Esperança, liderado por Rocha Soares.

“Em 1853 a fábrica sofreu ampliações que lhe permitiram lançar-se, definitivamente, no campo comercial.

Em 1870 Castro Júnior, que é genro de Thomaz Nunes da Cunha sucede-lhe e toma os destinos da fase seguinte de fábrica.

Na viragem do século e em conjunto com a fábrica das Devesas, a fábrica resistiu à transição atingindo mesmo um elevado grau de desenvolvimento industrial.

Os azulejos de parede foram produzidos, pela primeira vez, nesta fábrica que recebeu ao longo dos quase 140 anos de existência diplomas de mérito nesta área, constituindo o maior exemplo disso a própria fachada de azulejos da Fábrica Carvalhinho, no Largo S. Domingos.”¹⁷

¹⁶ Informação disponível em: http://www.portoxxi.com/cultura/ver_folha.php?id=17

¹⁷ Informação disponível em: http://www.portoxxi.com/cultura/ver_folha.php?id=17



Figura 28 - Paineis do Santuário dos Remédios – Lamego (produzidos na Fábrica).

Empregava, em meados do século XIX, “vinte operários e doze a dezasseis menores”¹⁸.

“No início do século XX, as fábricas de cerâmica portuguesas debateram-se com dois problemas: o surgir de produtos cerâmicos estrangeiros (Inglaterra e França); e o atraso tecnológico das máquinas utilizadas, comparativamente com as concorrentes. Em 1906 a fábrica é ampliada. Renovou-se a parte técnica conseguindo-se alcançar melhor e maior produção, exportando para o Brasil e África os seus produtos em grande escala. Entravamos assim na “Dinastia Freitas”.

Em 1923 a Quinta do Arco do Prado é adquirida pelo gerente A. Pinto Dias Freitas, filho do primeiro sócio da dinastia Freitas, um vasto terreno a algumas centenas de metros da estação de V. N. de Gaia.

Seguindo modelos de fábricas de cerâmica da Alemanha e Inglaterra nascem as novas e modernas instalações da fábrica do Carvalhinho, dotadas do mais moderno equipamento tecnológico da época.”¹⁹ (ver figura 29).

¹⁸ SOEIRO, LACERDA, OLIVEIRA, 2001: 71.

¹⁹ Informação disponível em: http://www.portoxxi.com/cultura/ver_folha.php?id=17

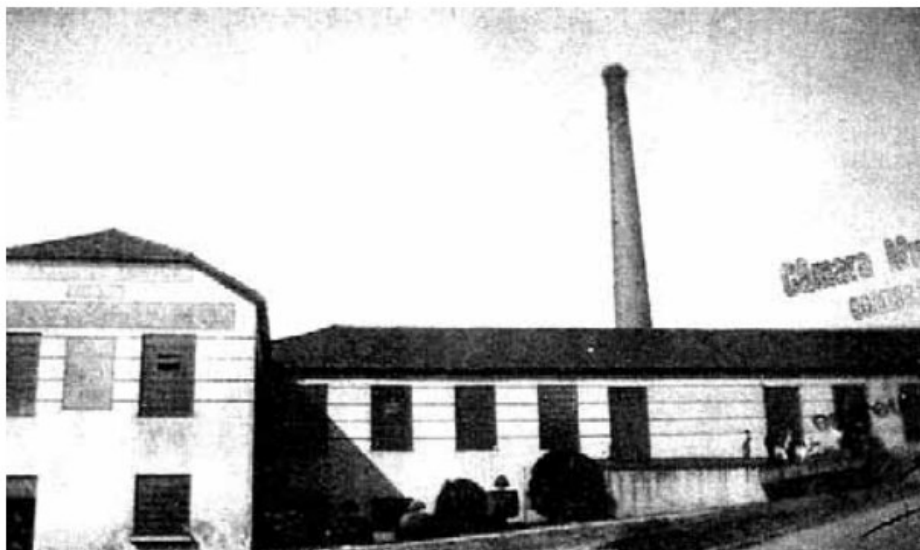


Figura 29 - Novas instalações Fábrica do Carvalhinho, Vila Nova de Gaia.

“Em 1930 o sócio A. Pinto Dias de Freitas vê-se obrigado a, devido a grandes dificuldades financeiras, associar-se à Real Fábrica de Louça de Sacavém de grande prestígio na época e para onde se transfere a sede da Carvalhinho sob a direção do Sr. Herbert Gilbert. Nesta fase a fábrica atingiu o que se considerou “a idade de ouro”. Celebrando o centenário da sua existência em plena atividade, em 1940.

Depois da morte de António Dias de Freitas, em 1958, é nomeado Frederick W. Sellers para gerente da fábrica de Gaia em colaboração com Eng.º Ant.º Almeida Pinto de Freitas, um dos filhos do anterior sócio, que acaba por retirar-se mais tarde devido a desentendimento com aquele gerente.

Em 1965 juntamente com um irmão, compra à fábrica de Sacavém a sua parte no capital da empresa.”²⁰

Segundo Pereira (2009), os dois irmãos tentaram dar novo impulso à fábrica através de uma política de investimentos (aquisição de equipamento fabril para suprimir mão-de-obra e reduzir os custos de fabrico) baseada na colaboração com firmas estrangeiras, apercebendo-se que a fábrica não conseguia acudir a todos os pedidos de material que lhe

²⁰ Informação disponível em: http://www.portoxxi.com/cultura/ver_folha.php?id=17

eram feitos e que era necessário enquadrá-la numa conjuntura internacional e não somente de mercado nacional.

No entanto, apesar dos seus produtos continuarem a ser procurados em Portugal e no estrangeiro, a fábrica passa por dificuldades financeiras extremas. Para esta situação contribuíram dois fatores exógenos à administração da fábrica: por um lado, o Carvalhinho passava a ter de lidar com uma forte concorrência interna movida por novas empresas cerâmicas; por outro lado a década de 70 foi marcada pelo advento do plástico que determinou o desinteresse do mercado pela cerâmica funcional e artística.

Uma vez que contraem enormes prejuízos, vêm-se obrigados a entregar a fábrica em haste pública ao Sr. Serafim Andrade. *“A nova gerência tentou o impossível: fazer ressurgir o Carvalhinho, mas as intransponíveis condições do mercado interno – que os novos proprietários provavelmente desconheciam – impediram qualquer tipo de ressurreição da fábrica.”* (Pereira, 2009)

*“Esta encontrava-se já numa fase de total decadência, acabando por encerrar definitivamente em meados da década de 80, perdendo-se, assim, uma das mais notáveis unidades de cerâmica do nosso país.”*²¹

Após a desativação da Fábrica do Carvalhinho, esta foi palco de um violento incêndio, que agravou em muito o seu estado de conservação. Como se observa nas figuras seguintes, restam apenas as paredes do antigo edifício (ver figura 30,31 e 32).

²¹ Informação disponível em: http://www.portoxxi.com/cultura/ver_folha.php?id=17



Figura 30 - Fábrica do Carvalhinho após incêndio, fachada Sul.



Figura 31 - Fábrica do Carvalhinho após incêndio, fachada Este.



Figura 32 - Fábrica do Carvalhinho após incêndio, fachada Norte.

Atualmente, parte da Fábrica do Carvalhinho sofreu intervenção e deu lugar ao novo Hotel Eurostars Porto Douro, da autoria do Atelier N&N-Arquitetura e Planeamento, Lda. Referir que foi uma intervenção elaborada sobre as ruínas passadas, onde recuperaram o embasamento e todos os elementos construtivos em granito passíveis de recuperar, nomeadamente no que diz respeito aos vãos e das varandas (ver figura 33 e 34).



Figura 33 - Parte da Fábrica do Carvalhinho antes da intervenção.



Figura 34 - Novo Hotel Eurostars.

De tudo que foi referido anteriormente, depreende-se a necessidade de fazer uma intervenção sobre a parte devoluta que ponha termo ao grau de destruição elevado do edifício.



Figura 35 - Planta localização Fábrica do Carvalhinho-zona a intervir.

Nesta fase do trabalho, foi fundamental proceder ao levantamento espacial de toda a área de intervenção (ver figura 35) e assim balizar de uma forma mais precisa toda a intervenção sofrida pelo imóvel. Foi realizado simultaneamente, o levantamento dimensional, construtivo e do estado de conservação.

Levantamento dimensional

Com o levantamento dimensional, temos a noção exata das áreas e consequentemente se esta mesmo tem capacidade para albergar novas funções.

No geral, estamos perante um conjunto de pré-existências com uma escala considerável, sem divisões devido ao grau de ruína aparente que se encontra. Neste sentido, é mais simples adaptar o programa devido ao encontrar no geral somente os limites exteriores dos volumes. Apresenta-se assim, as plantas da fábrica do carvalhinho, que mostram as dimensões que surgiram do levantamento dimensional (ver figura 36,37 e 38).

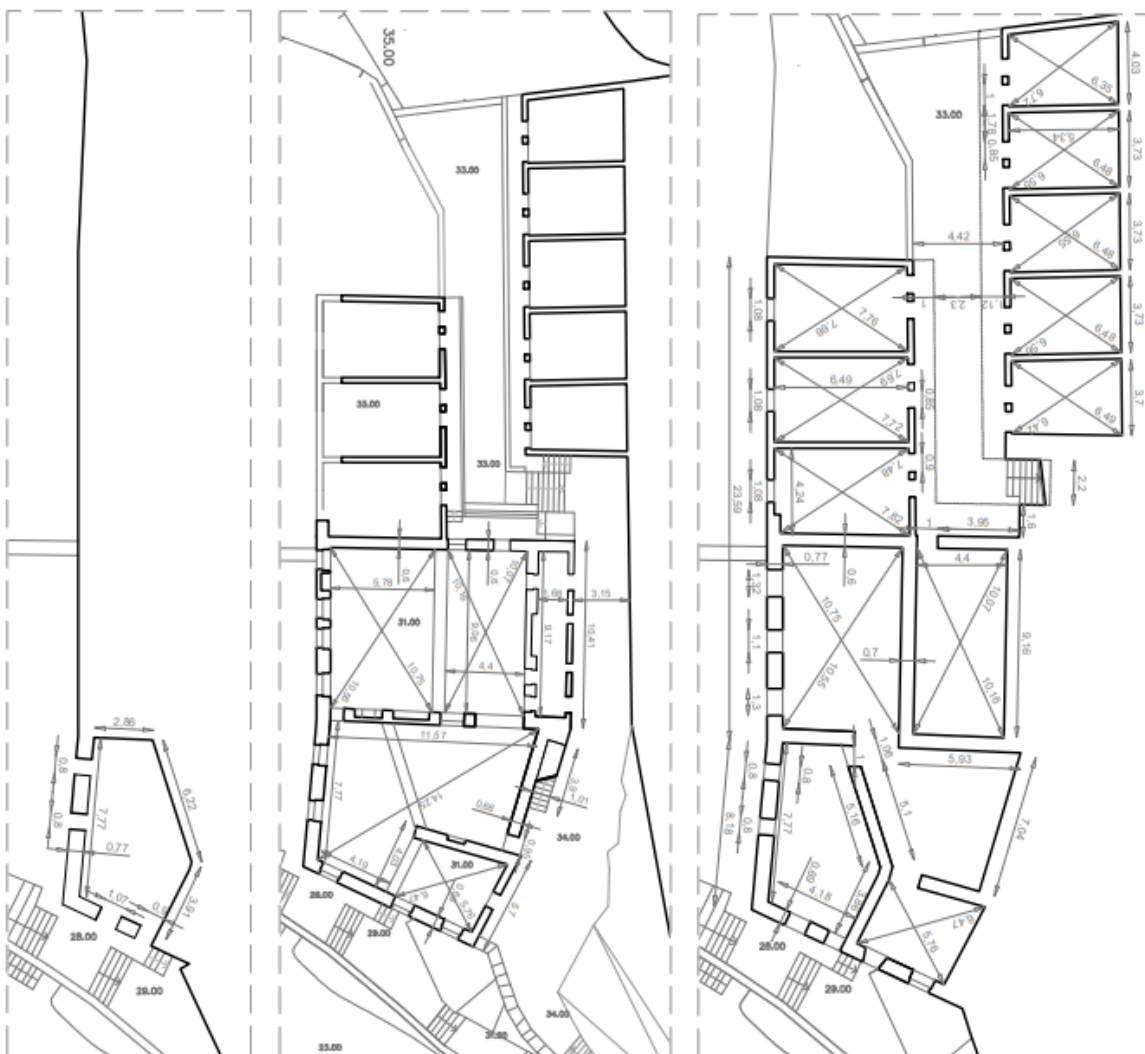


Figura 36- Levantamento
dimensional existente -
Planta cota 28.00

Figura 37 - Levantamento
dimensional existente –
Planta cota 31,00

Figura 38- Levantamento
dimensional existente -
Planta cota 34.00

Levantamento construtivo e estado de conservação

Nesta fase, como não existe qualquer informação que nos indica a composição estrutural do edifício, o levantamento construtivo foi direcionado para analisar os materiais a nível de revestimento. A nível das coberturas, o edifício encontra-se sem as mesmas na sua totalidade (ver fotografia 1 e 2). Apenas podemos observar vigas em madeiras que nos dizem que outra hora foram colocadas para suportar coberturas inclinadas tradicionais de telha.

As paredes exteriores são no geral uma mistura de pedra irregular com pedra aparelhada ligada por argamassa de cal e areia, o acabamento é pintura à base de cal por efeito de pigmentos (ver fotografia 3).

As paredes interiores também em pedra irregular ligada por argamassa de cal e areia, o acabamento à base de estuque liso. As escadas são em granito amarelo aparelhada.

A nível de caixilharias também não existe, apenas pontualmente podemos observar bites em madeira de pinho que foram colocados na sua construção. Uma fotografia encontrada no arquivo, dita que as janelas eram deslizantes (de guilhotina).

No que diz respeito aos pavimentos, pelo interior está totalmente obsoleto, por um lado não existe lajes entre pisos e os pavimentos em contato com o solo aparentam pontualmente partes em cimento, mas na maioria devido ao contato com a humidade as ervas/mato estão presentes quase totalmente (ver fotografia 4).

As cantarias de granito aparelhado, além de ter função decorativa e estética, desempenham função estrutural, localizam-se no contorno das janelas e portas.

A ruína mantém-se presente na imagem geral do edifício (ver fotografia 5). É notório e patente em vários pormenores do edifício como nos vãos vazios, a cobertura inexistente que deu lugar a planos vegetais sobre as lajes de piso. Outro ponto em que observamos o estado de ruína, é no elemento com mais destaque no edifício que se refere ao alçado frontal da capela (ver fotografia 6), assumindo-se assim como um elemento cénico. No caso de estudo, o edifício está na sua totalidade em estado de ruína, ou seja, necessita de intervenção a nível de reconversão ou substituição. De seguida apresenta-se levantamento fotográfico do edifício para uma melhor compreensão do seu estado.



Figura 39 - Planta localização fabrica do carvalhinho-levantamento fotográfico.

Fonte: Google Earth



F1-Estado conservação da cobertura



F2-Estado conservação da cobertura



F3-Estado conservação paredes exteriores



F4-Estado conservação pavimentos



F5-Estado conservação geral do edificio



F6-Estado conservação fachada da Capela

Pretende-se assim, criar um lugar aventureiro e vibrante, a medida dos estudantes que o vão “ocupar”.

Quando as fábricas não são mais espaços industriais, as suas estruturas robustas criadas com tijolos e vigas antigas podem ser convertidas para novos usos - hotéis, escritórios, shopping centers, restaurantes, clubes, centros culturais e de desempenho. Converter fábricas em alojamento(s) contemporâneo(s) é outro uso inovador desses espaços industriais. Os antigos edifícios fabris podem ser transformados em residências particulares, unifamiliares ou como complexos familiares múltiplos, caso do nosso estudo. As fábricas têm espaço e abundância de luz o que é atraente para muitas pessoas. Os edifícios de fábrica apresentam paredes de tijolos expostos, vigas de madeira ou estruturas de vigas de aço que dão aos interiores modernos de casas uma sensação industrial única ou um encanto rústico.

As vigas de madeira e aço abertas dão um aspeto forte, ao mesmo tempo em que se adaptam bem ao design de interiores contemporâneo e à decoração moderna do alojamento. Espaços industriais renovados funcionam muito bem como espaços combinados de trabalho e estúdio.

A tendência de reconversão e redesenho de fábricas e armazéns tem sido associada há muito tempo a Nova Iorque, mas hoje essas impressionantes casas fabris são possíveis de observar em todo o mundo.

3.2. | Proposta

Com o apoio das teorias descritas no primeiro capítulo e na análise dos casos de referência do segundo capítulo, elaborou-se uma proposta com base na preservação e intervenção do património industrial para o conjunto edificado da antiga fábrica do Carvalhinho.

Em uma primeira fase, e como vimos no subcapítulo anterior, realizou-se um levantamento arquitetónico do existente ao nível métrico e fotográfico, confrontando com depoimentos da população, fotografias e documentos redigidos de forma a ter uma perceção de como era a área de intervenção.

A estratégia adotada prevê uma residência de estudantes, composta por um conjunto arquitetónico de três corpos (ver figura 40), designados por corpo A e B referente aos volumes pré-existent e o corpo C que surge como uma nova adição e que acolhe as residências. Os espaços envolventes serão todos pátios, jardins e miradouros públicos, salva exceção de uma zona de uso exclusivo as residências que diz respeito a uma área de lazer, nomeadamente uma piscina.

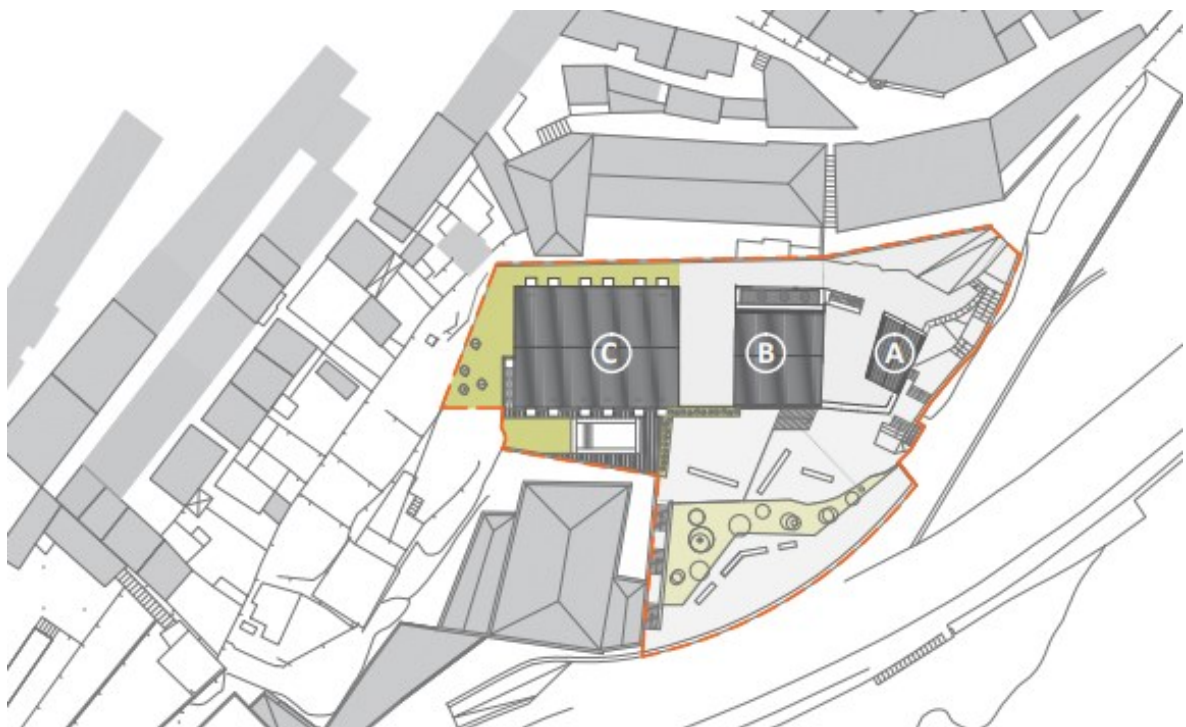


Figura 40- Planta de enquadramento da área de intervenção – Identificação corpos.

Ponto importante foi recuperar o máximo de testemunhos/elementos estruturais, nomeadamente os testemunhos construtivos em granito, que se encontravam presentes em volta dos vãos e varandas. A intenção principal nesta proposta foi, de manter o corpo A e B, o corpo A com maior simbologia porque diz respeito à Capela do Carvalhinho e tem valor patrimonial e o corpo B que juntamente com o corpo A formam a fachada pré-existente. Na figura 41 observam-se os elementos pontuais que foram demolidos, estes mesmos dizem respeito a “barracões” /anexos que foram construídos posteriormente e por isso não integram a mesma linguagem do restante edificado e por outro lado derivado ao novo programa seria muito complexo integrar o novo programa nesses volumes.

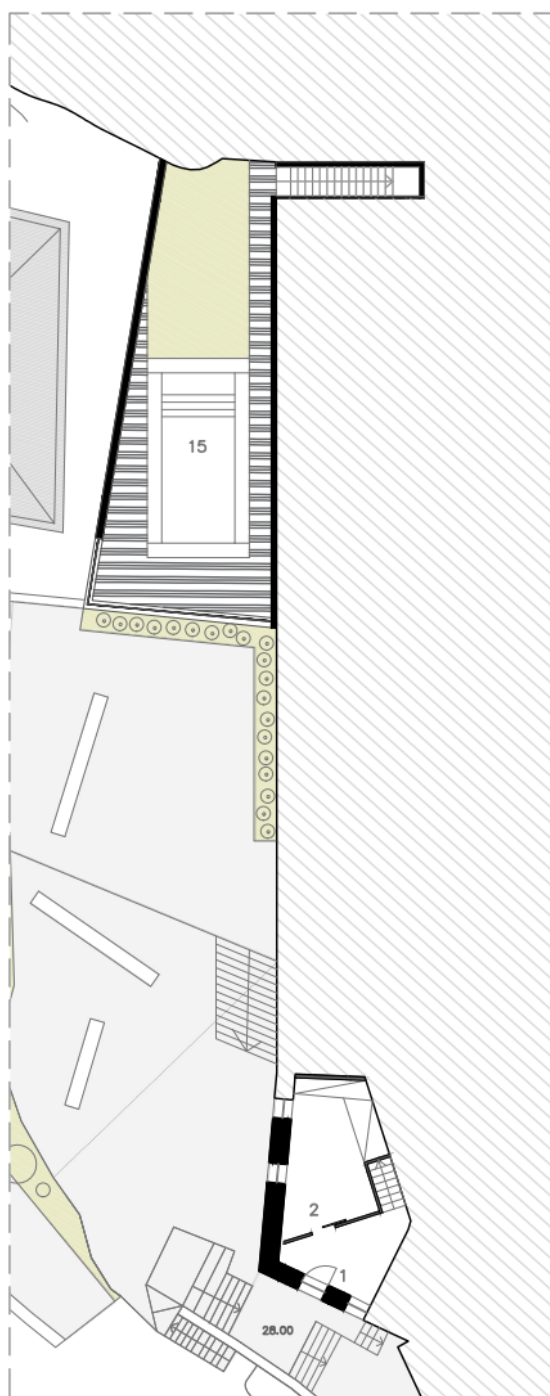


Figura 41- Axonometria Fábrica Senhor do Carvalhinho, Avenida Gustave Eiffel. Demolições.

Na procura da manutenção dos valores materiais e espaciais existentes, seguindo um processo de metamorfose e não de destruição, manteve-se as paredes exteriores e interiores, mesmo as mais frágeis. O mesmo fio condutor, foi usado para os alçados. Todos os vãos foram salvaguardados e usados no novo programa procurando a mesma ideia do arquiteto David Chipperfield que na sua intervenção profunda insere novos corpos na preexistência, mas com o cuidado de não criar impacto na paisagem.

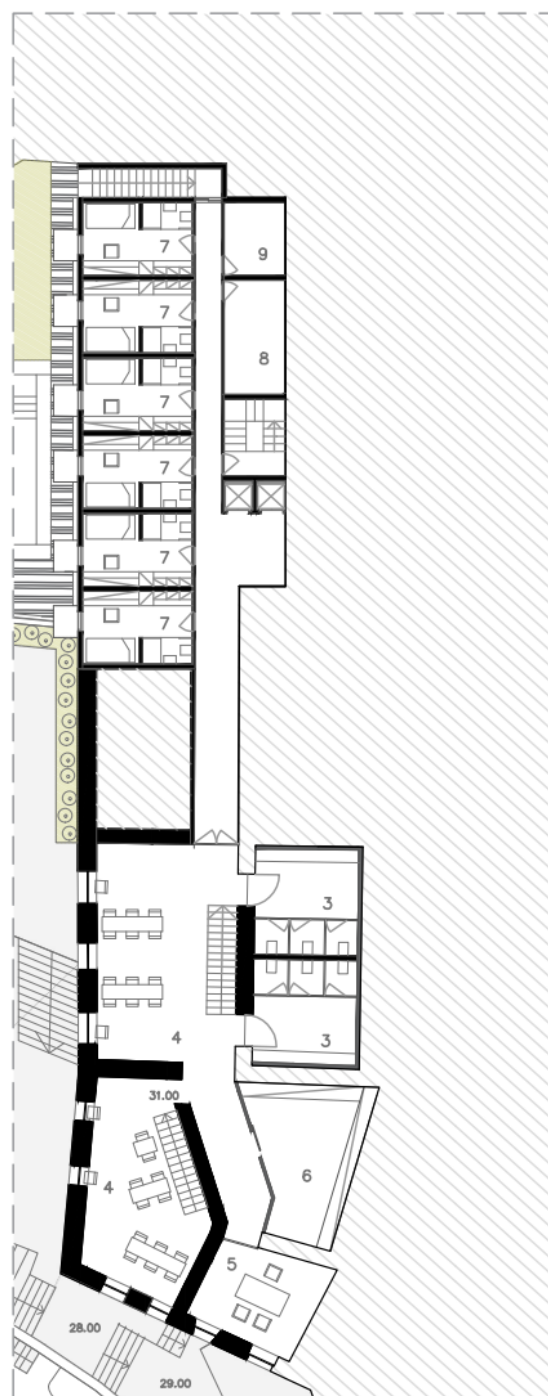
O corpo A existente que albergava a capela do Carvalhinho, e dando continuidade à ideia de comunidade e reunião, serve o programa de serviços, refeitório. Este volume foi totalmente conservado mantendo assim as suas características intatas e a sua estrutura. Salientar ainda, que é neste mesmo volume na cota inferior, que surge a entrada principal privada que liga aos restantes volumes.

No que diz respeito à distribuição do programa, o corpo A e B referentes a preexistência albergam os espaços comuns nomeadamente zonas de estar, refeitório, lavandaria e administração. O piso superior do corpo B é aberto ao público pontualmente para eventuais exposições/eventos/conferencias, dando deste modo um pouco à cidade.



- 1-Entrada secundária
 - 2-Lavandaria
 - 3-Ins.Sânitaria
 - 4-Zona estar/refeitório
 - 5-Administração
 - 6-Cozinha comum
 - 7-Residências (estudios individuais)
 - 8-Área técnica
 - 9-Área Arrumos
 - 10-Zona convívio
 - 11-Espaço multiusos
 - 12-Jardim
 - 13-Espaço Comunitário
 - 14-Miradouro
 - 15-Piscina
- 0 1 2 5m

Figura 42- Planta do rés-do-chão, proposta (28.00).



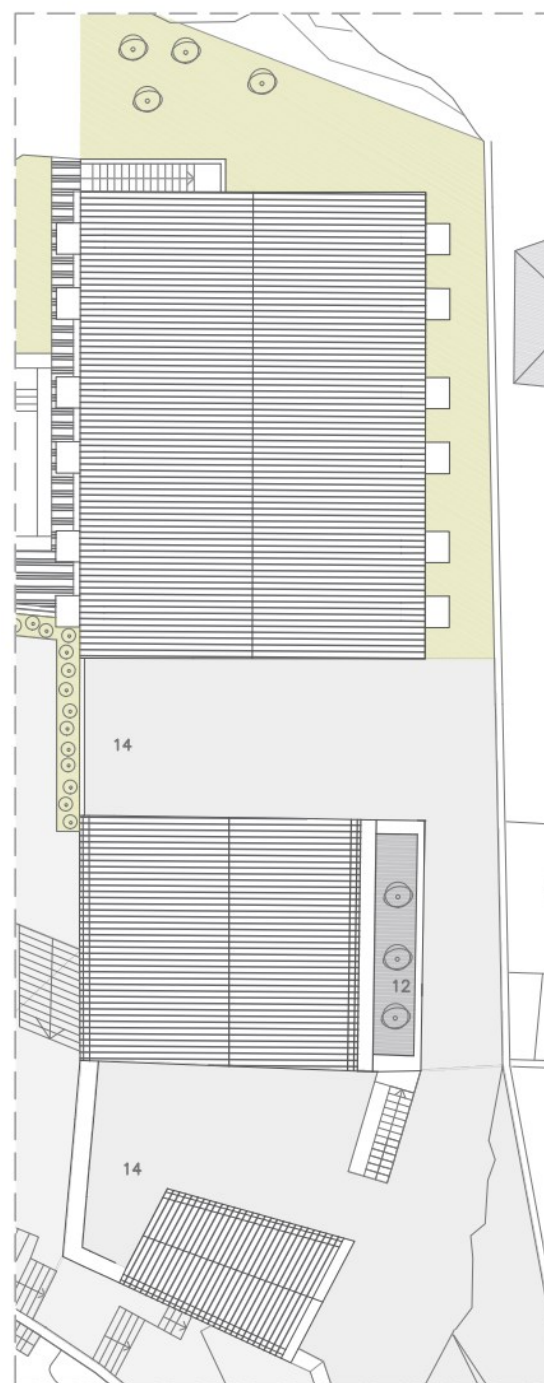
- 1-Entrada secundária
 - 2-Lavandaria
 - 3-Ins.Sânitaria
 - 4-Zona estar/refeitório
 - 5-Administração
 - 6-Cozinha comum
 - 7-Residências (estudios individuais)
 - 8-Área técnica
 - 9-Área Arrumos
 - 10-Zona convívio
 - 11-Espaço multiusos
 - 12-Jardim
 - 13-Espaço Comunitário
 - 14-Miradouro
 - 15-Piscina
- 0 1 2 5m

Figura 43- - Planta do piso 1, proposta (31.00).



- 1-Entrada secundária
- 2-Lavandaria
- 3-Ins.Sânitaria
- 4-Zona estar/refeitório
- 5-Administração
- 6-Cozinha comum
- 7-Residências (estudios individuais)
- 8-Área técnica
- 9-Área Arrumos
- 10-Zona convívio
- 11-Espaço multiusos
- 12-Jardim
- 13-Espaço Comunitário
- 14-Miradouro
- 15-Piscina

Figura 44 - Planta piso 2, proposta (34.00).



- 1-Entrada secundária
- 2-Lavandaria
- 3-Ins.Sânitaria
- 4-Zona estar/refeitório
- 5-Administração
- 6-Cozinha comum
- 7-Residências (estudios individuais)
- 8-Área técnica
- 9-Área Arrumos
- 10-Zona convívio
- 11-Espaço multiusos
- 12-Jardim
- 13-Espaço Comunitário
- 14-Miradouro
- 15-Piscina

Figura 45 – Planta da cobertura, proposta.

Referir ainda, que os dois corpos, tiveram uma intervenção profunda devido ao seu estado de deterioração, no entanto a sua distribuição espacial assim como aconteceu na Fábrica dos Leões, foi perfeitamente compatível com o novo uso.

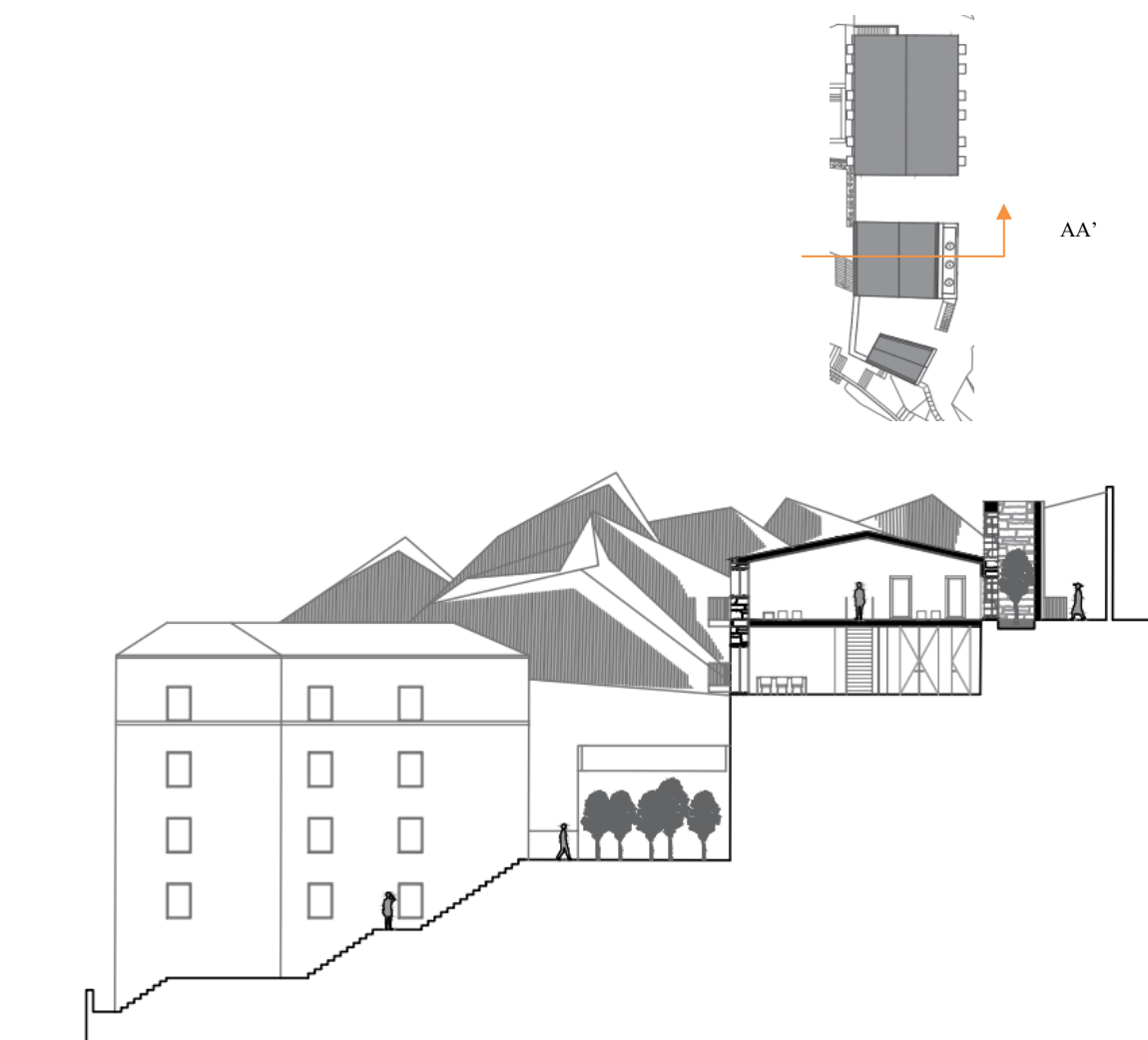


Figura 46- Corte AA', proposta.

A inserção de um novo elemento que transforma o lugar, sem descaracterizar ou confundir-se com o património existente alberga as residências, áreas técnicas, e zonas de estar.

Um corredor linear, liga os três volumes por um piso intermédio. Os acessos verticais que ligam as diferentes cotas, também são inseridos neste mesmo percurso interno.

Existe nesta proposta duas ligações ao corpo C, uma feita através da preexistência e outra que se faz pela cota superior de forma mais direta para acesso às residências. Neste mesmo corpo foi inserido 18 quartos, uma zona de convívio, arrecadação e zona técnica.

Apenas por este volume temos acesso às escadas que nos conduzem para a zona da piscina/lazer com uma vista privilegiada sobre a paisagem.

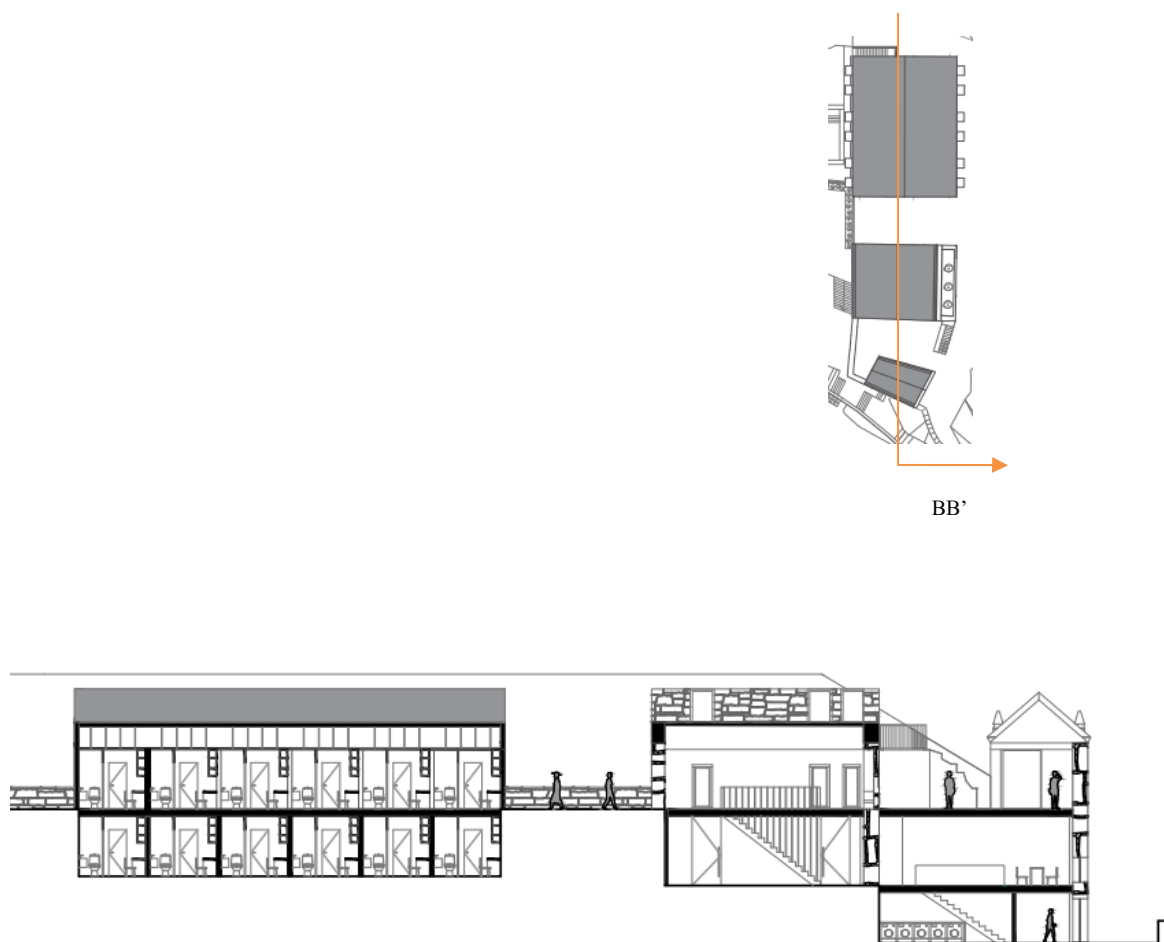


Figura 47– Corte BB’ – ligação do corpo novo com a preexistência, proposta.

A implantação do corpo C foi pensado para além de albergar parte significativa do novo uso, ficar situada em uma zona mais privada e calma da área de intervenção. Este efeito surge através das fachadas em betão aparente com pequenas aberturas em vidro e pequenos terraços criados nos quartos. Como a zona de intervenção esta inserida em um declive acentuado, foi intenção enterrar o primeiro piso que alberga os quartos. Não só para ligar diretamente com o interior da pré-existência, mas também, para dar continuidade à escala da fachada existente. Apesar de terem expressões diferentes, a ideia de continuidade é visível, sendo esta ideia inspirada na actuação que David Chipperfield aplica no Neues Museum.

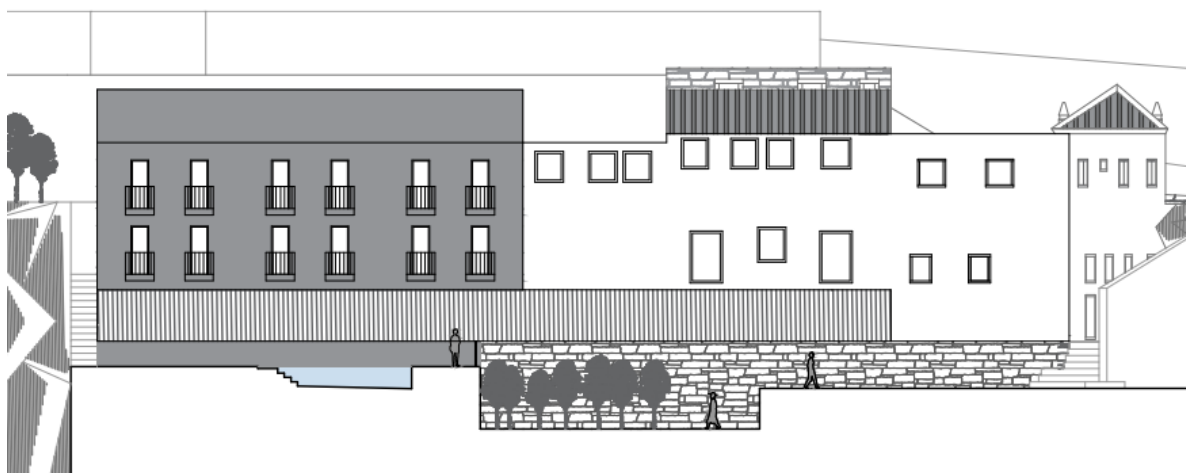


Figura 48– Alçado Sul – inserção do corpo novo com a pré-existência, proposta.

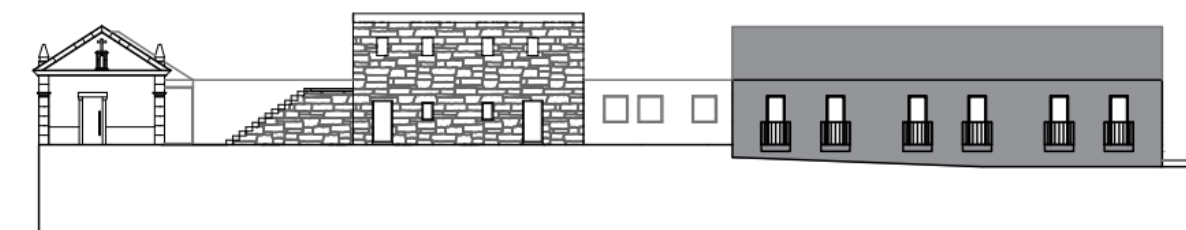


Figura 49- Alçado Norte - inserção do corpo novo com a pré-existência, proposta.

Pelo exterior, as escadarias e rampa em granito existente, ligam as diferentes cotas e assim é feito o percurso cénico e público. Já os espaços verdes e pátios oferecem momentos de lazer/ visuais sobre o Douro.

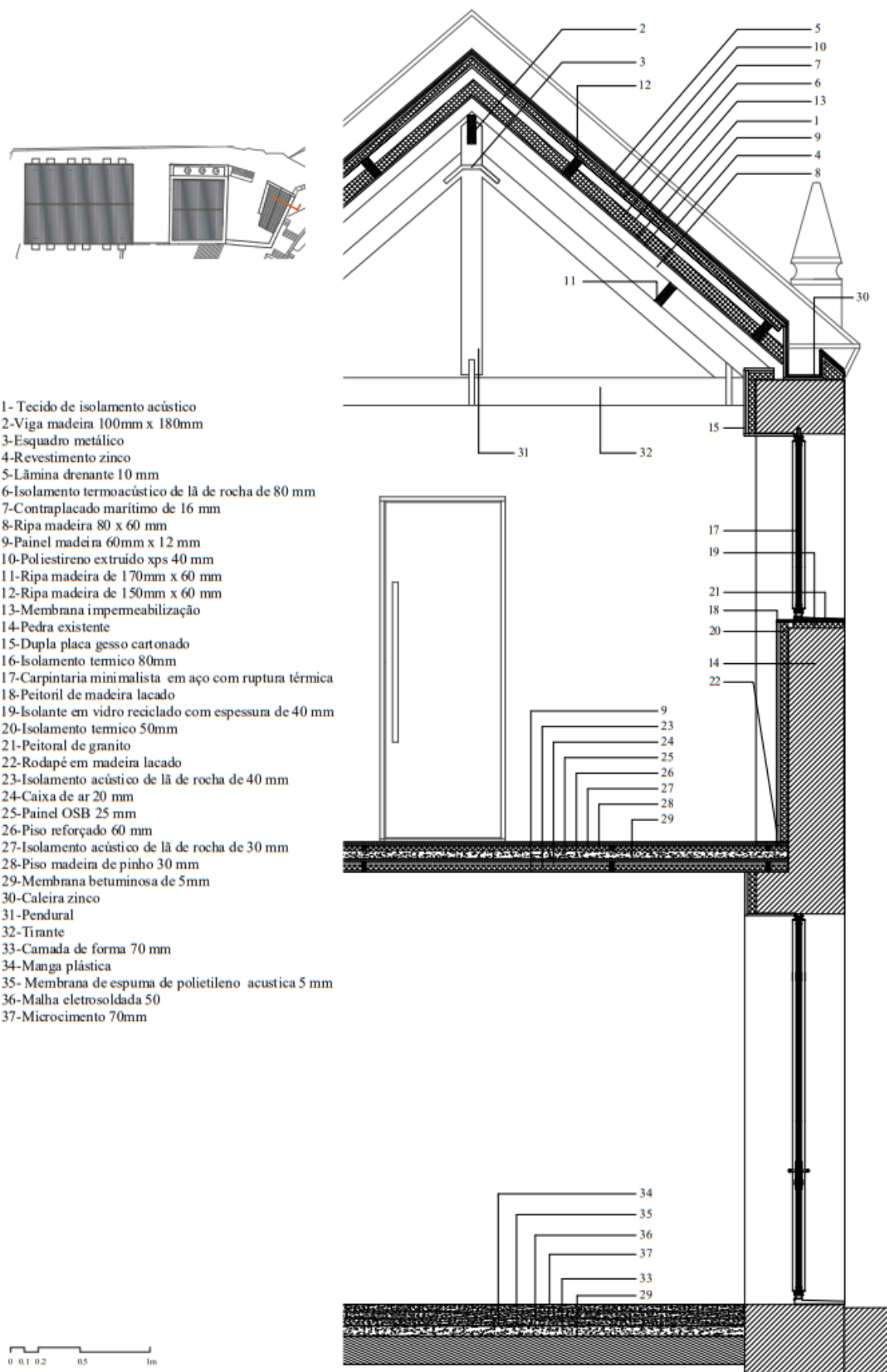


Figura 50– Pormenor construtivo da fachada, proposta (sobre fachada existente).

O novo corpo assume uma linguagem diferente, mais moderna marcando assim, a intervenção actual do edifício. É escolhido o betão aparente nas fachadas, na estrutura, nas paredes interiores e na cobertura, para conseguir uma ligação interior/exterior mais suave, mas também, para encontrar uma harmonia com a pré-existência. Pelo interior, nas zonas de circulação comum foi aplicado sobre a laje de betão lajetas de betão pré fabricadas, nos interiores dos quartos, foi escolhido tábuas de soalho sobre ripas de madeira. No exterior, a pedra em granito é a escolhida a fim de ligar a volumetria nova com as pré-existências. Em volta do edificado é introduzido relva natural, que limita o espaço público do privado.

Contrariamente ao volume novo, foi escolhido um sistema construtivo mais tradicional para a construção que diz respeito aos corpos da pré-existência (ver figura 50). Assim, pelo exterior, devido a degradação aparente do granito e do reboco aparente, a limpeza profunda da pedra serve como base para um novo reboco com as devidas camadas e argamassas. A solução tem a intenção de evidenciar clarificação entre o reabilitado e o proposto, assim como marcar a actualidade. Pelo interior, foi inserido um isolamento térmico chapeado com dupla placa de pladur. Nas coberturas foi escolhido uma estrutura em madeira tradicional de duas águas, revestidas por zinco, no entanto, foi inserido impermeabilização necessária para o bom uso e conforto. Relativamente aos pisos, adotou-se nos pisos superiores madeira de pinho maciço sobre um isolamento acústico. Nos pavimentos inferiores foi aplicado um elemento base que separa a construção do contato direto com o terreno, evitando a humidade do solo e no que diz respeito ao pavimento, foi escolhido o betão aparente.

Conclui-se, com base na análise aos valores patrimoniais, que foram utilizados (valor histórico, valor cultural, valor social, valor de uso e valor arquitetónico), salvaguardando-se os valores prévios do património industrial.

Assim, procurou-se respeitar os parâmetros abordados no capítulo 1, mantendo a autenticidade e integridade dos elementos que resistiram ao tempo, tendo em conta que o conjunto arquitetónico da fábrica do Carvalhinho estava maioritariamente em estado de ruína. Procurou-se manter a memória e a legibilidade possível com a salvaguarda dos elementos que chegaram até nós, propondo a reconversão mediante a construção de novos elementos construídos com sistemas construtivos idênticos aos existentes na preexistência, mantendo a escala, cor, textura e acabamentos.



Figura 51– Perspetiva geral da proposta para a nova residência de estudantes.



Figura 52– Perspetiva geral da proposta para a nova residência de estudantes.



Figura 53– Perspetiva geral da proposta para a nova residência de estudantes.

CONCLUSÃO |

Ao longo dos tempos foi-se assistindo à mudança dos diferentes espaços das urbes, pois alguns espaços foram adquirindo importância, enquanto outros foram perdendo a importância de tempos passados.

Desde, sobretudo, a Revolução Industrial, verificou-se um aumento dos habitantes no interior das cidades o que levou à reorganização do seu espaço.

Assim, pelo menos a partir do século XIX, constatou-se a necessidade, não apenas de reorganizar o espaço da urbe de forma a poder-se acomodar os que a ela chegavam, mas também se tornou imperioso reabilitar edifícios. Com o tempo, a população deslocou-se para as zonas periféricas, desertificando os centros outrora povoados em demasia. A cidade foi-se expandindo ao mesmo tempo que criava no seu centro um vazio urbano, desvalorizado, económica e socialmente.

Apesar do progressivo abandono a que foram votadas, as áreas centrais da cidade tiveram, nalguns casos (poucos), a merecida atenção. Se por um lado se redefiniam espaços, em função das novas necessidades, como exigências de conforto, ou ruas com abertura para o tráfego, por outro lado cuidava-se da preservação e reabilitação de monumentos e de outros edifícios, duas operações que por vezes coincidiam, e outras divergiam, como na intervenção urbana na viragem do séc. XIX para o séc. XX, em prejuízo de edifício mais antigo, algum que hoje se descreveria como património histórico.

Podemos concluir, através da presente investigação, que não existe uma fórmula específica que se aplique para uma intervenção no património. Cada caso é único, retém os seus próprios valores e retrata as suas alterações temporais, isto faz que cada edifício seja único e por consequência seja tratado como tal, único. Assim sendo, podemos claramente dizer que cabe ao arquiteto, através da sua sensibilidade, perceber como deve atuar sobre o edifício e preservar as suas memórias do passado.

Nos casos de estudo apresentados, é notório que o sucesso das intervenções é a postura que os arquitetos adotam perante o edifício, respeitando a pré-existência, a busca de uma interpretação da história faz preservar a sua memória a fim de não perder a sua

identidade. Apesar de todos intervenientes terem a mesma atitude/metodologia, o que difere no resultado final, é a abordagem na adaptação à nova função.

Em Lisboa, João Simões e o engenheiro Fernando Yglesias d'Oliveira tem como objetivo preservar e recuperar as suas memórias exteriores. Aplicam materiais relacionados com os preexistentes assim como os sistemas construtivos, para destacar alguns pontos estratégicos, como é o caso da entrada principal e toda a área de receção, fazem uma distinção formal em comparação à fachada.

A sua intervenção enquadra-se em uma analogia devido ao fato do resultado final não ser um contraste sobre o existente devido às pequenas intervenções realizadas. O projeto final respondeu com sucesso à adaptação do armazém a museu.

Em Évora, Inês Lobo e Ventura Trindade, procuram na sua intervenção preservar a essência do conjunto industrial, adaptando ao máximo o novo programa proposto ao existente.

A equipa de arquitetos teve como foco principal, a preservação total do desenho original preservando a demolição de estruturas que não faziam parte da configuração inicial do conjunto, intervindo na fachada do edifício e assim adaptando a contemporaneidade através dos materiais.

Em Berlim, David Chipperfield devido ao estado de ruína sofrido pelo bombardeamento da segunda guerra mundial, tem uma intervenção profunda inserindo inclusive novas adições, mantendo o seu uso com o cuidado de manter uma leitura que espelhe a arquitetura clássica existente no edifício e com o profundo cuidado de não descaracterizar a envolvente. Através da suavização de contrastes, manteve uma harmonia entre as novas construções e a construção existente.

Uma preocupação é transversal a estes intervenientes, que foi a preocupação de dar continuidade destes edifícios, retratando que o passado é importante, mas o futuro também. Assim como a sociedade em que vivemos está em constante mutuação, os edifícios de caráter patrimonial também têm de acompanhar estas transformações e serem adaptados a novas necessidades.

No caso em análise, a Fábrica do Carvalhinho, tentou conjugar-se a reconversão do edifício numa zona urbana, dando resposta a uma problemática existente na cidade do Porto: o alojamento para estudantes.

Na base de qualquer nação ou civilização está a educação dos seus jovens. Com efeito, a quantidade de recursos afetos à educação e formação é comumente aceite como uma medida do desenvolvimento civilizacional de uma nação. Os estudantes têm visto acrescido o esforço de encontrar alojamento.

É esta dificuldade que se pretendeu aplacar com as transformações no edifício da Fábrica do Carvalhinho, de carácter industrial, e consequentemente demonstrar que a reconversão pretendeu dar continuidade às ruínas que ali existiam, mantendo a identidade do local.

No fim do estudo sobre a reconversão de edifícios industriais, pode-se concluir que esta estratégia permite devolver a permanência do valor histórico que outrora teve, e por último, que a transformação, independentemente da existência ou não de uma nova construção, pode ocorrer em simultâneo com a continuidade dos valores patrimoniais existentes.

O arquiteto tem um papel fundamental perante a intervenção em testemunhos industriais. Cabe a ele a responsabilidade do destino destes edifícios, contribuindo assim para a salvaguarda e valorização do edificado, e para inverter as tendências de abandono destes espaços.

Por fim, o trabalho elaborado tem como finalidade servir como exemplo para uma das diversas soluções de reconversão destes espaços industriais espalhados pela cidade e assim, proporcionar uma intervenção adequada a fim de valorizar e potencializar os valores.

BIBLIOGRAFIA |

- Acciaiuoli, M. (1991). Os Anos 40 Em Portugal, O País, O Regime e As Artes. “Restauração” e “Celebração”. Dissertação - Doutoramento em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Aguiar, José (2005). *Cor e Cidade Histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Barranha, Helena (Org.) (2016) *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal.
- Benevolo, Leonardo (1981). *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- Brandi, Cesare (2005). *A teoria do restauro*, Lisboa: Edições Orion.
- Brás, Luís (2009). *Projecto de Reabilitação e Manutenção de rede predial de abastecimento de água, em edifício antigo com alteração de função*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa: Departamento de Engenharia Civil.
- Buchanan, R. A. (1972) *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Burckhardt, Jacob (1952). *La cultura del Renacimiento en Italia*. Buenos Aires: Losada.
- Butler, Judith (1987). *Subjects of desire: Hegelian reflections in twentieth-century France*. New York: Columbia University Press.
- Cachado, Rita Ávila (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206, XLVIII (1º): 134-152.

- Cannatà, Michele & Fernandes, Fátima (1999). *Construir no tempo*, Estar Editora, Lisboa.
- Carrilho da Graça, João Luís & Francisco, Rui (2008). Museu do Oriente, *Arquitectura Ibérica*, nº30 - Reabilitação/Rehabilitación, Caleidoscópio, Lisboa, pp. 56-71.
- Carrió, J. (1999). Presentación. In L. Gilbert Trueba, & R. Bestard Martínez (Eds.), *Tratado de Rehabilitacion* Vol.2. Madrid: Editorial Munilla-Lería.
- Carta de Amesterdão (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, disponível em : http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/1975-carta_europeia_do_patrimonio_arquitetonico-conselho_da_europa.pdf, [consultado em 2017.03.02]
- Carta de Cracóvia (2000). Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>, [consultado em 2017.03.02].
- Carta de Veneza de 1964 (1999) Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15. Disponível em: <http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf>, [consultado em 2017.03.02].
- Caygill, Howard (1982). *Aesthetics and Civil Society: Theories of Art and Society, 1640-1790*. University of Sussex.
- Cervellatti, Pier & Scannavini, Roberto (1976). *Bolonia: Política y Metodología de la Restauración de Centros Históricos*. Barcelona: Gustavo Gilli.
- Choay, Françoise (1999). *A Alegoria do Património*, 1ª ed., Lisboa: Edições 70.
- Cooper, Tracy Elizabeth (2005) *Palladio's Venice : architecture and society in a Renaissance Republic*. Yale University Press.
- Correia, M. (2009). *Conservation intervention in earthen heritage: Assessment and significance of failure, criteria, conservation theory and strategies*. (Tese de doutoramento, Oxford Brookes University, England.

- Costa, Vânia (2014). *A valorização da ruína na arquitectura: recuperação da antiga Fábrica de Cerâmica do Sr. d'Além na Serra do Pilar*. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Universidade Lusíada.
- Cross, F.L. (Ed.) (2005) "Gregory I". *The Oxford Dictionary of the Christian Church*. New York: Oxford University Press.
- Cruz, Helena (2011). Inspecção, avaliação e conservação de estruturas de madeira. *1.ªs Jornadas de Materiais de Construção*. Porto: FEUP.
- Custódio, Jorge (2008). “*A bem da Nação*”. A tecnologia do frio industrial na conservação de alimentos. O caso dos Armazéns Frigoríficos do Bacalhau do Porto de Lisboa in Museu do Oriente: de Armazém Frigorífico a espaço Museológico. Lisboa: Fundação Oriente.
- Direção-Geral do Património Cultural ([s.d.]). *Património Industrial*. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/>
- Elsner, J. (2006). From empirical evidence to the big picture: some reflections on Riegl's concept of *Kunstwollen*. *Critical Inquiry*, 32: 741-66.
- Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. London: Routledge.
- Feilden, B., & Jokilehto, J. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. Rome: ICCROM.
- Ferreira, Maria Júlia (1994). O Bairro Social do Arco do Cego: uma aldeia dentro da cidade de Lisboa, in *Análise Social*, vol. XXIX, (127) (3ª. edição): 697-709.
- Figueira, Jorge & Vaz Milheiro, Ana (2005) . “O final da fábrica, o início da ruína”, *A arquitectura da indústria, 1925-1965 Registo Docomomo Ibérico*, Fundação Docomomo Ibérico, Barcelona, pp. 91-93.
- Folgado, Deolinda (2001). Paisagem Industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial? *Margens e Confluências*, nº3 Dezembro, Escola Superior Artística do Porto, Guimarães, pp. 65-89.

- Folgado, Deolinda (2002). Inventário do Património Industrial da Covilhã. Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial. *Estudos, Património*, nº 3, IPPAR, Lisboa, pp. 115-123.
- Folgado, Deolinda (2004). 'A Memória ao Negro' ou a salvaguarda como reduto da memória, *Estudos, Património*, nº 6, IPPAR, Lisboa, pp. 20-32.
- Folgado, Deolinda (2004a). 'A Napolitana'. Programa arquitectónico ao serviço da indústria. *Estudos, Património*, nº 6, IPPAR, Lisboa, pp. 102-108.
- Folgado, Deolinda (2004b). '...para mais tarde recordar'. Edifício da Kodak e seu contexto, *Estudos, Património* nº 7, IPPAR, Lisboa, pp. 79-90.
- Folgado, Deolinda (2005). O lugar da indústria no território. *A arquitectura da indústria, 1925-1965 Registo Docomomo Ibérico*, Fundação DOCOMOMO Ibérico, Barcelona.
- Folgado, Deolinda (2006). À procura de uma identidade. Da Real Fábrica de Gelo à Fábrica da Neve da Serra de Montejunto. *Estudos, Património* nº 9, IPPAR, Lisboa, pp. 135-149.
- Folgado, Deolinda (2008). A caixa do frio artificial. A conformação de um lugar na Lisboa dos anos 40. *Museu do Oriente: de armazém frigorífico a espaço museológico*, Fundação Oriente, Lisboa, 48-61.
- Fortuna, C. (1997). *Destradicionalização e imagem da cidade - o caso de Évora*. Cidade Cultura e Globalização., Oeiras, Celta Editora.
- Freire, Francisco (2008). "Museu do Oriente. O templo das musas", *Museu do Oriente: de armazém frigorífico a espaço museológico*. Fundação Oriente, Lisboa.
- George, Pedro, Lopes, Ricardo Sousa & Gerardo, Filomena (2009). *A concepção do espaço público em bairros de realojamento como pressuposto estruturador dos processos de inserção social*, FCT.
- Goitia, Fernando Chueca (2006). *Breve História do Urbanismo*. 6ª. Edição. Lisboa: Editorial Presença.

- González-Varas, I. (2005). *Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Cátedra.
- Haskell, Francis (1993). Chapter 6. *Patrons and Painters: Art and Society in Baroque Italy*. Yale University Press: 158–161.
- Hudson, Kenneth (1976). *Industrial Archaeology: A New Introduction*. Londres: Baker.
- ICOMOS/TICCIH (2011). The Dublin Principles. *ICOMOS - XVII^{ème} Assemblée Générale – Paris 2011*. Disponível em: http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/10/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_fin_al_20120110.pdf
- ICOMOS-Canada French-Speaking Committee (1982) *Charter for the Preservation of Quebec's Heritage* (Deschambault Declaration) – “Denition of Heritage and Preservation”.
- IGESPAR (2010). Património industrial. *KITS – Património – KIT03*. Lisboa: IHRU /IGESPAR.
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] Australia, (1999). *Carta de Burra para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural*. Burra (Austrália). Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>
- Jokilehto, Jukka (2002) *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Kühl, Beatriz Mugayar (2010) Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Usjt - arq.urb*, 3: 23-30.
- Ladurie, Emmanuel Le Roy (2014). *Voir Le Territoire de l'historien*. Paris: Gallimard.
- Lima, Sérgia (2015). *Intervenções de Conservação e Restauro do Património Edificado – O Forte de São Julião da Barra*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto: UFP.
- Lopes, F., & Correia, M. (2014). *Património Cultural: Critérios e Normas*

Internacionais de Proteção. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Luckhurst, Mary (2006). *Dramaturgy: A Revolution in Theatre*. Cambridge: Cambridge University Press.

Luso, Eduarda, Lourenço, Paulo B. & Almeida, Manuela (2004). Breve história da teoria da conservação e do restauro, *Engenharia Civil UM*, 20: 31-44.

Martins, Luísa Pimentel, 2009. *O Loft (n)O Património Industrial (d)A Cidade, a reconversão em habitação no centro urbano*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra.

Matos, Ana Cardoso de, Ribeiro, Isabel Maria & Santos, Maria Luísa, 2003. “Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas de valorização”, SAMPAIO, Maria da Luz (coord. ed.), *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial. 17 e 18 de Outubro de 2002*. Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, Porto, pp. 21-34.

Merimée, Prosper, *Biographie*, disponível em: <http://www.merimee.culture.fr/>, [consultado em 2017.03.01].

Meserve, Margaret & Simonetta, Marcello (ed.) (2007). *Pius II: Commentaries*. The Tatti Renaissance Library, London: Harvard University Press.

Neto, M. (2000). Propaganda e Poder – O restauro dos Monumentos Nacionais de 1929 – 1960. 1ª edição. Porto, Faup Publicações.

Porto XXII (s/d). *Fábrica do Carvalhinho*. Disponível em: http://www.portoxxi.com/cultura/ver_folha.php?id=17 [consultado em 2019.04.24].

Solà-Morales, Ignacio (1996). From Contrast to Analogy. Developments in the Concept of Architectural Intervention. *Theorizing a New Agenda for Architecture: An Anthology of Architectural Theory 1965–1995* (pp. 228-238). Princeton: Princeton Architectural Press.

Solà-Morales, Ignacio (2013). Topografia de la arquitetura contemporânea. In *Diferencias*, Barcelona, Gustavo Gili.

- Müntz, E. (1878). *Les arts à la cour des papes pendant le XVe et le XVIe siècle, Vol. I de Martin V à Pie II (1417-1464)*. Paris.
- Neto, Maria João Baptista (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Nisbet, H. B. (1985). *German Aesthetic and Literary Criticism: Winckelmann, Lessing, Hamann, Herder, Schiller and Goethe*. CUP Archive.
- Orbasli, A. (2008). *Architectural Conservation*. Oxford: Blackwell Science.
- Pacheco, Hélder. *Porto: uma cidade para descobrir*. Disponível em : <https://helderpacheco.wordpress.com/obras-publicadas/porto-uma-cidade-para-descobrir/>. [consultado em 2017.05.16].
- Pangalos, Panayotis (2008). *The significance of time in contemporary architecture. Technical and poetic time: the case of Aldo Rossi*. Phd dissertation. University of Patras, Greece.
- Paulsen, Friedrich (1902). *Immanuel Kant: His Life and Doctrine*. James Edwin Creighton, Albert Lefevre. C. Scribner's Sons.
- Pereira, H. (2009). A ação social, desportiva e cultural da Fábrica do Carvalhinho. *Amigos de Gaia*, 12-26.
- Pereira, J. (2011). *Introdução à História da Arquitetura das Origens ao Século XXI*. Editora Bookman.
- Philippot, Paul (2002). “Foreword” in Jokilehto, Jukka (2002) *A History of Architectural Conservation*, Oxford: Butterworth-Heinemann: vii-ix.
- Ramos, Ricardo (2011). *Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu : Museu do Fado, Fundação Arpaad Szenes-Vieria da Silva, Museu do Oriente*. Lisboa : IST. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Reabilitação da Arquitectura e dos Núcleos Urbanos.
- Reis, Bruna Marisa Carreira (2015). *Marvila, Memória Industrial : A Fábrica como equipamento coletivo e cultural*. Lisboa : IST. Dissertação de Mestrado Integrado em

Arquitectura apresentada a Faculdade de Arquitectura. Universidade de Lisboa.

Ribeiro, Maria do Carmo Franco (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Riegl, A. (2008). *El culto moderno a los monumentos* (3a ed.). Madrid: La bolsa de la medusa.

Robinson, Walter (1995). Introduction. *Instant Art History*. Random House Publishing Group.

Rodrigues, José Carlos Menezes, (2019). *A rota do património no vale do ave (norte de Portugal) numa nova tendência do turismo*. PASOS, Revista de turismo y Patrimonio Cultural, vol 17, núm.5,2019.

Ruskin, John (1849). *The Seven Lamps of Architecture*. New York: John Wiley & Son, Publishers, 2 Clinton Hall, Astor Place.

Santos, José Miguel Pereira (2013). *Arquitectura Industrial : da Obsolescência à reconversão*. Porto : IST. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Silva, Henrique Paulo Rosa Rodrigues da (2003) – *O "elemento fachada" em projectos de requalificação/reconversão*. Tese de mestrado Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Simões, Miguel Ângelo Loureiro (2016). *Metodologia de intervenção em Património edificado*. Porto: IST. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Siza, Álvaro (2009) *Textos*. Porto: Civilização Editora.

Serrano, Ana (2010). *Reconversão de Espaços Industriais : Três projectos de intervenção em Portugal*. Lisboa : IST. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao instituto Superior Técnico.

- Solà-Morales, Ignasi Rubió de (1985). From contrast to analogy : developments in the concept of architectural intervention. In Kate Nesbitt (Ed.) *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory* (pp. 37-45). New York: Princeton Architectural Press.
- Stubbs, J. (2009). *Time Honored: A Global View of Architectural Conservation*. New Jersey: Wiley.
- Tagil, Nizhny (2003) *Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial*. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>, [consultado em 2017.03.21].
- Teixeira, J. (2013). *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto*. Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal.
- Triggs, Oscar Lovell (1902). *Chapters in the History of the Arts and Crafts Movement*, Bohemia Guild of the Industrial Art League.
- UNESCO (2001) *Universal Declaration on Cultural Diversity*. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. [consultado em 2017.03.01].
- Veloso, Cláudia (1999). Entrevista a Jorge Custódio. *Pedra & Cal*, N.º 4, pp. 15-20.
- Verene, Donald Philip (2002). Giambattista Vico. In Steven M. Nadler (ed.) *A Companion to Early Modern Philosophy*. London: Blackwell Publishing.
- Vignola, Giacomo Barozzi da (1999). *Canon of the Five Orders of Architecture*. Translated with an introduction by Branko Mitrovic. New York: Acanthus Press.
- Viollet-le-Duc (1857). *Description du château de Pierrefonds*, Paris: Bance.
- Vitruvius Pollio, Marcus, Morgan, Morris Hicky & Warren, Herbert Langford (1914). *Vitruvius, the ten books on architecture*. Cambridge: Harvard University Press
- Zancheti, S. (2014). *A Teoria Contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna*.